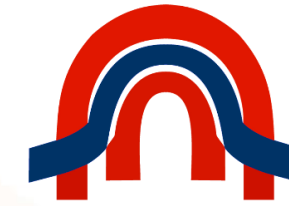




A constituição de hipoteca e as garantias do exequente na ação executiva face à declaração de insolvência do executado

Daniela Gandarez Caramujo

ISCAC | 2019



Instituto Politécnico de Coimbra
Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Daniela Gandarez Caramujo

A constituição de hipoteca e as garantias do exequente na ação executiva face à declaração de insolvência do executado

Coimbra, Novembro de 2019



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Daniela Gandarez Caramujo

**A constituição de hipoteca e as garantias do
exequente na ação executiva face à declaração de
insolvência do executado**

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração
de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre
em Solicitadoria, Ramo de Agente de Execução**, realizada sob a orientação da
Professora Rita Gonçalves Ferreira da Silva.

Coimbra, Novembro de 2019

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

PENSAMENTO

*“Lute com determinação, abrace a vida com paixão,
perca com classe e vença com ousadia, porque o mundo
pertence a quem se atreve e a vida é muito bela para ser
insignificante.”*

Charles Chaplin

DEDICATÓRIA

À minha família

RESUMO

O objetivo da presente dissertação é a análise da situação do credor hipotecário no âmbito do processo executivo e no processo de insolvência.

O crédito para aquisição de habitação própria é em Portugal a principal fonte de endividamento das famílias. As preocupações com o crescimento do incumprimento no crédito a particulares surgiram em consequência do forte crescimento do crédito à habitação que ocorreu nos últimos anos em Portugal.

A esmagadora maioria de casos de constituição de hipoteca voluntária ocorre assim, em contratos de crédito à habitação ou contratos de mútuo com hipoteca. Acontece que, a conjuntura económica e o sobre-endividamento das pessoas jurídicas determinou que muitos dos mutuários ficassem em situação de incumprimento de tais contratos de mútuo. Ou seja, ficassem em situação de não conseguirem cumprir as obrigações por si assumidas aquando da contratualização desses créditos.

Este fenómeno determinou, num primeiro momento, um elevando número de ações executivas, com vista ao exequente recuperar as quantias mutuadas. E, num segundo momento, a um aumento do número de processos de insolvência, face à incapacidade de essas pessoas jurídicas cumprirem, efetivamente, com tais compromissos e não possuírem património suficiente para pagamento dos mesmos no âmbito do processo executivo.

Isto resultou num *boom* nas ação executivas, bem como num elevado grau de insolvências, quer de pessoas coletivas, quer de pessoas singulares.

Assim, o presente estudo propõe efetuar uma sistematização das aludidas implicações processuais, designadamente saber quais as garantias que o exequente / credor reclamante tem aquando da declaração de insolvência do devedor / executado / insolvente quando o seu crédito é garantido por um direito real de garantia, a hipoteca, sobre um imóvel já penhorado em ação executiva aquando da declaração de insolvência.

Palavras-chave: hipoteca, execução, insolvência, garantia real.

ABSTRACT

The subject of this dissertation is the analysis of the mortgage creditor's situation within the executive process and insolvency process.

Housing credit is, in Portugal, the main source of households' indebtedness. Worries regarding the growth in credit default arose due to the heavy increase in housing credits during recent years in Portugal.

The crushing majority of voluntary mortgage, thus, occurs in housing credit contracts or mutual and mortgage agreements. It just so happens that the economical climate and over-indebtedness of legal entities determined that many borrowers were left in a default situation regarding those mutual agreements. Meaning, they were left in a situation in which they could not fulfill their obligations as per the contracting of those credits.

Initially, this led to a lofty number of enforcement actions aiming for the attaching creditors' recovery of the amounts lent. And, subsequently, to an increase in the number of insolvency processes due to the legal entities' inability to fulfill their commitment and due to their lack of sufficient assets to cover their debts in the executive process.

This resulted in an enforcement actions boom, as well as in a high amount of insolvencies, both for natural and legal persons.

Thus, the present study suggests a systemization of the above mentioned procedural implications, specifically detailing the attaching creditor / complaining creditor's rights to secure obligations of the debtor / insolvent at the time of the declaration of insolvency when the credit is ensured by a security interest, the mortgage, on the property already pledged in the enforcement action.

Keywords: mortgage, enforcement, insolvency, security interest.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – Breve Análise do Processo Executivo	2
1. Conceito e fins da ação executiva	2
2. Pressupostos da ação executiva para pagamento da quantia certa.....	5
3. O título executivo	6
3.1. Sentença condenatória.....	8
3.2. Documentos exarados ou autenticados por notários ou entidades equiparadas... ..	10
3.3. Os títulos de crédito	10
3.4. Títulos executivos por força de disposição especial	11
4. Função e efeitos da penhora.....	13
5. A venda executiva	15
5.1. A determinação da modalidade da venda.....	15
5.2. Determinação do valor base dos bens	16
5.3. Venda antecipada de bens	17
5.4. Dispensa do depósito do preço.....	18
5.5. Modalidades da venda.....	18
5.5.1. Venda em leilão eletrónico.....	19
5.5.2. Propostas em carta fechada	21
5.5.3. Negociação particular.....	23
5.6. Do produto da venda e do cancelamento de registos	23
5.7. Extinção da ação executiva	24
CAPITULO II – Breve Análise do Processo de Insolvência	30

1. A situação de insolvência: definição e caracterização do processo de insolvência 30

1.1. A insolvência iminente..... 33

2. Tramitação do processo de insolvência..... 34

3. Efeitos da declaração de insolvência 41

3.1. Efeitos sobre o devedor 41

3.1.1. Privação dos poderes sobre os bens da massa insolvente 41

3.1.2. Deveres de conduta processual..... 43

3.1.3. O direito a alimentos 44

3.2. Efeitos processuais 45

3.2.1. Apreensão dos elementos da contabilidade e dos bens do devedor 46

3.2.2. Apensação de ações..... 46

3.2.3. Convenções arbitrais 47

3.2.4. As ações executivas em particular..... 48

3.3. Efeitos sobre os créditos..... 49

3.3.1. Vencimento imediato de dívidas 49

3.3.2. Extinção de privilégios creditórios e garantias reais do Estado e outras entidades..... 50

3.3.3. Concessão de privilégio ao credor requerente..... 51

3.3.4. Compensação: limites e exclusão..... 52

4. Reclamação de créditos (verificação e graduação) 52

4.1. Classificação dos créditos 54

4.1.1. Créditos garantidos..... 54

4.1.2. Créditos privilegiados..... 56

4.1.3. Créditos subordinados 57

4.1.4. Créditos comuns 58

4.2. Sentença de verificação e graduação de créditos 58

5.	Encerramento do processo	59
CAPÍTULO III – A hipoteca como garantia real (destaque para a hipoteca imobiliária)		
61		
1.	Breve noção de direito real de garantia	61
2.	Noção de hipoteca	62
3.	A constituição da hipoteca, forma e registo.....	63
3.1.	Hipoteca Legal	64
3.2.	Hipoteca judicial	65
3.3.	Hipoteca voluntária	66
4.	Princípios inerentes às várias espécies de hipoteca.....	67
4.1.	Âmbito do crédito garantido	67
4.2.	Indivisibilidade.....	68
4.3.	Transmissão da hipoteca	69
4.4.	Expurgação.....	70
4.5.	Substituição ou reforço da hipoteca	71
4.6.	Redução da hipoteca	71
5.	Extinção da hipoteca.....	72
6.	A hipoteca (voluntária) imobiliária e o processo executivo	74
6.1.	Privilégios creditórios e o direito de retenção.....	76
CAPÍTULO IV – Análise comparativa dos direitos e garantias do exequente/credor reclamante com constituição de hipoteca como garantia do bem penhorado (antes e após o registo de penhoras sobre o bem hipotecado), face à declaração de insolvência		
79		
CONCLUSÃO		83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		86

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

AE – Agente de Execução

AI – Administrador de Insolvência

CC – Código Civil

CIRE – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

CPC – Código de Processo Civil

CRP – Constituição da República Portuguesa

CRPREDIAL – Código do Registo Predial

CT – Código do Trabalho

DL – Decreto-lei

IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de imóveis

ISCAC - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

NRAU - Novo Regime do Arrendamento Urbano

NUL – Número Único de Identificação

INTRODUÇÃO

A presente dissertação realiza-se no âmbito do Segundo Ciclo de Estudos do Mestrado de Solicitadoria, na vertente de especialização em AE, ministrado no ISCAC.

O objetivo primordial do presente estudo é analisar de forma detalhada as garantias do exequente/credor reclamante na ação executiva, quando o seu crédito se encontra garantido por uma hipoteca como direito real de garantia, face à declaração de insolvência do executado.

De igual modo iremos analisar tais garantias quando tal hipoteca é constituída após o registo de uma penhora e, entretanto, o executado é declarado insolvente.

Iniciaremos assim a dissertação no *Capítulo I* com uma breve introdução ao Direito Executivo em Portugal, a definição e caracterização da ação executiva, finalidades da mesma e a sua tramitação.

No *Capítulo II* procede-se a uma breve análise do processo de insolvência, analisando concretamente quais os efeitos da declaração de insolvência na ação executiva.

Neste seguimento urge o *Capítulo III*, a temática abordada circunscreve-se à Hipoteca, a constituição da mesma como garantia especial no âmbito da ação executiva e no âmbito do processo de insolvência.

Culminar-se-á este projeto com *capítulo IV*, enquadrando uma análise comparativa dos direitos e garantias do exequente/credor reclamante que tenha como garantia a hipoteca sobre o bem penhorado (antes e / ou após o registo de outras penhoras) e, posteriormente, efetuar a analisar quando sobre tal bem incide a hipoteca e as penhoras no âmbito do processo de insolvência.

CAPÍTULO I – Breve Análise do Processo Executivo

1. Conceito e fins da ação executiva

Um dos aspetos mais inovadores das últimas reformas legislativas do CPC consistiu na criação da figura do AE, em que se salienta a nova distribuição de competências para a prática de atos processuais na execução.

Até à reforma, todos os atos da execução deviam ser praticados pelo tribunal. Com a reforma foi criada a figura do AE ao qual passou a desempenhar, em regra (salvo quando a lei determine diversamente) todas as diligências processuais, nomeadamente as citações, as notificações, as publicações, as penhoras, a venda e os pagamentos que se mostrem devidos, devendo contudo estas funções serem exercidas sob o controlo do Juiz de execução.

A redistribuição de competências que pressupunham a intervenção do Juiz de execução foi a grande motivação da alteração dos preceitos do CPC, tendo como objetivo redefinir as competências primárias do tribunal de execução, sobretudo em situações de conflito e de necessidade de decisão¹.

À luz do direito processual civil existem dois tipos de ações: a ação declarativa e a ação executiva², pelo que importa fazer uma breve distinção entre estes tipos de ações uma vez que possuem objetivos e finalidades diferentes.

Ora, na *ação declarativa* o autor pretende que o Tribunal profira uma decisão, declarando, naquele caso concreto, a existência ou inexistência do direito invocado, ou de certo facto³. As ações declarativas podem ser: *de simples apreciação*, *de condenação*⁴ ou *constitutivas*.

De forma breve, as *ações de simples apreciação* visam obter unicamente a declaração da existência ou inexistência de um direito ou de um facto⁵. Estas ações podem

¹ Cfr. SILVA, Paula Costa e, (2003), “A Reforma da Ação Executiva”, 3.º Edição, Coimbra Editora, cit. pp. 13-14.

² Cfr. Artigo 10.º do CPC.

³ Cfr. AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2013), “Direito Processual Civil”, Coimbra, Almedina, cit. pp. 27.

⁴ Cfr. Artigo 10.º, n.º 2, alínea b) do CPC.

⁵ Cfr. Artigo 10.º, n.º 2, alínea a) do CPC

ser positivas (quando o autor pretende que o Tribunal declare a existência de um direito ou de um facto) ou negativas (quando o autor requer que seja declarado que o direito não existe ou que determinado facto não ocorreu). Como exemplo de uma ação de simples apreciação urge a ação destinada a declarar a existência ou inexistência de uma servidão de passagem⁶. Nas *ações de condenação* o autor pretende não só que seja declarado o seu direito, que está a ser violado pelo réu, mas também que seja condenado à reintegração desse mesmo direito⁷. Nas *ações constitutivas* o autor pretende obter, através do Tribunal, um efeito jurídico novo que vai alterar a esfera jurídica do réu, independentemente da sua vontade⁸.

Contrariamente às ações declarativas, as *ações executivas* têm por finalidade a realização coerciva das providências destinadas à efetiva reparação do direito violado. Aqui já não se pressupõe declarar um direito, mas sim prover pela realização coativa de uma prestação devida⁹.

Não sendo a obrigação voluntariamente cumprida, o credor tem o direito de exigir judicialmente o seu cumprimento, através da execução do património do devedor, nomeadamente na penhora de bens e sua respetiva venda.

Nestes termos podemos concluir que a ação declarativa equivale ao *declarar* enquanto a ação executiva se traduz no *executar*. No processo declarativo é declarada a vontade concreta da lei, visando o processo executivo na execução dessa vontade¹⁰.

Ainda no que concerne às ações executivas, o artigo 10.º, n.º 6 do CPC distingue três tipos de ação executiva: *para pagamento de quantia certa, para entrega de coisa certa e para prestação de facto*.

Na ação executiva para *pagamento da quantia certa*¹¹, o exequente pretende obter o cumprimento duma obrigação pecuniária através da execução do património do devedor, e para isso os bens deste são apreendidos para que se proceda à venda a fim de,

⁶ Cfr. AMARAL, Jorge Augusto Pais de, “Direito Processual Civil”, cit. pp. 29.

⁷ Cfr. Artigo 10.º, n.º 2, alínea b) do CPC.

⁸ Cfr. Artigo 10.º, n.º 2, alínea c) do CPC.

⁹ Cfr. FREITAS, José Lebre de, (2017), “A Ação Executiva à Luz do Código de Processo Civil de 2013”, Coimbra, Gestlegal, cit. pp. 16.

¹⁰ Cfr. AMARAL, Jorge Augusto Pais de, “Direito Processual Civil”, cit. pp. 28.

¹¹ É o caso, por exemplo, do comprador que não pagou o preço, do mutuário que não restituiu o dinheiro ou do cheque que foi devolvido por falta de provisão.

com o produto obtido, se proceder ao pagamento ao exequente¹². Na ação executiva para *entrega de coisa certa*,¹³ o exequente pretende que o tribunal apreenda essa coisa ao executado e seguidamente lhe seja entregue¹⁴. Porém, pode suceder que a coisa não seja encontrada, sendo que nesta situação o exequente procede à liquidação do seu valor e do prejuízo resultante da falta da entrega, penhorando-se e vendendo-se os bens do executado para pagamento da quantia liquidada, seguindo-se assim os demais termos do processo para a ação de pagamento de quantia certa¹⁵. Na ação executiva para *prestação de facto*¹⁶, haverá ainda que fazer distinção entre prestação de facto positivo ou negativo, ou fungível ou infungível. No caso de uma prestação de *facto positivo* estamos perante uma obrigação de fazer algo, isto é, destina-se precisamente à concretização dessa tarefa, por exemplo demolir um muro. Enquanto que na prestação de *facto negativo*, em que se visa que o executado se abstenha de praticar determinado ato, como por exemplo não obstruir um caminho¹⁷. Já no que se refere ao facto *fungível*, o exequente pode requerer que ele seja prestado por outrem à custa do devedor. Quando seja *infungível*, o exequente já pode pretender a apreensão e a venda dos bens do devedor suficiente para o indemnizar do dano sofrido com o incumprimento¹⁸.

Ora, depois de verificados os tipos de ação executiva podemos concluir que este tipo de ação pressupõe sempre o dever de realização de uma prestação, na qual o exequente visa reparar um direito violado ao qual pode obter um resultado idêntico ao da realização da própria prestação que lhe é devida, quer por meio direto, quer por meio indireto.

É de salientar que o tipo de ação executiva vai ser sempre determinado face ao título executivo, conforme conste do mesmo, ou uma obrigação pecuniária, ou uma prestação de facto, ou uma prestação de coisa¹⁹. Daí serem os títulos executivos um elemento fulcral da ação executiva.

Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 16.

¹³ É o caso por exemplo do vendedor que não entregou ao comprador a coisa vendida.

¹⁴ Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 17.

¹⁵ Cfr. Artigo 867.º do CPC.

¹⁶ Estamos perante, por exemplo, a situação do empreiteiro que no contrato de empreitada se comprometeu a construir um determinado muro, a demolir um determinado edifício ou de um pintor que se comprometeu a pintar um determinado quadro.

¹⁷ Cfr. CABRITA, Helena e PAIVA, Eduardo, (2013), “*O Processo Executivo e o AE*”, 3.ª Edição, Coimbra Editora, cit. pp. 44-45.

¹⁸ Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 17.

¹⁹ Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 20-22.

Nestes termos é necessário ressaltar que não é possível recorrer a uma ação executiva quando o direito ainda não esteja definido. Ou seja, a ação executiva pressupõe que haja a certeza do direito que permite exigir através da realização coerciva, não podendo haver lugar a uma ação executiva perante a previsão de violação dum direito.

2. Pressupostos da ação executiva para pagamento da quantia certa

Para que possa haver lugar à ação executiva existem duas condições necessárias e imprescindíveis: são elas, o *título executivo* e a prestação deve mostrar-se *certa, líquida e exigível*.

A condição do título executivo traduz-se num pressuposto de carácter formal, ao qual vai conferir o grau de certeza para a admissibilidade da ação executiva. Já a certeza, liquidez e a exigibilidade são pressupostos de carácter material, na medida em que sem eles não é admissível a satisfação coativa da pretensão²⁰.

À luz do artigo 713.º do CPC, a certeza, exigibilidade e liquidez só constituem requisitos autónomos da ação executiva quando não resultem já do título executivo, isto é, a sua verificação é presumida com o título executivo, tratando-se assim de exigências de complemento do título executivo.²²

Como exemplo, o artigo 400.º do CC urge como uma obrigação não certa, ou seja, não é certa a obrigação na qual a escolha da prestação, entre uma pluralidade de possibilidades, se encontre por efetuar^{23/24}.

Já quanto à exigibilidade, podemos dizer que a ação é exigível quando a obrigação se encontra vencida.

²⁰ Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 39-40.

²¹ Veja-se neste sentido o Ac. STJ de 19/02/2009 (Pires da Rosa), in: www.dgsi.pt: “1 – O título executivo é o invólucro sem o qual não é possível executar a pretensão ou o direito que está dentro. 2 – Sem invólucro não há execução, embora aquilo que vai realizar-se coativamente não seja o invólucro mas o que está dentro dele.”

²² Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 40-41.

²³ Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, cit. pp. 179.

²⁴ A título de exemplo veja-se o artigo 543.º sobre as obrigações alternativas e o artigo 539.º do CC relativo às obrigações genéricas de espécie indeterminada.

No que se refere à liquidez, a ação será líquida quando estiver quantificada. No entanto, no que concerne à sentença judicial condenatória, artigo 703.º, n.º 1, alínea a) do CPC, esta só é título executivo depois da liquidação da obrigação pecuniária, acabando assim por integrar o próprio título executivo, em vez de complementar. O mesmo se verifica no caso de um título de crédito, artigo 703.º, n.º 1, alínea c) do CPC, pois, também aqui a liquidez se integra no título executivo.²⁵

Ora, estas duas condições (o título executivo e a certeza, liquidez e exigibilidade da ação) consubstanciam os pressupostos específicos da ação executiva, contudo, podemos também verificar os pressupostos gerais. Quanto a estes podemos enumerar, como é sabido, a competência do tribunal²⁶, a personalidade e a capacidade judiciária das partes²⁷, a representação ou assistência dos incapazes, o patrocínio judiciário²⁸ e a legitimidade das partes²⁹.

3. O título executivo

O título executivo é o meio legal de demonstração da existência do direito do exequente.

Como já referido anteriormente, o título executivo constitui a base da execução, sendo por ele determinado o fim e os limites da ação executiva³⁰, isto é, a partir do título executivo podemos verificar qual o tipo de ação e o seu objeto, bem como a legitimidade³¹.

²⁵ Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 42.

²⁶ Veja-se sobre este assunto os artigos 59.º a 84.º e 85.º a 90.º do CPC no que concerne à ação executiva. Remete-se ainda para as explicações do Dr. José Lebre de Freitas, *A Ação Executiva à Luz do Código de Processo Civil de 2013*” página 125 a 141.

²⁷ Veja-se os artigos 11.º a 29.º do CPC.

²⁸ Previsto nos artigos 40.º a 52.º do CPC.

²⁹ Previsto nos artigos 30.º a 39.º do CPC.

³⁰ Cfr. Artigo 10.º, n.º 5 do CPC.

³¹ Neste sentido veja-se o Ac. TRL de 28/03/2013 (Ana Luísa Geraldes): “1. O título executivo pode ser definido como o documento que serve de base à execução de uma prestação, por incorporar em si a demonstração legalmente bastante do direito correspondente, nomeadamente pela constituição ou reconhecimento de qualquer obrigação. 2. É pela análise do título executivo que se há-de determinar a espécie de prestação e da execução que lhe corresponde (entrega de coisa, prestação de facto, dívida pecuniária), o quantum da prestação e a legitimidade ativa e passiva para a ação executiva.”

Conforme ilustra o Exmo. Juiz de Direito *Delgado de Carvalho*³², o título executivo consubstancia três funções elementares: *a) função constitutiva*, isto é, o título executivo, é o pressuposto de qualquer execução, não havendo execução sem título, uma vez que este documento é necessário para a instauração da execução e, por isso, condição necessária. É também uma condição suficiente, ou seja, não é necessário, feita a sua junção, seguir a instância declarativa de forma a constituir o direito que o exequente arroga, podendo prosseguir imediatamente para a execução; *b) Função probatória*, esta função assegura a existência do direito, ou seja, o documento que o exequente possui serve de prova legal da obrigação que pretende ver realizada/conseguida imediatamente pela via coativa³³; e *c) função delimitadora*, pois, é em face do título executivo que se delimitam as finalidades e os limites da ação executiva. O fim da ação executiva determina-se pelo conteúdo da obrigação exequenda, podendo consistir no pagamento de uma quantia, na entrega de uma coisa ou na prestação de um facto, positivo ou negativo.

Os limites da execução podem respeitar às partes ou estar relacionadas com o objeto da ação executiva ou pretensão que consta do título executivo, ou seja, o credor não pode, por via da execução, obter mais do que o título lhe permite.

O artigo 703.º do CPC enumera quatro espécies de títulos executivos: sentença condenatória; documento exarado ou autenticado por notário ou outra entidade ou profissional com competência para tal; títulos de crédito, ainda que meros quirógrafos; e os documentos a que, por disposição especial, seja atribuída força executiva.

³² Cfr. CARVALHO, J. H. Delgado de, (2016) “*Ação Executiva para Pagamento de Quantia Certa*”, 2.º Edição, Quid Juris - Sociedade Editora, cit. pp.283-295.

³³ Veja-se neste sentido o Ac. TRC de 17/12/2014 (Maria Domingas Simões), in: www.dgsi.pt : “**I.** A suficiência do título traduz a exigência de que a obrigação exequenda dele conste, sem necessidade de indagação, sendo a sua existência por ele presumida; numa outra formulação, o título executivo há-de constituir instrumento probatório suficiente da obrigação exequenda - trata-se do documento capaz de, por si só, revelar, com um grau de razoável segurança, a existência do crédito em que assenta o pedido exequendo. **II.** Estando em causa invocados contratos de mútuo -contrato real “*quoad constitutionem*”, no sentido de que só se completa pela entrega da coisa- a conclusão do próprio contrato e, consequentemente, a vinculação do mutuário à obrigação de restituir, depende da disponibilização pelo mutuante das quantias neles referidas (cfr. art.ºs 408.º, n.º 1, in fine e art.º 1142.º, ambos os preceitos do Código Civil). **III.** Se dos escritos particulares subscritos pelo devedor/executado dados à execução não resulta ter sido efetuada a entrega/disponibilização dos montantes alegadamente mutuados, os mesmos não se apresentam como constitutivos/certificativos da obrigação que o credor pretende coativamente realizar, logo, não se encontram revestidos de força executiva para efeitos do disposto na al.c) do n.º 1 do art.º 46.º do CPC 1995/1996. **IV.** A possibilidade do exequente fazer prova complementar dos pressupostos processuais específicos de exequibilidade da obrigação, nos termos consagrados no art.º 804.º, disposição com alcance geral, conforme sem dissêndio vem sendo reconhecido, não cobre nem supre a ausência no próprio título da demonstração da obrigação exequenda.”

Importa desde logo salientar que este elenco de títulos executivos obedece ao princípio da tipicidade, não sendo permitida a criação de títulos executivos em violação do citado normativo legal³⁴.

3.1. Sentença condenatória

Em rigor, sentença é, nos termos do disposto no artigo 152.º, n.º 2, do CPC, “*o ato pelo qual o juiz decide a causa principal ou algum incidente que apresente a estrutura de uma causa*”.

A sentença, na sua parte decisória, terá necessariamente que conter uma condenação, que poderá ser no pagamento de uma quantia, na obrigação de entregar determinada coisa, de prestar determinado facto ou de abster-se de praticar determinado ato³⁵.

Ao utilizar a expressão “sentença condenatória”, quis o legislador demarcar o conceito de sentença de condenação, pretendendo-se que não se confundisse com as sentenças proferidas em ações declarativas de condenação, pois em qualquer tipo de ação, por norma, tem lugar a condenação em custas e é essa decisão que a profere que constitui título executivo para que possa ser feita a sua cobrança coerciva³⁶.

Ora, devemos entender sentenças condenatórias qualquer decisão judicial proferida no decurso da tramitação de um processo, mesmo que contendo apenas um segmento de condenação, podendo esta ocorrer em processos tramitados pelo tribunal cível, laboral, criminal e julgados de paz³⁷, ou decorrer de decisão arbitral³⁸. Por isso, as decisões proferidas no âmbito das ações declarativas de simples apreciação e as constitutivas, previstas no artigo 10.º, n.º 2, do CPC, poderão dar lugar à instauração de

³⁴ Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio (2016) “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, 2.ª Edição, Almedina, cit. pp. 125.

³⁵ Cfr. CABRITA, Helena e PAIVA, Eduardo, “*O Processo Executivo e o Agente de Execução*”, cit. pp. 60-61.

³⁶ Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 48.

³⁷ Sentenças ou decisões homologatórias de acordo.

³⁸ Cfr. Refere o artigo 705.º, n.º 1 e 2 do CPC, para efeito de exequibilidade, os despachos condenatórios e as decisões arbitrais são equiparados às sentenças. Quanto aos despachos condenatórios exequíveis encontra-se as multas às partes ou a testemunhas, condenem em indemnizações ou fixem honorários de peritos, depositários, AE ou liquidatários judiciais.

ações executivas, na medida em que contenham qualquer condenação, nomeadamente em custas, multa ou indemnização por litigância de má-fé³⁹.

Quanto às sentenças proferidas em ação de simples apreciação facilmente se entende o porquê de não constituírem título executivo, pois apenas foi pedido ao tribunal que verificasse a existência ou a inexistência de um direito ou facto jurídico, ou seja o réu não é condenado na prática ou omissão de um ato / facto.

Para que a sentença seja exequível, é necessário que tenha transitado em julgado⁴⁰, isto é, que seja insuscetível de recurso ordinário ou reclamação⁴¹, salvo se o recurso contra ela interposto tiver efeito meramente devolutivo⁴². A atribuição de efeito meramente devolutivo significa que é possível executar a decisão recorrida na pendência do recurso.

Quando a ação tiver sido instaurada na pendência de recurso com efeito meramente devolutivo, essa execução sofrerá as consequências da decisão nas instâncias superiores⁴³.

A ação executiva proposta na pendência de recurso pode também ser suspensa a pedido do executado que preste caução^{44/45}. Não havendo lugar a esta suspensão e prosseguindo a execução, não é admitido o pagamento, enquanto a sentença estiver pendente de recurso, sem prestação, pelo credor de caução⁴⁶.

³⁹ Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “A Ação Executiva anotada e comentada”, cit. pp. 131.

⁴⁰ Veja-se neste sentido o Ac. TRL de 21/01/2014 (Cristina Coelho), in: www.dgsi.pt : “1. Para efeitos do disposto no art. 814º, nº 1, al. a) do CPC61, inexistente título se não há sentença (porque não existe parte decisória ou conclusão, ou porque falta o poder jurisdicional do órgão ou entidade que a profere), ou se a execução não se conformar com o título. 2. E o título é inexecutível se a sentença não for condenatória, se não tiver transitado em julgado e ao recurso tiver sido fixado o efeito suspensivo, ou, tendo havido condenação genérica nos termos do art. 661º, nº 2, e não dependendo a liquidação da obrigação de simples cálculo aritmético, não se tiver procedido a liquidação no processo declarativo. 3. O caso julgado torna indiscutível o resultado da aplicação do direito ao caso concreto que é realizada pelo tribunal, ou seja, o conteúdo da decisão deste órgão, e qualquer vício ou erro de julgamento de que a sentença dada à execução possa padecer, ou qualquer nulidade processual eventualmente praticada no processo, mostram-se, inexoravelmente, ultrapassados.”

⁴¹ Cfr. Artigo 628.º do CPC.

⁴² Cfr. Artigo 704.º, n.º 1 do CPC.

⁴³ Poderá ter o efeito de extinguir a execução, se for totalmente revogatória da decisão exequenda, absolvendo o executado ou de a modificar, se apenas em parte revogar a decisão exequenda, mantendo uma condenação parcial do executado. Cfr. FREITAS, José Lebre de, “A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013”, cit., pp. 52.

⁴⁴ Cfr. Artigo 704.º, n.º 5 do CPC.

⁴⁵ A qual se destina a garantir o dano que, no caso de confirmação da decisão recorrida, o exequente sofra em consequência da demora da execução.

⁴⁶ Cfr. FREITAS, José Lebre de (2004). “A Ação Executiva Depois da Reforma”, 4.ª Edição, Coimbra Editora, cit. pp. 42.

No que concerne às sentenças proferidas por tribunal estrangeiro só é exequível após a revisão e confirmação pelo tribunal português competente⁴⁷.

3.2. Documentos exarados ou autenticados por notários ou entidades equiparadas

Os documentos exarados ou autenticados por notário⁴⁸ ou outra entidade a que a lei atribua competência são títulos extrajudiciais, pois não se produzem através da tramitação de uma ação judicial, ou seja, em juízo, mas sim porque emergem de um negócio jurídico que foi celebrado extrajudicialmente, todos os outros documentos são particulares⁴⁹. São exemplos de documentos autênticos o testamento público e a escritura pública.

Tem-se como exemplos de documentos autenticados o testamento⁵⁰ cerrado e as atas de reuniões de órgãos sociais.

3.3. Os títulos de crédito

De modo a conferir a certeza da existência de uma obrigação por parte do executado, nos documentos particulares, para que os mesmos sejam exequíveis, a lei exige que estes mostrem-se assinados pelo devedor bem como importem a constituição ou reconhecimento de obrigações.

A letra, a livrança e o cheque são hoje os únicos documentos particulares a que a lei confere exequibilidade.

⁴⁷ Cfr. Artigo 706.º, n.º 1 do CPC.

⁴⁸ Nos termos do artigo 363.º, n.º 2, do CC, são documentos exarados por notário (ou autênticos) “*os documentos exarados, com as formalidades legais, pelas autoridades públicas nos limites da sua competência ou, dentro do círculo de atividade que lhe é atribuído, pelo notário ou outro oficial público provido de fé pública*”.

⁴⁹ O n.º 1 do artigo 362.º, n.º 2, do CC refere que “*os documentos particulares são havidos por autenticados, quando confirmados pelas partes, perante notário, nos termos prescritos nas leis notariais*”.

⁵⁰ Cfr. FREITAS, José Lebre de “*A Ação Executiva Depois da Reforma*”, cit. pp. 53: No que refere ao testamento, convém relembrar que não pode constituir título executivo enquanto nele radica a transmissão dos bens do testador. Apenas o será quando o testador nele confessa uma dívida sua ou constitui uma dívida que impõe a um sucessor. Em ambos os casos, tem que se verificar a aceitação da herança pelo sucessor, a qual constitui no primeiro caso a transmissão da dívida e no segundo caso a condição suspensiva da própria obrigação. Contudo, o título executivo será sempre o testamento e não o ato de aceitação da herança.

Quanto aos títulos de crédito enquanto quirógrafo, a questão que se coloca é se com a prescrição da obrigação que consta da letra, da livrança ou do cheque pode continuar a valer como título executivo. Ora, quando o título de crédito mencione a causa da relação jurídica subjacente, o título prescrito vale como documento particular respeitante à relação jurídica subjacente^{51/52}.

Se estas não estiverem elencadas no leque de documentos a que o legislador atribui a natureza de título executivo, o documento não constitui título executivo, pois um dos fundamentos é que estejamos perante um negócio jurídico⁵³.

3.4. Títulos executivos por força de disposição especial

No que se refere aos documentos a que por disposição especial seja atribuída força executiva, está-se a apelar a normas jurídicas “avulsas”.

O nosso ordenamento jurídico está “repleto” de diplomas conferindo força executiva aos documentos nele referidos.

Nestes termos podemos enumerar, entre outros, vários exemplos, sendo eles: **a)** o requerimento de injunção ao qual tenha sido aposta fórmula executória⁵⁴; **b)** a ata de reunião de assembleia de condóminos, que tiver deliberado o montante das contribuições ou quotas devidas ao condomínio ou quaisquer despesas necessárias à conservação e fruição das partes comuns e ao pagamento de serviços de interesse comum, que não devam ser suportadas pelo condomínio⁵⁵; **c)** contrato de arrendamento de prédio urbano,

⁵¹ Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 76.

⁵² Por exemplo, alguém compra um determinado produto que paga com cheque, este não sendo apresentado a pagamento dentro de um determinado prazo, prescreve. Assim, prescrito o cheque o mesmo continua a valer como título executivo, já não como cheque mas sim como documento particular, na medida em que contenha os requisitos deste último – reconhecimento de dívida e assinatura do devedor.

⁵³ Cfr. Artigos 221.º n.º 1 e 223.º n.º 1 do CC.

⁵⁴ Regulado pelo DL n.º 269/98, de 01 de Setembro, atualizada pelo DL n.º 226/2008, de 20/11. A injunção é um procedimento que permite a um credor de uma dívida ter um documento (a que se chama título executivo) que lhe possibilita recorrer a um processo judicial de execução para recuperar junto do devedor o montante que este lhe deve. Após a apresentação do requerimento de injunção pelo credor, o eventual devedor é notificado desse requerimento e, se não se opuser ao mesmo, é emitido o referido título executivo. Caso se opunha, o processo é remetido para um tribunal. A injunção apenas pode ser aplicada quando esteja em causa uma dívida igual ou inferior a € 15.000 ou uma dívida que resulte de uma transação comercial (mas neste último caso, só quando o contrato não tenha sido celebrado com um consumidor).

⁵⁵ Neste sentido o Ac. TRC de 23/01/2018 (António Domingos Pires Robalo), in: www.dgsi.pt : “**I** – Preceitua o n.º 1 do art.º 6º do DL n.º 268/94, de 25.10, que “*A ata da reunião da assembleia de condóminos que tiver deliberado o montante das contribuições devidas ao condomínio ou quaisquer despesas necessárias à conservação e fruição das partes comuns e ao pagamento de serviços de interesse comum, que não devam ser suportadas pelo condomínio, constitui título executivo contra o proprietário que deixar de pagar, no prazo estabelecido, a sua quota-parte*”; **II** - É manifesto que o legislador veio atribuir força

acompanhado de comprovativo de comunicação ao arrendatário (aviso de receção), de resolução ou denúncia do contrato de arrendamento⁵⁶; **d) Procedimento europeu de injunção de pagamento – PEIP**⁵⁷; **e) certidão de dívida emitida pelas instituições de Segurança Social**⁵⁸; **f) Nota discriminativa do AE**⁵⁹;

*executiva à ata da assembleia de condóminos, permitindo ao condomínio a instauração de ação executiva contra o proprietário da fração (condómino) devedor, relativamente à sua contribuição para as despesas necessárias à conservação e fruição das partes comuns e ao pagamento de serviços de interesse comum, na proporção do valor da sua fração, nos termos do art.º 1424.º do C. Civil, ficando dispensado de recorrer ao processo de declaração a fim de obter o reconhecimento desse crédito; **III** - Mas nem toda a acta é considerada título executivo, pois que a lei só o reconhece àquela que “tiver deliberado o montante das contribuições devidas ao condomínio ou quaisquer despesas necessárias à conservação e fruição das partes comuns e ao pagamento de serviços de interesse comum, que não devam ser suportadas pelo condomínio”.*

⁵⁶ Regulado pelo Novo NRAU - Lei n.º 31/2012, de 14 de Agosto que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro. Veja-se sobre este regulamento o Ac. STJ de 26/11/2014 (Granja da Fonseca), in: www.dgsi.pt : “**I** - O art. 15.º, n.º 2, do NRAU, conjugado com o art. 46.º, n.º 1, al. d), do CPC, confere força executiva ao contrato de arrendamento acompanhado do comprovativo de comunicação ao arrendatário do montante das rendas em dívida. **II** - A comunicação ao arrendatário, a que alude o art. 15.º, n.º 2, do NRAU, funciona como requisito complementar de exequibilidade do título. **III** - O título executivo referido em I, tendo natureza complexa, integra dois elementos: (i) o contrato onde a obrigação foi constituída; (ii) a demonstração da realização da comunicação ao arrendatário da liquidação do valor das rendas em dívida. **IV** - A identidade do obrigado pelo título resulta do próprio contrato de arrendamento e abrange quem nele se obrigou, perante o senhorio, ao pagamento das rendas em dívida. **V** - Não obstante o art. 15.º, n.º 2, do NRAU apenas fazer referência à comunicação ao arrendatário, a mesma – por identidade de razões e enquanto condição de exequibilidade do título – deve ser feita também aos fiadores. **VI** - Constitui título executivo, tanto em relação ao arrendatário como em relação aos fiadores, o contrato de arrendamento acompanhado do comprovativo da comunicação referida em V.”

⁵⁷ A Injunção de Pagamento Europeia é um procedimento simplificado para créditos pecuniários transfronteiriços não contestados pelo requerido, baseado em formulários normalizados. Legislado pelo regulamento (CE) n.º - 1896/2006 - Procedimento europeu de injunção de pagamento.

O Regulamento (CE) n.º 1896/2006 teve por objetivo simplificar, acelerar e reduzir os custos dos processos judiciais em casos transfronteiriços de créditos pecuniários não contestados, através da criação de um *procedimento europeu de injunção de pagamento*, e permitir a livre circulação das injunções de pagamento europeias em todos os Estados-Membros, sendo aplicável em matéria civil e comercial.

⁵⁸ Regulado pelo Decreto-Lei n.º 63/2014 de 28 de Abril, dispõe o seu artigo 7.º que “**I** - São títulos executivos as certidões de dívida emitidas, nos termos legais, pelas instituições de segurança social e pelos fundos geridos pelas mesmas.”

⁵⁹ Através do artigo 721.º, n.º 5 do CPC foi criado um novo título executivo especial, a considerar nos termos do artigo 703.º, n.º 1, alínea d), sendo o mesmo constituído pela nota discriminativa e justificativa de honorários e despesas devidas ao AE, acompanhada do comprovativo da sua notificação ao interveniente processual perante o qual se pretende reclamar o pagamento, desde que a mesma não tenha sido objeto de reclamação.

4. Função e efeitos da penhora

A penhora tem por objeto a apreensão de bens⁶⁰ em quantidade suficiente para satisfação do direito do credor, retirando-os da disponibilidade do executado e afetando-os exclusivamente aos fins da execução⁶¹.

O artigo 601.º do CC traduz o princípio geral das obrigações, no sentido em que estão sujeitos à execução todos os bens pertencentes ao devedor. No entanto, o referido princípio geral comporta exceções, como a impenhorabilidade dos bens (impenhorabilidade absoluta, relativa ou parcial)⁶² e a autonomia patrimonial decorrente da separação de patrimónios (os regimes dos bens dos cônjuges e de responsabilidade pelas dívidas, a penhora em caso de comunhão ou compropriedade, execução contra herdeiros e a penhorabilidade subsidiária)⁶³.

Atendendo a que as duas fases culminantes do processo executivo são a penhora e a venda judicial e uma vez que a penhora consiste na apreensão de um bem com vista à sua transmissão, seria inútil admiti-la quando o bem apreendido é objetivamente indisponível⁶⁴.

Além dos casos de impenhorabilidade, há a considerar os casos em que determinados bens só podem ser penhorados depois de outros bens se terem revelado insuficientes para a realização do fim da execução. Isto acontece em consequência da separação entre património comum dos cônjuges e património de cada um deles, nos regimes de comunhão geral e de comunhão de adquiridos⁶⁵ ou em consequência de um negócio ou por lei existe um devedor principal e um devedor subsidiário com o benefício de excussão prévia^{66/67}.

⁶⁰ Ato judicial fundamental no processo de execução para pagamento de quantia certa.

⁶¹ Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, cit. pp. 262.

⁶² Da análise dos artigos 736.º a 738.º do CPC podemos elencar os bens que são *absoluta ou totalmente impenhoráveis* (artigo 736.º do CPC); ou *bens relativamente impenhoráveis* (artigo 737.º do CPC) ou *bens parcialmente penhoráveis* (artigo 738.º do CPC).

⁶³ Cfr. GONÇALVES, Marco Carvalho, (2017), “*Lições de Processo Civil Executivo*”, Almedina, cit. pp. 224.

⁶⁴ Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 238.

⁶⁵ Complementarmente veja-se os artigos 740.º e 741.º do CPC e 1721.º a 1735.º do CC.

⁶⁶ Cfr. Artigo 745.º, n.º 1 do CPC “Na execução movida contra devedor subsidiário, não podem penhorar-se os bens deste, enquanto não estiverem excutidos todos os bens do devedor principal, desde que o devedor subsidiário fundadamente invoque o benefício da excussão, no prazo a que se refere o n.º 1 do artigo 728.º”.

⁶⁷ Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC*”, cit., pp. 254-255.

Decorre ainda do artigo 752.º do CPC que executando-se a dívida com garantia real que onere os bens pertencentes ao devedor, a penhora inicia-se com esses bens, só devendo incidir sobre outros quando se reconheça a insuficiência daqueles para conseguir o fim da execução.

Ora, no requerimento executivo é dada a indicação dos bens do executado que o exequente conheça, no entanto, o AE não fica vinculado a penhorar os bens indicados, devendo, em primeiro, respeitar a indicação que lhe é feita, mas só se tal não importar a inobservância da cláusula geral da proporcionalidade e adequação⁶⁸ que lhe cabe em primeira linha respeitar⁶⁹.

Assim, a apreensão terá em conta o montante da dívida exequenda e o das despesas previsíveis da execução⁷⁰; devem ser penhorados os bens cujo valor pecuniário seja de mais fácil realização e só quando se deva presumir que a penhora de outros bens não permitirá a satisfação integral do credor é que é admissível a apreensão de bens imóveis ou estabelecimentos comerciais cujo valor se estime excessivo em face do montante do crédito exequendo⁷¹.

Sendo, então, a penhora a peça fundamental do processo executivo, desta decorrem os seus efeitos jurídicos, que, segundo *José Lebre de Freitas*, consubstanciam-se em três: na transferência para o tribunal dos poderes de gozo que integram o direito do executado; na ineficácia relativa dos atos dispositivos do direito subsequente e na constituição de preferência a favor do exequente. Cessa assim a posse do executado e os poderes de gozo que integram o direito⁷².

⁶⁸ O princípio da proporcionalidade como corolário do princípio da dignidade da pessoa humana constitui um dos principais princípios limitadores da penhora, encontra-se previsto no n.º 3 do artigo 735.º. Este princípio impõe limites aos bens penhoráveis, restringindo assim, o objeto da penhora, uma vez que nos termos do artigo referido, a penhora não deve exceder os bens necessários para o pagamento da dívida exequenda e das despesas previsíveis com a execução. Este princípio encontra-se ainda consagrado no artigo 18.º, n.º 2 da CRP “*A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.*”

⁶⁹ Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 278.

⁷⁰ Cfr. Artigo 735.º, n.º 3 do CPC “*A penhora limita-se aos bens necessários ao pagamento da dívida exequenda e das despesas previsíveis da execução, as quais se presumem, para o efeito de realização da penhora e sem prejuízo de ulterior liquidação, no valor de 20 %, 10 % e 5 % do valor da execução, consoante, respetivamente, este caiba na alçada do tribunal da Relação, ou seja superior a este último valor.*”

⁷¹ Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 278-279 e em observância ao artigo 751.º do CPC.

⁷² Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 302.

5. A venda executiva

Findo o prazo para a reclamação de créditos previsto no artigo 788.º do CPC, inicia-se a fase da venda, sem prejuízo de correr paralelamente o apenso de verificação e graduação.

Nas execuções para pagamento de quantia certa, a venda executiva dos bens penhorados, tal como a penhora, é uma fase essencial deste tipo de execuções. Ela importa a transmissão para terceiros (ou para o exequente ou credor reclamante) dos bens ou direitos que foram objeto de anterior penhora⁷³.

A preparação e a efetivação da venda executiva é atribuída ao AE, embora possa haver a intervenção incidental do juiz (por exemplo, a abertura das propostas em carta fechada; autorizar a venda antecipada dos bens penhorados, ordenar que a venda seja efetuada no tribunal da situação dos bens)⁷⁴.

A fase processual da venda executiva implica a realização de atos preparatórios, como é o caso da avaliação dos bens penhorados, publicitação dos anúncios, acesso aos bens penhorados por parte de interessados na venda executiva; o ato de transmissão propriamente dito (abertura das propostas, deliberação sobre as propostas; aceitação da proposta) e os atos subsequentes (cumprimento das obrigações tributárias a que a transmissão dê lugar; emissão do título de transmissão, pedido de remição dos bens; cancelamento dos registos dos direitos que caducam com a venda executiva)⁷⁵.

5.1. A determinação da modalidade da venda

Quando a lei não disponha diversamente, a decisão sobre a modalidade da venda cabe ao AE, ouvidos o exequente, o executado e os credores com garantia sobre os bens

⁷³ Cfr. A Venda Executiva - Manual de Boas Práticas, cit., pp. 3.

⁷⁴ Cfr. A Venda Executiva - Manual de Boas Práticas, cit., pp. 3.

⁷⁵ Cfr. A Venda Executiva - Manual de Boas Práticas, cit., pp. 3.

a vender⁷⁶ e comunicada seguidamente aos mesmos⁷⁷, que podem reclamar para o juiz. Este decide sem admissibilidade de recurso⁷⁸.

No entanto, as possibilidades do AE quanto à modalidade da venda são muito limitadas. Em *primeiro lugar* porque, havendo acordo entre exequente, executado e credor reclamante com garantia sobre o bem, a venda será efetuada nos termos acordados, podendo esse acordo ser objeto de manifestação expressa ou consistir na venda por meio de negociação particular nos casos em que o exequente ou executado propõe um comprador ou um preço e se verifique a aceitação de todos (artigo 832.º, alínea a) e b)), ou na venda em estabelecimento de leilão, quando qualquer deles proponha a venda em determinado estabelecimento e nenhum dos outros se oponha (artigo 834.º, n.º 1, alínea a))⁷⁹. Em *segundo lugar*, pelo facto de se estabelecer que, fora dos casos previstos da venda em mercados regulados (artigo 830.º) e venda direta (artigo 831.º), a modalidade preferencial de venda de bens móveis e imóveis se constitui pelo leilão eletrónico (artigo 837.º, n.º 1)⁸⁰, nos termos da Portaria n.º 282/2013, de 29 de Agosto.

5.2. Determinação do valor base dos bens

À luz do artigo 812.º, n.º 3, alíneas a) e b), o valor base dos bens imóveis deverá corresponder ao valor patrimonial tributário fixado em avaliação efetuada há menos de seis anos ou ao valor do mercado, conforme o que for mais elevado. Em relação aos bens que não sejam imóveis, o seu valor deverá corresponder ao valor de mercado, conforme refere o n.º 4 do artigo supra mencionado.

Por força do artigo 813.º, n.º 1, do CPC, quando o produto dos bens já vendidos for suficiente para o pagamento das despesas da execução, do crédito exequendo e dos credores com garantia real que tenham reclamado os seus créditos, se os houver, susta-se de imediato a venda quanto aos demais bens penhorados. Ou seja, sendo suficiente o

⁷⁶ Cfr. Artigo 812.º, n.º 1 do CPC.

⁷⁷ Prevê o n.º 6 do artigo 812.º, n.º 3 do CPC que a decisão do AE deverá ser notificada ao exequente, ao executados e aos credores reclamantes, preferencialmente por meios eletrónicos.

⁷⁸ Cfr. Artigo 812.º, n.º 6 e 7 do CPC em conformidade com FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 381.

⁷⁹ Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, cit., pp. 469.

⁸⁰ Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, cit. pp. 469.

produto já obtido com a venda, a continuação da venda torna-se numa agressão ao património do executado, sem qualquer adequação⁸¹. Deverá o AE, quando detetar tal suficiência, notificar o exequente e os credores reclamantes. Caso estes discordem dessa decisão, poderão reclamar para o juiz, nos termos do artigo 723.º, n.º 1, alínea d), do CPC⁸².

O legislador determina, no n.º 2 do artigo 813.º do CPC, em conformidade com o 745.º, n.º 5 do CC, que a venda inicia-se sempre pelos bens penhorados que respondam prioritariamente pela dívida.

5.3. Venda antecipada de bens

Uma vez os bens penhorados, pode a sua venda não esperar o momento normal para ser realizada, sendo então feita antecipadamente, por força do disposto no artigo 814.º do CPC⁸³. Cabe ao juiz autorizar a venda antecipada dos bens, quando estes não possam ou não devam conservar-se, por estarem sujeitos a deterioração ou depreciação ou quando seja manifesta a vantagem na antecipação da venda, nos termos do n.º 1 do artigo supra mencionado.

Decorre do n.º 2 do mesmo artigo legal que esta autorização só pode ser requerida pelo exequente ou pelo executado ou pelo depositário⁸⁴. São ouvidas as partes, exceto se a urgência da venda impuser uma decisão imediata.

O n.º 3 da norma legal em análise estabelece que a venda antecipada terá lugar por negociação particular, efetuada pelo depositário ou pelo AE nos casos em que o fiel depositário seja o executado, visto que o encarregado da venda não pode ser uma das partes no processo.

Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, cit. pp. 474.

⁸² Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, cit. pp. 474.

⁸³ Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 377.

⁸⁴ Esta última faculdade concedida ao depositário justifica-se por ser a pessoa que maior ligação terá ao bem penhorado, até pelo especial dever de cuidado que legalmente lhe é imposto no âmbito desse cargo, artigo 761.º do CPC e 1187.º do CC.

5.4. Dispensa do depósito do preço

A compra pode ser efetuada por terceiro, pelo exequente ou por um credor reclamante. Ao exequente e ao credor com garantia sobre o bem é dispensado o depósito do preço, isto é, não faria sentido que a parte que tem um crédito sobre o executado tivesse de depositar o preço oferecido na venda executiva para depois ser-lhe devolvido esse montante, agora a título da dívida exequenda⁸⁵.

Assim, apenas terá de depositar a parte do preço que seja necessária para pagar a credores reclamantes que tenham ficado graduados em primeiro lugar e que não exceda a quantia que tem direito a receber⁸⁶, nos termos do artigo 815.º, n.º 1, do CPC.

No caso de ter havido reclamação de créditos, mas ainda não terem sido graduados os créditos reclamados, o exequente não é obrigado a depositar mais que a parte excedente à quantia exequenda, ao passo que o credor só é obrigado a depositar o excedente ao montante do crédito que tenha reclamado sobre os bens adquiridos, conforme dispõe o n.º 2 do artigo supra mencionado. Quando esta situação ocorra, à luz do n.º 3 do citado dispositivo legal, os imóveis adquiridos ficam hipotecados à parte do preço não depositado, consignando-se a garantia no título de transmissão bancária, não podendo esta transmissão ser registada sem a hipoteca. Exceto se o adquirente prestar caução bancária, isto é, garantia bancária, em valor correspondente.

Em virtude da decisão de graduação de créditos proferida, quando o adquirente não tenha direito à quantia que deixou de depositar ou a parte dela, é notificado para efetuar o depósito da quantia em falta, no prazo de 10 dias, sob pena de ser executado nos termos do artigo 825.º do CPC, caso em que a execução começa logo pelos próprios bens adquiridos ou pela caução, consoante a situação concreta.

5.5. Modalidades da venda

Como já deixámos escrito, o n.º 1 do artigo 811.º do CPC designa quais as modalidades da venda possíveis no nosso ordenamento jurídico, sendo elas: a venda

⁸⁵ Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, cit. pp. 477.

⁸⁶ Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, cit. pp. 477.

mediante propostas em carta fechada, a venda em mercados regulamentados; a venda direta a pessoas ou entidades que tenham direito a adquirir os bens; a venda por negociação particular; a venda em estabelecimento de leilões; a venda em depósito público ou equiparado e a venda em leilão eletrônico.

Todavia, na prática, apenas três das modalidades de venda se utilizam com maior frequência, são elas: a venda em leilão eletrônico, a de propostas em carta fechada e, subsidiariamente, através da negociação particular. Não tendo a venda em mercados regulamentados, a venda direta e a venda em depósito público ou equiparado qualquer expressão no quotidiano dos tribunais⁸⁷.

O n.º 2 do artigo supra mencionado determina a aplicação do disposto nos artigos 818.º, 827.º, n.º 2, e 828.º do CPC, ou seja, obrigação de mostrar os bens a vender; obrigação de comunicação da venda pelo AE ao serviço de registo competente; a faculdade que o adquirente tem de pedir a entrega coerciva do bem adquirido, munido de título de transmissão quando o detentor não o faça voluntariamente, respetivamente⁸⁸.

Tratam-se de normas que acautelam a fase prévia à venda, como o interessado ter o direito de observar o bem por forma a verificar o estado e características do mesmo e poder formar melhor a sua decisão de apresentar ou não proposta de aquisição e, apresentando, o valor da mesma; e as fases subsequentes, diligenciando-se pelo respetivo registo⁸⁹.

Analisaremos agora as modalidades de venda de uso mais frequente na prática dos AE.

5.5.1. Venda em leilão eletrônico

A venda em leilão eletrônico constitui, no CPC de 2013, a modalidade preferencial de venda dos bens móveis e imóveis, de acordo com o artigo 837.º, n.º 1, do CPC. Esta modalidade de venda rege-se nos termos da Portaria nº 282/2013, de 29 de Agosto.

⁸⁷ Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, cit. pp. 469.

⁸⁸ Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, cit. pp. 470.

⁸⁹ Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, cit. pp. 470.

Entende-se por leilão eletrônico⁹⁰ a modalidade de venda de bens penhorados, que se processa em plataforma eletrônica acessível na Internet, concebida especificamente para permitir a licitação dos bens a vender em processo de execução⁹¹. Só podem efetuar ofertas de licitação no leilão eletrônico regulado na presente portaria utilizadores que se encontrem registados, após autenticação efetuada de acordo com as regras do sistema⁹². Só podem ser aceites ofertas de valor igual ou superior ao valor base da licitação de cada bem a vender e, de entre estas, é escolhida a proposta cuja oferta corresponda ao maior dos valores de qualquer das ofertas anteriormente inseridas no sistema para essa venda⁹³. As ofertas, uma vez introduzidas no sistema, não podem ser retiradas⁹⁴.

Decorrido o prazo de 10 dias, a contar da disponibilização da referência multibanco a que se reporta o n.º 4⁹⁵ das regras do leilão, sem que se mostre paga a taxa de colocação em leilão, o pedido é cancelado. Depois de paga a taxa de colocação em leilão são confirmados, por correio eletrónico, a data e hora fixada para o termo do leilão e o local onde vai decorrer o ato de certificação de conclusão. O termo do leilão é fixado para dia em que, nos termos da lei processual, os tribunais estejam abertos, num período não inferior a 20 dias, nem superior aos 60 dias seguintes ao pagamento da taxa de colocação.

Com a entrada em funcionamento deste regime de venda em leilão eletrônico, modalidade referencial nos termos do artigo 837.º do CPC, os demais regimes

⁹⁰ As regras de funcionamento do leilão eletrônico são também possíveis de consultar através do site www.e-leiloes.pt/regras.

⁹¹ Cfr. Portaria n.º 282/2013, de 29 de Agosto, artigo 20.º.

⁹² Cfr. Portaria n.º 282/2013, de 29 de Agosto, artigo 21.º, n.º 3.

⁹³ Cfr. Portaria n.º 282/2013, de 29 de Agosto, artigo 23.º, n.º 2.

⁹⁴ Cfr. Portaria n.º 282/2013, de 29 de Agosto, artigo 23.º, n.º 3.

⁹⁵ No artigo 4.º das regras de funcionamento prevê-se que é da exclusiva responsabilidade do AE a colocação de bens em leilão eletrônico, bem como a informação introduzida na plataforma; a colocação de um bem ou conjunto de bens que forme um lote para venda é realizada através de formulário específico; concluído o preenchimento do formulário e depois de validado pela plataforma é devolvida uma referência multibanco para pagamento da taxa de colocação em leilão, a data e hora provisória para o termo do leilão e local onde vai decorrer o ato de certificação de conclusão do leilão; após a concretização do pagamento da taxa de colocação em leilão o pedido é submetido.

A cada leilão é atribuído um NUL. Uma vez atribuído o NUL o leilão, cabe ao AE, titular do processo, notificar as partes processualmente relevantes do seguinte: NUL; data e hora de termo; bens em leilão.

de venda ficam significativamente diminuídos, pois é-lhes tendencialmente impossível acompanhar a dinâmica, o custo e transparência⁹⁶.

5.5.2. Propostas em carta fechada

Quanto à venda mediante propostas em carta fechada deve ter lugar quando a penhora recaia sobre bens imóveis que não hajam ser vendidos de outra forma, nos termos do disposto no artigo 816.º, n.º 1, do CPC ou quando tenha por objeto um estabelecimento comercial de valor superior a 500 UC, por força do disposto no artigo 829.º do CPC.

Uma vez decidida a venda através desta modalidade, cumpre determinar o valor a anunciar para a venda, o qual não pode ser inferior a 85% do valor base dos bens⁹⁷. A venda terá, em princípio⁹⁸, lugar no Tribunal onde corre termos a execução, independentemente do lugar onde se situam os bens.

O primeiro ato da venda judicial é a designação de dia e hora para a abertura de propostas no qual são publicados editais na porta dos prédios urbanos a vender e anúncios em página de informática de acesso público, sem prejuízo do recurso a outros meios que garantam maior publicidade⁹⁹.

São notificados os titulares do direito de preferência na alienação dos bens¹⁰⁰.

As propostas são entregues na secretaria do tribunal, até ao dia e hora designados para a sua abertura, devendo os proponentes juntar às mesmas, a título de caução, um cheque visado ou garantia bancária, à ordem do AE, no montante correspondente a 5% do valor anunciado para a venda¹⁰¹. As propostas são abertas na presença do juiz, salvo

⁹⁶ Cfr. Refere em <http://www.novocpc.org/estabelecimento-de-leilao.html>

⁹⁷ Cfr. Artigo 821.º, n.º 3 do CPC, não são aceites propostas de valor inferior aos 85% do valor base, salvo se as partes acordarem na sua aceitação.

⁹⁸ Em princípio pois, a requerimento dos interessados ou por sua iniciativa, pode o Tribunal da execução determinar que a venda tenha lugar no Tribunal da situação dos bens. Tal ponderação e decisão terá lugar no momento em que o processo é remetido ao juiz para designar data para abertura das propostas. Neste caso, se o juiz concluir pelas vantagens da realização da venda em outro Tribunal, para além de ter que fundamentar a exceção à regra, deve mandar expedir carta precatória par a realização da venda no Tribunal da situação dos bens.

⁹⁹ Cfr. Artigo 817.º do CPC.

¹⁰⁰ Cfr. Artigo 819.º do CPC.

¹⁰¹ Cfr. Artigo 824.º, n.º 1 do CPC.

quando, na venda de estabelecimento comercial, este não o entenda necessário, sendo sempre abertas na presença do AE¹⁰².

Ao ato de abertura de propostas deverá assistir o AE, a quem compete a elaboração do respetivo auto¹⁰³ e podendo a ela assistir o executado, o exequente, os reclamantes de créditos e os preferentes. A proposta é válida pelo período de 90 dias¹⁰⁴.

Aceite alguma proposta¹⁰⁵, são interpelados os titulares do direito de preferência presentes para que declarem se o querem exercer e, em caso afirmativo, inicia-se o processo de licitações, se necessário, entre eles¹⁰⁶.

Após o depósito e cumpridas as obrigações fiscais (IMIT e IS), passa-se o título de transmissão¹⁰⁷, com base no qual o adquirente pode requerer contra detentor, no próprio processo de execução, a entrega dos bens¹⁰⁸, e comunica-se a venda à conservatória competente para o registo, para que esta proceda, oficiosamente, ao cancelamento dos direitos que tenham caducado, nos termos do n.º2 do artigo 824º do CC¹⁰⁹.

Na falta de proponentes ou de aceitação de propostas, tem lugar a venda por negociação particular¹¹⁰.

¹⁰² Cfr. Artigo 820.º do CPC.

¹⁰³ Cfr. Artigo 826.º do CPC.

¹⁰⁴ Cfr. Artigo 820.º, n.º 4 do CPC.

¹⁰⁵ Cfr. refere o Artigo 825.º do CPC, o preço da venda é depositado pelo proponente aceite ou pelo preferente, dentro de 15 dias, com o que a venda se aperfeiçoa, produzindo os seus efeitos, mas podendo o AE, se o depósito não for feito, determinar que a venda fique sem efeito, e aceitar a proposta de valor imediatamente inferior; determinar que a venda fique sem efeito e efetuar a venda através de modalidade mais adequada, não podendo ser admitido o proponente ou preferente remisso a adquirir novamente; ou liquidar a responsabilidade do proponente ou preferente remisso, devendo ser promovido perante o juiz o arresto em bens suficientes para garantir o valor em falta.

¹⁰⁶ Cfr. Artigo 823.º do CPC.

¹⁰⁷ Cfr. Artigo 827.º, n.º 1 do CPC.

¹⁰⁸ Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, cit. pp. 501-502: Como se refere é ao adquirente que compete requerer a execução especial para entrega do bem adquirido na venda executiva, e apenas a ele. Este, munido do título de transmissão (que o AE lhe deverá entregar quando estiverem reunidas as condições legais para a sua emissão), é que deverá requerer no processo executivo onde teve lugar a venda em causa a execução contra o devedor.

¹⁰⁹ Cfr. Artigo 827.º, n.º 2 do CPC.

¹¹⁰ Cfr. Artigo 822.º, n.º 2 do CPC.

5.5.3. Negociação particular

A venda por negociação particular tem natureza meramente residual ¹¹¹, utilizando-se em caso de: *i)* acordo dos interessados, expresso ou tácito; *ii)* havendo urgência na sua realização reconhecida pelo juiz; *iii)* frustrando-se a venda por proposta em carta fechada, por falta de proponentes ou não aceitação das propostas ou por falta de depósito do preço pelo proponente, em depósito público ou leilão eletrônico, ou *iv)* quando o bem a vender tenha um valor inferior a 4UC (408,00€, dado que o valor da UC é atualmente de 102 €, nos termos do artigo 182.º da Lei nº 71/2018, de 31 de Dezembro)¹¹².

A venda por negociação particular implica a designação do encarregado da venda, ou seja, da pessoa a quem incumbe a tarefa de a realizar¹¹³. Pode ser encarregado o AE, quando haja acordo entre os credores e sem oposição do executado, ou na falta de acordo entre os credores, ou caso haja oposição do executado, por decisão do juiz¹¹⁴.

O depósito do preço deverá ser feito pelo comprador numa instituição de crédito, à ordem do AE¹¹⁵.

5.6. Do produto da venda e do cancelamento de registos

Vendido o bem penhorado, o produto da venda é distribuído pelo exequente e demais credores reclamantes, de acordo com a ordem estabelecida na sentença de verificação e graduação de créditos.

Se algum montante pecuniário restar, após pagamento da quantia exequenda, despesas e honorários e sanção pecuniária compulsória, ainda do preço da venda, deve ser restituído ao executado.

¹¹¹ Nos termos do Artigo 833.º, n.º 5 do CPC, em casos em que haja recurso da sentença pendente, ou estejam pendentes embargos do executado ou oposição à penhora, esse menção deverá ser expressamente feita no ato da venda. No n.º6, prevê-se também a realização da venda sem licença de utilização ou construção no caso de um imóvel que esteja a ser feita construção urbana, impondo-se ao adquirente o ónus de obter a respetiva licença.

¹¹² Cfr. Artigo 832.º do CPC em conformidade RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, cit. pp. 469.

¹¹³ Cfr. Artigo 833.º, n.º 1 do CPC.

¹¹⁴ Cfr. Artigo 833.º, n.º 2 do CPC.

¹¹⁵ Cfr. Artigo 833.º, n.º 4 do CPC.

A venda importa a transmissão da propriedade, tratando-se de um contrato de natureza real na qual o vendedor entrega a coisa e o comprador paga o preço. Esta transferência de propriedade denomina-se contrato de compra e venda.

Contudo, esta transferência de propriedade e a entrega do bem exigem o pagamento integral do preço e o pagamento das obrigações fiscais a que a transmissão dê origem. A falta de depósito do preço dá sem efeito a venda.

Nos termos do disposto no artigo 824.º, n.º 2, do CC, *os bens são transmitidos livres dos direitos de garantia que os onerarem, bem como dos demais direitos reais que não tenham registo anterior ao de qualquer arresto, penhora ou garantia, com exceção dos que, constituídos em data anterior, produzam efeitos em relação a terceiros independentemente de registo.*

O AE procede assim, oficiosamente, ao cancelamento das inscrições respetivas, incluindo a própria penhora¹¹⁶. O cancelamento faz-se perante o título de transmissão dos bens, do qual constará, quando a venda não tenha lugar mediante proposta em carta fechada ou em depósito público, que ela é feita pela pessoa para tanto legitimada no âmbito da execução¹¹⁷.

5.7. Extinção da ação executiva

Prevê a lei várias formas de extinção da execução, contemplando um regime específico, disposto no artigo 849.º do CPC, sendo elas: o pagamento voluntário; o pagamento coercivo; nos casos referidos no n.º 3 do artigo 748.º, no n.º 2 do artigo 750.º, no n.º 6 do artigo 799.º e no n.º 4 do artigo 855.º, por inutilidade superveniente da lide; no caso de adjudicação das quantias vincendas ao exequente nos termos do 779.º, n.º 4 e no caso de sustação integral nos termos do artigo 794.º, n.º 4.

Já o artigo 277.º do CPC surge como um regime supletivo, prevendo que ocorra a extinção da execução nos casos de julgamento; compromisso arbitral; deserção¹¹⁸;

¹¹⁶ Cfr. Artigo 827.º, n.º 2 do CPC.

¹¹⁷ Cfr. FREITAS, José Lebre de, “*A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013*”, cit., pp. 397.

¹¹⁸ Nos termos do artigo 281.º do CPC, considera-se deserta a instância quando, por negligência das partes, o processo se encontra a aguardar impulso processual há mais de 6 meses.

desistência¹¹⁹, confissão ou transação¹²⁰ e a impossibilidade ou inutilidade superveniente da lide.

Ora, a ação executiva tem como objetivo a satisfação do crédito do exequente e dos credores reclamantes através do produto da venda dos bens penhorados, pelo que, normalmente, a execução extingue-se pelo pagamento coercivo. Contudo, pode haver motivos diferentes de extinção, ora vejamos.

O artigo 846.º do CPC refere-se à extinção pelo pagamento voluntário, no qual é de salientar que o executado (ou um terceiro) pode a qualquer momento proceder ao pagamento da quantia em dívida, tendo em atenção que esta quantia em dívida não abrange apenas a quantia exequenda, mas também o pagamento das custas. Esta entrega pode-se realizar através da entrega direta ou por depósito numa instituição de crédito a favor do AE.

Para além do pagamento (coercivo ou voluntário), a obrigação exequenda pode extinguir-se por outra causa prevista na lei civil: dação em cumprimento, consignação em depósito, compensação, novação, remissão, confusão, conforme previsto nos artigos 837.º a 873.º do CC¹²¹.

Pode acontecer que o executado pague ao exequente extrajudicialmente, sendo aqui necessário a junção de um documento comprovativo ao processo, o que dará lugar à liquidação da responsabilidade do executado e a subsequente extinção da execução.

A execução pode ainda extinguir-se em consequência da revogação da sentença exequenda ou da procedência dos embargos do executado e oficiosamente pelo juiz por rejeição oficiosa¹²², conforme o disposto no artigo 734.º do CPC.

¹¹⁹ Previsto no artigo 848.º do CPC, no qual se deve dar especial atenção ao facto de existirem outro credores graduados e já ter havido venda ou adjudicação de bens pois, nesse caso, serão pagos pela parte que lhes couber. Também especial atenção no caso de existir oposição à execução, pois nesse caso depende de aceitação do executado.

Adverte-se ainda de que esta desistência não significa a renúncia ao direito de executar o crédito mas apenas a renúncia ao crédito exequendo. De salientar que esta desistência, ao contrário do que acontece na ação declarativa, não é homologada por sentença.

¹²⁰ A transação não é mais do que um acordo a que as partes chegam para resolução do litígio génese do processo. Assim, e nos termos do artigo 283.º, é livre às partes a qualquer momento da instância, transigir sobre o objeto da causa. A transação, tal como a desistência, pode fazer-se por documento autêntico ou particular, e ainda por termo no processo.

¹²¹ Cfr. FREITAS, José Lebre de, *“A Ação Executiva à Luz do CPC de 2013”*, cit., pp. 415.

¹²² Tem de ser sempre antes do primeiro ato de transmissão de bens penhorados. Se a rejeição for parcial a execução pode prosseguir mas apenas na parte em que não foi rejeitada.

Pode ainda ocorrer que não sejam encontrados ou indicados bens à penhora, nos termos dos artigos 748.º, n.º 3, 750.º, n.º 2 e 855.º, n.º 4, todos do CPC, sendo o exequente e o executado notificados (ou no caso de dispensa de citação prévia, o executado é citado) para indicar bens suscetíveis de penhora no prazo de 10 dias, decorrendo o prazo e nada tenha sido indicado é a execução extinta e o nome do executado é incluído na LPE¹²³.

Outra situação em que ocorre inutilidade superveniente da execução que conduz à sua extinção é a prevista no artigo 799.º, n.º 6, do CPC, em que se verifica em situações em que ocorreu a adjudicação de direito de crédito a título de dação *pro solvendo*^{124/125}, quando o requerente o pretenda e os restantes credores não se opuserem, extinguindo-se a execução quando não haja outros bens que levem à prossecução da execução.

No caso de existir penhora de rendimentos sobre rendas, abonos, vencimentos, salários ou outros rendimentos periódicos (contra um ou mais executados), decorrido que seja o prazo de oposição, o AE adjudica as quantias vincendas ao exequente¹²⁶, caso não existam outros bens, e depois de assegurado o pagamento das quantias que lhe sejam devidas a título de honorários e despesas, bem como os montantes devidos ao Estado a título de sanção pecuniária compulsória, caso exista, a execução é declarada extinta, nos termos do artigo 779.º, n.º 4, do CPC.

¹²³ A LPE regula-se nos termos da Portaria n.º 313/2009, de 30 de março, revogada pela Portaria n.º 279/2013, de 26 de Agosto e consiste na divulgação de dados sobre execuções frustradas por inexistência de bens penhoráveis, ou seja, contém a informação dos devedores que não têm património para pagar as suas obrigações e que, por consequência, resultaram na extinção da ação executiva por inexistência ou insuficiência de bens.

¹²⁴ Previsto no artigo 840.º do CC.

¹²⁵ Veja-se neste sentido o Ac. STJ de 06/11/2003 (Salvador da Costa), in: www.dgsi.pt “1. A novação, que se traduz na extinção, sob declaração expressa, de uma obrigação por via da constituição de uma outra, e a datio pro solvendo, consubstanciada em prestação tendente à realização de um direito de crédito sem intenção de substituição, têm em comum o facto de envolverem a constituição de uma nova obrigação, e a diferença no facto de na primeira se extinguir imediatamente a antiga obrigação e, na segunda, esse imediato efeito extintivo não ocorrer. 2. A dação pro solutum e a datio pro solvendo têm em comum, no plano do cumprimento, a substituição de uma primitiva prestação por outra, e a diferença no facto de a extinção daquela prestação ser incondicional no primeiro caso e, no segundo, depender da condição de realização do respectivo direito de crédito. 3. Tendo o mutuário de dinheiro entregue ao mutuante, na sequência de acerto de contas relativo a contratos de mútuo nulos por falta de forma, e reconhecimento face ao segundo pelo primeiro da sua obrigação de restituição, dois cheques com determinado valor neles inscrito, a situação não se configura como novação nem datio pro solutum, mas como mera datio pro solvendo.”

¹²⁶ É notificada a entidade patronal pagadora desses rendimentos para proceder aos descontos a título de penhora e entrega de respetivos montantes, e adjudicadas as quantias vincendas assim penhoradas, passando a entrega-las diretamente ao exequente.

Pretende aqui o legislador evitar uma pendência artificial correspondente ao tempo necessário para obter a satisfação integral da quantia exequenda.

Uma vez verificado que sobre um bem penhorado já impende penhora anterior, cabe ao AE tomar a decisão de sustação da execução quanto a esse bem e notifica o exequente para que este, no prazo de quinze dias (nº 2 do 794.º), reclame o seu crédito, sem prejuízo de, nos termos do nº 3 do artigo 794.º do CPC, poder desistir da penhora e indicar outros bens. No caso de não existirem outros bens suscetíveis de penhora, determina-se a extinção da execução, nos termos do artigo 794.º, n.º 4, do CPC.

Consta ainda do CPC a possibilidade de extinção por outras causas, estando aqui incluídas por exemplo o pagamento em prestações ou acordo global, regulados nos termos dos artigos 806.º a 810.º do CPC. O pagamento em prestações origina a extinção da execução, embora se possa proceder à sua renovação quando o acordo não seja cumprido e o exequente pretenda obter a satisfação do remanescente, bastando para isso o incumprimento de uma prestação¹²⁷.

Note-se que com a graduação de créditos o credor reclamante tem a possibilidade de requerer a renovação da instância para satisfação do seu crédito¹²⁸. Neste caso, o exequente é notificado para, no prazo de 10 dias, exercer o seu direito de denúncia do acordo no qual pode ver o remanescente do seu crédito satisfeito pelo produto da venda do bem penhorado, nos termos da graduação de créditos e, caso não o exerça, perde o direito de garantia constituído a seu favor pela penhora¹²⁹. Nestes termos vai o credor assumir a posição de exequente e a execução prossegue para satisfação do seu crédito, mas apenas sobre o bem do qual detém a garantia real¹³⁰. O artigo 807.º do CPC prevê ainda os casos em que o exequente declara não prescindir da penhora sendo que esta converte-se em hipoteca ou penhor, mantendo a prioridade que tinha com a anterior garantia.

Está ainda prevista, nos termos do artigo 721.º, n.º 3, do CPC, a extinção da execução nos casos em que o exequente não efetue o pagamento das quantias devidas ao AE, quando decorridos 30 dias a contar da notificação que haja recebido. Esta consequência não está apenas prevista para o momento inicial da instauração da execução, podendo ocorrer em qualquer momento do processo executivo.

¹²⁷ Cfr. Artigo 808.º do CPC.

¹²⁸ Cfr. Artigo 809.º, n.º 1 do CPC.

¹²⁹ Cfr. Artigo 809.º, n.º 2 do CPC.

¹³⁰ Cfr. Artigo 809.º, n.º 4 e 850.º, n.º 2 a 4 do CPC.

Por legislação avulsa surgem outras causas de extinção da execução, como é o caso da situação de insolvência do executado¹³¹. Ora, com a declaração de insolvência a execução é suspensa quanto ao executado insolvente, prosseguindo a execução contra os demais executados, se os houver^{132/133}.

Por norma é o AI que comunica a declaração de insolvência do executado, nos termos do 88.º, n.º 4, do CIRE, contudo, nos casos em que tal não acontece, pode também qualquer credor requerer a suspensão da execução, de forma a impedir os pagamentos, mostrando que foi requerida a insolvência do executado, conforme dispõe o artigo 793.º do CPC.

Assim, por exemplo, se quanto ao devedor estiver a decorrer uma penhora de vencimento, a declaração de insolvência tem como consequência, por força da lei, o seu levantamento imediato. Não obstante esta suspensão, se a declaração de insolvência do executado for indeferida, o AE notifica novamente a entidade pagadora para proceder novamente aos descontos à ordem do processo executivo, mantendo-se a sua prioridade em relação aos demais.

No caso de penhora de imóvel, a declaração de insolvência é averbada, mantendo-se suspensa as diligências de venda pendentes até decisão final. Pode, no entanto, acontecer que haja dois titulares do imóvel e apenas um dos executados tenha sido declarado insolvente e neste caso há a possibilidade de se proceder à venda conjunta, uma

¹³¹ À luz do n.º 1 do artigo 88.º do CIRE, “a declaração de insolvência determina a suspensão de quaisquer diligências executivas ou providências requeridas pelos credores da insolvência que atinjam os bens integrantes da massa insolvente¹³¹ e obsta à instauração ou ao prosseguimento de qualquer ação executiva intentada pelos credores da insolvência, porém, se houver outros executados, a execução prossegue contra estes”.

¹³² No mesmo sentido se refere Ac. TRL de 21/09/2006 (Dr. Caetano Duarte) in: : www.dgsi.pt.

¹³³ Cfr. Ac. TRE de 21/12/2017 (Rui Machado e Moura), in: : www.dgsi.pt : “Nos termos do disposto no artigo 88.º, n.º 1, do CIRE, a declaração de insolvência, por sentença já transitada em julgado, apenas determina a suspensão da execução pendente contra a insolvente e não a sua extinção por inutilidade e/ou impossibilidade superveniente da lide.”

Veja-se ainda neste sentido o Ac. TRC de 20/11/2012 (Falcão de Magalhães), in: www.dgsi.pt : “**I** – O artº 88º do CIRE, na 1ª parte do seu nº 1, dispõe que “A declaração de insolvência determina a suspensão de quaisquer diligências executivas ou providências requeridas pelos credores da insolvência que atinjam os bens integrantes da massa insolvente e obsta à instauração ou ao prosseguimento de qualquer ação executiva intentada pelos credores da insolvência”. **II** - Se, por um lado, no dito preceito, a expressão “determina a suspensão” logo aponta para que a declaração de insolvência do executado não implique a extinção da instância, por outro lado, também não se vislumbra que a lide executiva, em função de tal declaração, se revele inútil ou impossível, levando à aplicação da regra geral constante do artº 287, alínea e), do CPC. **III** - A sentença que declare a insolvência de executado não é causa de impossibilidade superveniente da lide suscetível de levar à extinção da instância executiva, antes é determinante da suspensão da execução até ao encerramento do processo de insolvência, dado poder haver situações que justifiquem o seu prosseguimento (n.º 1 do art.º 88.º do CIRE).”

vez que no processo executivo o processo suspende quanto ao executado insolvente, mas prossegue quanto à meação do cotitular.

As ações executivas não se extinguem por qualquer causa, mas apenas quando o encerramento do processo de insolvência for determinado por rateio final ou por o AI ter constatado a insuficiência da massa insolvente¹³⁴. Nos restantes casos, as ações podem prosseguir, a não ser que haja restrições a isso no plano de insolvência ou no plano de pagamentos aos credores ou que esteja a decorrer o “período de cessão do rendimento disponível”^{135/136}.

Até à última reforma da ação executiva, a extinção da execução tinha lugar, salvo o caso da deserção da instância, mediante uma sentença que lhe punha termo. Agora, com a reforma da ação executiva, cabe ao AE pôr termo ao processo executivo, sendo efetuada por notificação às partes (exequente, executado e credores reclamantes)¹³⁷.

Neste caso concreto, a notificação ao credor reclamante assume primacial relevo, uma vez que, no prazo de 10 dias, podem requerer, querendo, a renovação da execução, conforme prevê o artigo 850.º, n.º 2, do CPC.

De notar ainda que a notificação de extinção ao executado apenas ocorre quando este foi citado anteriormente para os termos da execução¹³⁸.

Dispõe ainda o n.º 3 do preceituado artigo 850.º do CPC, que a extinção da execução seja comunicada ao tribunal, por via eletrónica, sendo assegurado pelo sistema informático o arquivo automático e eletrónico do processo, sem necessidade de intervenção judicial ou da secretaria.

¹³⁴ Cfr. Artigo 88.º, n.º 3 do do CIRE.

¹³⁵ SERRA, Catarina, (2018), “*Lições de Direito da Insolvência*”, Almedina, cit. pp. 216.

¹³⁶ Previsto no artigo 239.º do CIRE, a cessão do rendimento disponível é uma cessão judicial de créditos, proferido por despacho inicial que determina que durante os cinco anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência, o rendimento disponível auferido pelo devedor considera-se cedido ao AI, enquanto fiduciário, período esse que se designa como período de cessão.

¹³⁷ Cfr. Artigo 849.º, n.º 2 do CPC.

¹³⁸ Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa, REBELO, Sérgio “*A Ação Executiva anotada e comentada*”, cit. pp. 543.

CAPITULO II – Breve Análise do Processo de Insolvência

1. A situação de insolvência: definição e caracterização do processo de insolvência

Etimologicamente, o termo “insolvência” tem a sua origem em “*solvere*” (pagar) e designa a ação ou situação de não pagamento (*in*, prefixo de negação + *solvência*)¹³⁹. Em conformidade com isto, o direito da insolvência era geralmente definido como o complexo de normas jurídicas que tutelam a situação do devedor de insolvência e a satisfação dos direitos dos seus credores.

Todavia, esta definição tornou-se insuficiente para abarcar todas as matérias cobertas pelo direito da insolvência. Cada vez mais, as normas que compõem o direito da insolvência se orientam para a prevenção da insolvência e não para a resolução. O direito da insolvência será, assim, suscetível de ser definido, mais adequadamente, como a disciplina jurídica tendente a evitar e a resolver a insolvência, em especial consideração pelos interesses do devedor e dos credores¹⁴⁰.

A noção de processo de insolvência é apresentada na norma do artigo 1.º, n.º 1 do CIRE, o qual refere que “o processo de insolvência é um processo de execução universal que tem como finalidade a satisfação dos credores pela forma prevista num plano de insolvência, baseado, nomeadamente, na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente, ou, quando tal não se afigure possível, na liquidação do património do devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores”. É um processo universal, por ele abranger, em regra, todo o património do devedor.

A sentença de declaração de insolvência decreta a apreensão, para a imediata entrega ao AI, dos elementos da contabilidade do devedor e todos os seus bens, ainda que arrestados, penhorados ou por qualquer forma apreendidos ou detidos.

A massa insolvente vai ser precisamente constituída por todo o património do devedor à data da declaração de insolvência, bem como os bens e direitos que ele adquira na pendência do processo¹⁴¹. No entanto, estão excluídos da massa insolvente os bens

¹³⁹ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, Edições Almedina, S.A., cit. pp. 15.

¹⁴⁰ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 16.

¹⁴¹ Cfr. Artigo 46.º, n.º 1 do CIRE.

absolutamente impenhoráveis e mesmo os bens relativamente impenhoráveis que só integram a massa insolvente se o devedor os apresentar voluntariamente^{142/143}.

Importa salientar que entre o processo de insolvência e o processo executivo existem diferenças assinaláveis, tanto ao nível dos pressupostos, como ao nível dos efeitos. Desde logo, o requerimento da declaração de insolvência não configura o exercício de um poder de execução e, consequentemente, o requerente está dispensado de exhibir título executivo. Pela mesma razão, os sujeitos legitimados para requerer a declaração de insolvência não são apenas os credores, mas outros sujeitos, entre os quais o próprio devedor. Este está, aliás, em alguns casos, sujeito a um dever de ação, o que é mais um aspeto estranho ao processo executivo¹⁴⁴.

A sentença de declaração de insolvência é uma sentença do tipo declarativa, constituindo o devedor num novo *status iuridicus*. Por força dela, o devedor fica privado dos poderes de administração e de disposição dos bens integrantes da massa insolvente e sujeito ao dever de apresentação ao tribunal e à de colaboração com os órgãos da insolvência, ao dever de respeitar a residência fixada na sentença de declaração de insolvência, ao dever de entrega imediata de documentos relevantes para o processo. Poderá ainda acarretar os efeitos decorrentes da qualificação da insolvência como culposa, como a inibição para a administração de bens alheios, a inibição para o exercício do comércio, a perda de certos créditos e a obrigação de restituição de certos montantes e a obrigação de indemnização de certos danos¹⁴⁵.

O processo de insolvência é ainda um processo concursal, ou seja, pressupõe a participação e o concurso dos credores. A natureza concursal visa garantir uma igualdade entre os credores da insolvência que estejam nas mesmas condições. Com efeito, será necessário atender às classes dos créditos que encontramos previstas no artigo 47.º, n.º 4 do CIRE.

O processo de insolvência constitui, por outro lado, um processo especial, na medida em que está regulado autonomamente em diploma próprio – o CIRE – e, por outro

¹⁴² Cfr. MARTINS, Alexandre de Soveral. (2017). “*Um curso de Direito da Insolvência*”, 2.º Edição, Almedina, cit. pp. 41.

¹⁴³ Cfr. Artigo 46.º, n.º 2 do CIRE.

¹⁴⁴ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 41.

¹⁴⁵ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 41-42.

lado, afasta-se do regime comum das execuções, só sendo o CPC aplicável a título subsidiário, nos termos do artigo 17.º do CIRE.

O processo de insolvência apresenta desvios em relação aos princípios comuns do processo civil. Assim, em primeiro lugar, é expressamente consagrado no artigo 11.º do CIRE o princípio do inquisitório em derrogação expressa ao regime do artigo 5.º, n.º 1 do CPC. Por outro lado, admite-se o afastamento do princípio do contraditório, ao se possibilitar a dispensa de audiência do devedor nos casos previstos no artigo 12.º do CIRE. Finalmente, a regra no processo de insolvência é a existência de apenas um grau de recurso, pois, salvo em certos casos de oposição de julgados, não se admite o recurso de acórdãos da Relação, conforme disposto no artigo 14.º do CIRE¹⁴⁶.

Não se pode obliterar, por outro lado, a existência de elementos declarativos no processo de insolvência. Este inicia-se com uma fase declarativa, onde pode haver oposição à declaração de insolvência (artigo 30.º do CIRE) e audiência de discussão e julgamento (artigo 35.º do CIRE), cabendo, em qualquer caso, ao Juiz a declaração (ou não) da insolvência por sentença (artigo 36.º do CIRE). Tem igualmente natureza declarativa nos diversos apensos e incidentes, como o da verificação de créditos (artigo 128.º do CIRE), restituição e separação de bens (artigo 141.º do CIRE) e os incidentes de qualificação da insolvência (artigo 188.º e seguintes e 191.º e seguintes do CIRE)¹⁴⁷.

O artigo 9.º do CIRE atribui ao processo de insolvência, incluindo todos os seus incidentes, apensos e recursos, carácter urgente e goza de precedência sobre todo o serviço ordinário do Tribunal onde aquele decorra. O carácter urgente vai abranger inclusivamente a realização de registos de sentenças, de despachos, atos de apreensão de bens da massa insolvente e de atos praticados no âmbito da administração e liquidação dessa massa ou previstos em plano de insolvência ou de pagamentos (artigo 9.º, n.º 5 do CIRE).

Em suma, o processo de insolvência instituído pelo CIRE, caracteriza-se por ser de natureza mista (engloba ações de natureza executiva e declarativa), é de execução coletiva e universal, está regulado autonomamente, é multidisciplinar e goza de carácter urgente.

¹⁴⁶ Cfr. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes. (2015). *“Direito da Insolvência”*, 6.º Edição, Almedina, cit. pp. 20.

¹⁴⁷ Cfr. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes. (2015). *“Direito da Insolvência”*, cit. pp. 20.

Encontra-se assim em situação de insolvência, conforme refere o n.º 1 do artigo 3.º do CIRE, o devedor que se encontre impossibilitado de cumprir as suas obrigações vencidas¹⁴⁸.

O que se deve compreender desde logo, é que o incumprimento é um facto enquanto que a insolvência é um estado ou uma situação.

1.1. A insolvência iminente

À insolvência atual é ainda equiparada a insolvência iminente, no caso em que o devedor se apresente à insolvência (artigo 3.º, n.º 4 do CIRE). Como se vê, apenas o devedor pode requerer a declaração de insolvência com base na situação de insolvência iminente.

A insolvência iminente caracteriza-se pela existência de um conjunto de circunstâncias, que não tendo ainda conduzido à situação de insolvência, é provável que a venham determinar, num curto prazo, se não existir nenhum acontecimento que mude essas circunstâncias.

Essas circunstâncias podem-se traduzir na insuficiência de um ativo líquido e disponível para satisfazer o passivo do devedor, ou seja, trata-se dos casos em que o devedor está impossibilitado de cumprir as suas obrigações ainda não vencidas, mas previsíveis a curto prazo¹⁴⁹.

A intenção do legislador português com a introdução deste pressuposto é a de promover o uso de meios antecipados para evitar o “dano da insolvência”¹⁵⁰.

Se estamos a falar de insolvência iminente é porque nos encontramos já perante uma ameaça. Mas não basta um medo ou pavor por parte do devedor. É preciso que se trate de uma probabilidade objetiva. Será preciso averiguar qual a probabilidade de o

¹⁴⁸ A insolvência pode assim revestir a forma de impossibilidade de cumprimento das obrigações vencidas (cfr. artigo 3.º, n.º 1 do CIRE). As pessoas coletivas e os patrimónios autónomos por cujas dívidas nenhuma pessoa singular responda pessoal ou ilimitadamente, encontra-se em situação de insolvência quando a sua situação patrimonial líquida é manifestamente negativa (cfr. artigo 3.º, n.º 2 do CIRE), Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 120.

¹⁴⁹ Cfr. Centro de Estudos Judiciários. (2017). “*Insolvência e processo especial de revitalização*”, in: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_Insolvencia_Revitalizacao.pdf.

¹⁵⁰ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 64.

devedor não pagar as obrigações vencidas e as obrigações atuais não vencidas no momento em que se vencerem. Se for previsível que isso venha a acontecer, há insolvência iminente¹⁵¹.

Na doutrina alemã, há quem proponha que seja uma avaliação em função do que é mais provável: há insolvência iminente se a insolvência é mais provável que a hipótese de a evitar¹⁵².

O conceito de situação económica difícil encontra-se definida no artigo 17.º-B do CIRE, que quando o devedor enfrentar dificuldade séria para cumprir pontualmente as suas obrigações, designadamente por ter falta de liquidez ou por não conseguir obter crédito. Trata-se pois de uma situação em que o devedor, embora com dificuldades, ainda está a pagar, ainda não cessou os pagamentos por incapacidade económico-financeira, estando, no entanto, numa situação de falta de liquidez ou de falta de crédito¹⁵³.

2. Tramitação do processo de insolvência

O processo de insolvência inicia-se com o pedido de declaração de insolvência, regulado nos artigos 18.º e ss. do CIRE. No que concerne ao pedido de declaração de insolvência existe uma legitimidade processual alargada, podendo ser a mesma apresentada pelo devedor, os responsáveis legais pelas dívidas do devedor¹⁵⁴, os credores e o MP¹⁵⁵. No entanto, estes só podem requerer a insolvência se se verificar algum dos factos referidos no artigo 20.º, n.º 1 do CIRE¹⁵⁶, sendo necessário que tenham interesse na respetiva declaração.

¹⁵¹ Cfr. MARTINS, Alexandre de Soveral. (2017). “Um curso de Direito da Insolvência”, cit. pp. 55-56.

¹⁵² Cfr. MARTINS, Alexandre de Soveral. (2017). “Um curso de Direito da Insolvência”, cit. pp. 56.

¹⁵³ Cfr. Centro de Estudos Judiciários. (2017). “Insolvência e processo especial de revitalização”, in: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_Insolvencia_Revitalizacao.pdf.

¹⁵⁴ Os responsáveis legais pelas dívidas do devedor são definidos no artigo 6.º, n.º 2 do CIRE.

¹⁵⁵ Cfr. Artigo 20.º do CIRE.

¹⁵⁶ Artigo 20.º, n.º 1 do CIRE: “(...) factos a verificar: a) Suspensão generalizada do pagamento das obrigações vencidas; b) Falta de cumprimento de uma ou mais obrigações que, pelo seu montante ou pelas circunstâncias do incumprimento, revele a impossibilidade de o devedor satisfazer pontualmente a generalidade das suas obrigações; c) Fuga do titular da empresa ou dos administradores do devedor ou abandono do local em que a empresa tem a sede ou exerce a sua principal atividade, relacionados com a falta de solvabilidade do devedor e sem designação de substituto idóneo; d) Dissipação, abandono, liquidação apressada ou ruínosa de bens e constituição fictícia de créditos; e) Insuficiência de bens penhoráveis para pagamento do crédito do exequente verificada em processo executivo movido contra o devedor; f) Incumprimento de obrigações previstas em plano de insolvência ou em plano de pagamentos,

No entanto, é de salientar que por trás da iniciativa do pedido de declaração, por parte de cada sujeito, está uma intenção diversa: por parte do devedor ou dos responsáveis legais pelas dívidas do devedor está a intenção de autodefesa antecipada perante os credores; por parte dos credores está a expectativa de realização dos direitos de crédito¹⁵⁷.

Porque o pedido de declaração de insolvência não é um requerimento executivo, o credor pode requerer o início do processo independentemente do incumprimento, da mora ou mesmo do vencimento do respetivo crédito, devendo, porém, justificar na petição inicial a natureza, origem e montante do crédito¹⁵⁸, tendo que fazer prova do mesmo¹⁵⁹.

Com efeito, o credor requerente não fica dispensado daquele que é o ónus geral dos credores concursuais: só vem a obter o pagamento se o seu crédito puder considerar-se reclamado. Uma das diferenças entre ele e os restantes credores é que, por razões de economia processual, a justificação do seu crédito, efetuada aquando do pedido de declaração de insolvência, passa a valer como reclamação¹⁶⁰.

O devedor pode sempre impedir a declaração de insolvência mostrando que, apesar da ocorrência do facto previsto no artigo 20.º do CIRE, a insolvência não existe^{161/162}.

Relativamente ao prazo para a apresentação do pedido de declaração de insolvência, o devedor está em certos casos obrigado a apresentar-se à insolvência dentro dos 30 dias seguintes à data do conhecimento ou à data em que devesse conhecer a insolvência¹⁶³. Nos casos em que o devedor não é pessoa singular titular de uma empresa, a apresentação é voluntária. O devedor não está condicionado por qualquer prazo, o

nas condições previstas na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 218.º; g) Incumprimento generalizado, nos últimos seis meses, de dívidas de algum dos seguintes tipos: i) Tributárias; ii) De contribuições e quotizações para a segurança social; iii) Dívidas emergentes de contrato de trabalho, ou da violação ou cessação deste contrato; iv) Rendas de qualquer tipo de locação, incluindo financeira, prestações do preço da compra ou de empréstimo garantido pela respetiva hipoteca, relativamente a local em que o devedor realize a sua atividade ou tenha a sua sede ou residência; h) Sendo o devedor uma das entidades referidas no n.º 2 do artigo 3.º, manifesta superioridade do passivo sobre o ativo segundo o último balanço aprovado, ou atraso superior a nove meses na aprovação e depósito das contas, se a tanto estiver legalmente obrigado.”

¹⁵⁷ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 104.

¹⁵⁸ Cfr. Artigo 25.º, n.º 1 do CIRE.

¹⁵⁹ Cfr. Artigo 25.º, n.º 2 do CIRE.

¹⁶⁰ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 105.

¹⁶¹ Cfr. Artigo 30.º, n.º 3 do CIRE.

¹⁶² A título de exemplo, veja-se o facto indicado na alínea a) do artigo 20.º, n.º 1 do CIRE, para efeitos da norma não é qualquer suspensão que revela mas sim a que seja tendencialmente duradoura e alargada à maior parte das obrigações do devedor e não uma suspensão temporária e limitada.

¹⁶³ Cfr. Artigo 18.º, n.º 1 e 2 do CIRE.

mesmo acontecendo em todas as hipóteses em que a iniciativa processual seja de um dos outros sujeitos legitimados¹⁶⁴.

O artigo 22.º do CIRE prevê ainda a dedução de pedido infundado de declaração de insolvência ou a indevida apresentação por parte do devedor, a qual gera responsabilidade civil pelos prejuízos causados ao devedor ou aos credores, mas apenas em caso de dolo. Nesta norma encontram-se, por exemplo, os casos em que o credor apenas quer causar danos à imagem e à reputação do devedor ou em que o administrador de uma sociedade recorre ao processo de insolvência com o exclusivo propósito de obter a dissolução da sociedade¹⁶⁵.

A apreciação da petição inicial deve realizar-se no próprio dia da distribuição ou, pelo menos, até ao terceiro dia útil subsequente¹⁶⁶.

No caso de apresentação do devedor à insolvência, considera-se reconhecida pelo devedor a situação de insolvência e é imediatamente declarada a insolvência, em regra, até ao terceiro dia útil seguinte ao da distribuição da petição inicial¹⁶⁷.

No caso de requerimento da insolvência por outro sujeito que não o devedor, tem lugar, por regra, a citação pessoal do devedor¹⁶⁸, para que este possa deduzir oposição à declaração de insolvência, nos termos do disposto no artigo 30.º do CIRE.

Na sequência da citação podem acontecer duas situações: ou o devedor não deduz oposição – caso em que se consideram confessados os factos e é declarada insolvência (se na petição tiverem sido alegados factos demonstrativos da existência), nos termos do n.º 5 do artigo 30.º do CIRE; ou o devedor deduz oposição – caso em que deve alegar, seja a inexistência do facto, seja a inexistência da situação de insolvência e, em qualquer caso, provar a sua solvência, baseando-se, por exemplo, na escrituração legalmente obrigatória, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo supra mencionado. O n.º 2 do mesmo artigo exige ainda que o devedor junte com a oposição, sob pena de não recebimento, uma lista dos seus cinco maiores credores, com exclusão do requerente, com a indicação do respetivo domicílio.

¹⁶⁴ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 121.

¹⁶⁵ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 122.

¹⁶⁶ Cfr. Artigo 27.º, n.º 1 do CIRE.

¹⁶⁷ Cfr. Artigo 28.º do CIRE.

¹⁶⁸ Cfr. Artigo 29.º, n.º 1 do CIRE.

Deduzindo o devedor oposição, realiza-se a audiência de discussão e julgamento, notificando-se o devedor e o requerente para comparecerem, nos termos do artigo 35.º, n.º 1 do CIRE. Aqui podem ocorrer 3 situações: caso nem o devedor nem um seu representante comparecer, consideram-se confessados os factos alegados na petição inicial (cfr. previsto no n.º 2 do artigo 35.º do CIRE); caso compareça o devedor ou um seu representante mas não o requerente nem um seu representante, considera-se que há desistência do pedido (cfr. o n.º 3 da mesma norma legal) e é proferida a sentença homologatória de desistência do pedido; caso compareçam ambas as partes, o juiz profere despacho destinado a identificar o objeto do litígio e a enunciar os temas da prova e, concluída a produção da prova e subsequentes alegações orais, profere sentença de declaração de insolvência ou de indeferimento do pedido de declaração de insolvência (cfr. n.ºs 5, 6, 7 e 8 do artigo 35.º do CIRE)¹⁶⁹.

À luz do artigo 12.º do CIRE pode vir a ser excecionalmente dispensada a citação ou a audiência do devedor. Isto acontecerá sempre que a citação ou audiência acarrete demora excessiva pelo facto de o devedor, sendo uma pessoa singular, residir no estrangeiro ou por ser desconhecido o seu paradeiro.

De forma a impedir o agravamento da situação patrimonial do devedor, o artigo 31.º do CIRE prevê a hipótese de serem adotadas medidas cautelares que se destinam, no processo de insolvência, a evitar o risco de prática de atos de má gestão, como, por exemplo, degradações ou dissipações patrimoniais, que podem ocorrer durante o período entre o pedido de declaração de insolvência e a sentença que a declara ou indefere o pedido.

Estas medidas consistem, por exemplo, na nomeação de um administrador judicial provisório¹⁷⁰, tendo este poderes exclusivos para administrar o património do devedor ou para o auxiliar, quando a administração da massa insolvente seja entregue a este ou na mera sujeição do devedor à proibição da prática de certos atos.

Ora, nem sempre o pedido de declaração de insolvência dá lugar à declaração de insolvência. Quando assim seja é proferida uma sentença de indeferimento do pedido de declaração de insolvência, sendo esta apenas notificada ao requerente e ao devedor¹⁷¹,

¹⁶⁹ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 126.

¹⁷⁰ Veja-se neste contexto os artigos 32.º a 34 do CIRE relativamente à escolha e à remuneração do AI.

¹⁷¹ Cfr. Artigo 44.º, n.º 1 do CIRE.

não sendo, em princípio, objeto de publicidade, exceto no caso de ter sido nomeado um AI provisório, nos termos previstos dos artigos 37.º e 38.º do CIRE¹⁷².

A sentença que indefira o pedido de declaração de insolvência apenas pode ser impugnada por via de recurso pelo requerente¹⁷³.

Contrariamente, caso haja sentença declaratória de insolvência, esta comporta assim uma declaração que reside no facto de o juiz reconhecer judicialmente a situação de facto que é a condição fundamental da declaração. O reconhecimento judicial cria um estado jurídico novo (o estado de insolvente) que, por sua vez, dá origem à adoção de várias providências. Assim, ao declarar a insolvência, a sentença tem um efeito constitutivo, pois modifica o estado jurídico do devedor, devendo, por isso, ser enquadrada na categoria das sentenças declarativas de tipo constitutivo¹⁷⁴.

Esta sentença de declaração de insolvência vai então apenas verificar uma situação e constituir o devedor insolvente. Para que os credores venham a final ser pagos, é, no entanto, necessário que uma outra sentença venha complementá-la, desempenhando uma função de certificação – a sentença de verificação de créditos¹⁷⁵.

A sentença de declaração de insolvência designa, entre outras coisas, o AI¹⁷⁶; o prazo, até 30 dias, para reclamação de créditos¹⁷⁷; a data, entre os 45 e os 60 dias subsequentes, para a assembleia de credores e apreciação do relatório¹⁷⁸; fixa-se ainda a apreensão, para entrega ao AI, de todos os bens do devedor¹⁷⁹; o dever de respeitar a residência fixada na sentença¹⁸⁰ e o dever de entrega imediata de documentos relevantes para o curso do processo¹⁸¹.

¹⁷² Cfr. Artigo 44.º, n.º 2 do CIRE.

¹⁷³ Cfr. Artigo 45.º do CIRE.

¹⁷⁴ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 128-129.

¹⁷⁵ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 130.

¹⁷⁶ Cfr. Artigo 36.º, n.º 1, alínea d) do CIRE.

¹⁷⁷ Cfr. Artigo 36.º, n.º 1, alínea j) do CIRE.

¹⁷⁸ Cfr. Artigo 36.º, n.º 1, alínea n) do CIRE. No entanto, o juiz pode prescindir da realização da assembleia de apreciação do relatório, exceto nos casos em que for previsível a apresentação de um plano de insolvência ou em que se determine que a administração da massa seja efetuada pelo devedor, cfr. previsto no n.º 2 do mesmo artigo.

¹⁷⁹ Cfr. Artigo 36.º, n.º 1, alínea g) do CIRE.

¹⁸⁰ Cfr. Artigo 36.º, n.º 1, alínea c) do CIRE.

¹⁸¹ Cfr. Artigo 36.º, n.º 1, alínea f) do CIRE.

Os administradores do devedor a quem tenha sido fixada residência são notificados pessoalmente da sentença, nos termos e pelas formas prescritos na lei processual para a citação, sendo-lhes igualmente enviadas cópias da petição inicial¹⁸².

Sem prejuízo das notificações que se revelem necessárias nos termos da legislação laboral, nomeadamente ao Fundo de Garantia Salarial, a sentença é igualmente notificada ao Ministério Público, ao Instituto de Segurança Social, ao requerente da declaração de insolvência, ao devedor, nos termos previstos para a citação, caso não tenha já sido citado pessoalmente para os termos do processo e, se este for titular de uma empresa, à comissão de trabalhadores¹⁸³.

Os cinco maiores credores conhecidos, com exclusão do requerente, são citados pessoalmente ou por carta registada se não tiverem residência habitual, sede ou domicílio em Portugal¹⁸⁴. Os credores conhecidos com residência habitual, o domicílio ou a sede estatutária num Estado-membro diferente daquele em foi aberto o processo, incluindo as autoridades fiscais e os organismos da segurança social desses Estados-membros, são citados por carta registada, em conformidade com o artigo 54.º do Regulamento (UE) n.º 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015¹⁸⁵. Havendo créditos do Estado e de outras instituições públicas, a respetiva citação é feita por carta registada¹⁸⁶.

Quanto aos demais credores e restantes interessados são citados por edital, com prazo de dilação de cinco dias. O edital será afixado na sede ou residência do devedor, nos seus estabelecimentos e no próprio tribunal e publicado no portal Citius¹⁸⁷.

A declaração de insolvência é, além disso, objeto de registo oficioso na conservatória do registo civil (quando o devedor é pessoa singular) e na conservatória do registo comercial (quando houver factos relativos ao devedor insolvente que estejam sujeitos a isso)¹⁸⁸. A declaração de insolvência passa também a ser inscrita no serviço de registo predial relativamente aos bens que integrem a massa insolvente¹⁸⁹.

¹⁸² Cfr. Artigo 37.º, n.º 1 do CIRE.

¹⁸³ Cfr. Artigo 37.º, n.º 2 do CIRE.

¹⁸⁴ Cfr. Artigo 37.º, n.º 3 do CIRE.

¹⁸⁵ Cfr. Artigo 37.º, n.º 4 do CIRE.

¹⁸⁶ Cfr. Artigo 37.º, n.º 5 do CIRE.

¹⁸⁷ Cfr. Artigo 37.º, n.º 7 e 8 do CIRE.

¹⁸⁸ Cfr. Artigo 38.º, n.º 2, alínea a) e b) do CIRE.

¹⁸⁹ Cfr. Artigo 38.º, n.º 3 do CIRE e n.º 5 do artigo 43.º do CRPredial.

A secretaria deve, por fim, registar oficiosamente a declaração de insolvência no RIE, promover a sua divulgação na página informática do tribunal e comunicá-la ao Banco de Portugal para inscrição na central de riscos de crédito¹⁹⁰.

A sentença declaratória de insolvência pode ser impugnada, alternativa ou cumulativamente através de embargos e de recurso¹⁹¹. Os embargos servem para alegar factos novos ou para requerer novos meios de prova¹⁹² e o recurso destina-se à discussão de razões de facto e de direito¹⁹³.

Note-se que o devedor que se apresenta à insolvência está impedido de contestar a sentença de declaração de insolvência.

Tanto a oposição de embargos à sentença declaratória de insolvência como o recurso da sentença que, decidindo os embargos, mantenha a declaração tem efeito suspensivo sobre a liquidação e a partilha do ativo, sem prejuízo da venda imediata de certos bens, atento o artigo 158.º, n.º 2 do CIRE¹⁹⁴.

No caso de o Juiz concluir que o património do devedor é presumivelmente insuficiente para a satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, o que se presume sempre que esse património seja inferior a 5.000,00€¹⁹⁵ e essa satisfação não estiver garantida por outra via, pode ocorrer o encerramento do processo logo após o trânsito em julgado da sentença. Nessa situação o processo é declarado findo, ocorrendo apenas a tramitação até final do denominado incidente limitado de qualificação da insolvência, caso o juiz disponha de elementos que o justifiquem¹⁹⁶.

¹⁹⁰ Cfr. Artigo 38.º, n.º 6 alínea a), b) e c) do CIRE.

¹⁹¹ Cfr. Artigo 40.º e 42.º do CIRE.

¹⁹² Cfr. Artigo 40.º, n.º 2 do CIRE.

¹⁹³ Cfr. Artigo 42.º, n.º 1 do CIRE.

¹⁹⁴ Cfr. Artigo 40.º, n.º 3 do CIRE.

¹⁹⁵ Cfr. Artigo 39.º, n.º 1 e 9 do CIRE.

¹⁹⁶ Cfr. Artigo 39.º, 191.º e 232.º, n.º 5 do CIRE

3. Efeitos da declaração de insolvência

A sentença de declaração da insolvência é fonte de inúmeros e importantes efeitos, que são agrupados do seguinte modo: efeitos sobre o devedor e outras pessoas; efeitos processuais; efeitos sobre os créditos e efeitos sobre os negócios em curso.

Daremos, no entanto, apenas ênfase aos efeitos sobre o devedor; efeitos processuais e aos efeitos sobre os créditos.

3.1. Efeitos sobre o devedor

3.1.1. Privação dos poderes sobre os bens da massa insolvente

Nos termos do artigo 81.º, n.º 1 do CIRE, a declaração de insolvência priva imediatamente o insolvente, por si ou pelos seus administradores, dos poderes de administração e de disposição dos bens integrantes da massa insolvente, os quais passam a competir ao AI. Assim, se o devedor for uma sociedade, quem fica sujeito aos efeitos são os administradores sociais, pois, são eles os titulares dos poderes de administração dos bens da empresa.

Esta privação não é um efeito absoluto, pois não se estende a bens excluídos da massa insolvente, como os bens absolutamente impenhoráveis e o eventual subsídio de alimentos^{197/198}. Quanto aos bens relativamente impenhoráveis podem ser apresentados voluntariamente pelo devedor e integrados na massa insolvente¹⁹⁹.

Note-se que a privação dos poderes de administração e de disposição dos bens não é um efeito exclusivo da declaração de insolvência, porquanto, pode ter lugar antes da declaração de insolvência e mesmo antes da citação do devedor. É o caso da possibilidade de nomeação de um administrador judicial provisório, constituída pelas medidas

¹⁹⁷ Cfr. Artigo 84.º, n.º 1 do CIRE.

¹⁹⁸ Veja-se o Ac. TRP de 19/05/2016 (Judite Pires), in: www.dgsi.pt: “I- Por efeito da declaração de insolvência, o insolvente é privado da posse material e dos poderes de administração e de disposição, quer em relação aos bens possuídos à data da declaração de insolvência, quer dos bens e rendimentos que futuramente obtenha. II - Tal privação não abrange, todavia, os bens excluídos da massa insolvente, pelo que o insolvente não está impedido da prática de atos de carácter patrimonial, apenas lhe sendo vedada essa prática se os atos se refletirem sobre a massa insolvente. III - Resultando dívidas dos atos do insolvente, cuja prática, nos termos referidos, não lhe está vedada, por elas respondem exclusivamente os bens próprios, que não integrem a massa insolvente.”

¹⁹⁹ Cfr. Artigo 46.º, n.º 2 do CIRE.

cautelares expressamente previstas para o caso de receio justificado da prática de atos de má gestão, prevista no artigo 31.º do CIRE²⁰⁰.

O n.º 2 do artigo 81.º do CIRE proíbe ainda ao devedor a cessão de rendimentos ou a alienação de bens futuros suscetíveis de penhora, qualquer que seja a sua natureza, mesmo tratando-se de rendimentos que obtenha ou de bens que adquira posteriormente ao encerramento do processo. Ou seja, tais bens ou rendimentos que venham a ser adquiridos após o encerramento do processo não vão integrar a massa²⁰¹ mas também não podem ser objeto de cessão ou alienação após a declaração de insolvência e antes do encerramento do processo.

Foi dito que os poderes de administração e disposição dos bens integrantes da massa insolvente passam a competir ao administrador da insolvência, porém, nem sempre assim se sucede. Ora, o artigo 81.º do CIRE ressalva o disposto no título X, que tem, justamente, o título “administrador pelo devedor” e o artigo 36.º, n.º 1, alínea e) do CIRE dispõe que na sentença de declaração de insolvência o juiz determina a administração da massa insolvente pelo devedor quando se verificarem a condição do artigo 233.º e os pressupostos do artigo 224.º, n.º 2, ambos do CIRE. Decorre ainda do artigo 223.º que isso apenas pode suceder se na massa insolvente estiver compreendida uma empresa.

Contudo, a administração da massa insolvente pelo devedor não significa que este tenha total liberdade de atuação, como logo se retira do artigo 226.º do CIRE.

Não sendo atribuída a administração ao devedor, os atos que ele pratique sobre os bens da massa, em violação do artigo 81.º, n.º 1 do CIRE são, em princípio, ineficazes, respondendo a massa por tudo quanto lhe tenha sido prestado apenas segundo as regras do enriquecimento sem causa^{202/203}.

²⁰⁰ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 144.

²⁰¹ Não vão integrar a massa insolvente porque esta abrange todo o património do devedor à data da declaração de insolvência, bem como os bens e direitos que ele adquira na pendência do processo. Não abrange por isso os bens ou rendimentos que venham a ser adquiridos após o encerramento do processo.

²⁰² Cfr. Artigo 81.º, n.º 6 do CIRE. Assim, a título de exemplo, se o devedor tiver alienado um bem da massa insolvente, tendo recebido o respetivo preço, esta não está obrigada a restituir o preço que não recebeu, cabendo antes ao devedor essa obrigação. Se, porém, o preço respetivo tiver dado entrada na massa insolvente, existe uma obrigação de restituição por parte da massa de tudo o que tiver sido recebido à custa do terceiro ou, se a restituição em espécie não for possível, o valor correspondente, a qual não pode exceder, porém, a medida do locupletamento da massa (Cfr. artigo 479.º do CC).

²⁰³ A referência ao enriquecimento sem causa tem a função de excluir qualquer expectativa da contraparte quanto a uma indemnização pelos prejuízos sofridos. Da ineficácia são ressalvados os atos onerosos praticados antes do registo da sentença da declaração de insolvência e quando a contraparte do insolvente

Concluindo o juiz que se verifica a insuficiência da massa insolvente nos termos do artigo 39.º, n.º 1 do CIRE, e não sendo requerido o complemento da sentença, o devedor não fica privado dos poderes de administração e disposição do seu património²⁰⁴. Contudo, o disposto no artigo 39.º do CIRE não se aplica se o devedor é pessoa singular e requereu antes da sentença de declaração de insolvência a exoneração do passivo restante²⁰⁵.

Destaque ainda para o regime do artigo 259.º do CIRE, nos casos em que o juiz homologa o plano de pagamentos aprovado. Após o seu trânsito em julgado, declara igualmente a insolvência do devedor no processo principal.

Na sentença de declaração de insolvência constam apenas as menções referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 36.º, não sendo, portanto, nomeado AI nem é decretada a apreensão.

3.1.2. Deveres de conduta processual

Neste grupo incluem-se os deveres de apresentação no tribunal e de colaboração com os órgãos de insolvência (previsto no artigo 83.º do CIRE); o dever de respeitar a residência fixada na sentença (artigo 36.º, n.º 1, alínea c), do CIRE) e o dever de entrega imediata dos documentos relevantes para o processo (artigo 36.º, n.º 1, alínea f), do CIRE).

Conforme previsto no artigo 36.º, alínea c), do CIRE, o Juiz, na sentença de declaração de insolvência, fixa a residência ao devedor que seja pessoa singular ou, não o sendo, aos administradores de direito ou de facto do devedor. Estas entidades passam assim a estar sujeitas a um regime de residência fixa, o que os impede de mudar de residência ou de dela se afastarem sem comunicação ao tribunal. A fixação de residência visa garantir a eficácia e a celeridade dos sucessivos contactos com o insolvente ou com os seus administradores bem como a segurança do processo, designadamente evitando o risco de fuga do insolvente ou dos seus administradores.

estiver de boa-fé, contando que não sejam atos de algum dos tipos referidos no artigo 121.º, n.º 1 do CIRE (artigo 81.º, n.º 6 do CIRE).

²⁰⁴ Cfr. Alínea a), do n.º 7 do artigo 39.º do CIRE.

²⁰⁵ Cfr. Artigo 39.º, n.º 8 do CIRE.

Quanto aos deveres de apresentação e colaboração têm como sujeitos o devedor e os administradores do devedor e membros do seu órgão de fiscalização, bem como as pessoas que tenham desempenhado esses cargos dentro dos dois anos anteriores ao início do processo de insolvência²⁰⁶ e, em certos termos, os empregados e prestadores de serviços do devedor e as pessoas que o tenham sido dentro de dois anos anteriores ao início do processo de insolvência²⁰⁷. Quanto a estes últimos, apenas estão sujeitos aos deveres de colaboração e de informação, mas não ao dever de apresentação.

Se o devedor faltar sem justificação, o Juiz pode determinar que compareça sob custódia, sem prejuízo de aplicação de multa²⁰⁸. E se o devedor recusar a prestar informações ou colaboração, essa conduta será apreciada livremente pelo Juiz, que pode mesmo tê-la em conta para efeito de qualificação da insolvência culposa^{209/210}.

Quanto ao dever de entrega de documentos, os mesmos encontram-se elencados no artigo 24.º, n.º 1, do CIRE, ou seja, todos os que, por respeitarem à situação patrimonial do insolvente, são indispensáveis ao bom curso do processo e por isso devem estar na posse do AI²¹¹. Também quanto ao incumprimento do dever de entrega de documentos, deve entender-se que ele permite a insolvência culposa.

3.1.3. O direito a alimentos

Este direito de crédito de alimentos consiste, nos termos do artigo 84.º do CIRE, na concessão de um subsídio a título de alimentos à custa dos rendimentos da massa insolvente ao devedor insolvente.

Esta atribuição é da competência do AI, devendo este obter o acordo da comissão ou da assembleia de credores, se a comissão de credores não existir.

²⁰⁶ Cfr. Artigo 83.º, n.º 4 do CIRE.

²⁰⁷ Cfr. Artigo 83.º, n.º 5 do CIRE.

²⁰⁸ Cfr. Artigo 83.º, n.º 2 do CIRE.

²⁰⁹ Cfr. Artigo 83.º, n.º 3 do CIRE.

²¹⁰ Cfr. previsto no artigo 186.º, n.º 2, alínea i) do CIRE, a insolvência considera-se sempre culposa quando os administradores de direito ou de facto de devedor que não seja pessoa singular tiverem incumprido, de forma reiterada, os seus deveres de apresentação e de colaboração até à data da elaboração do parecer referido no n.º 2 do artigo 188.º

²¹¹ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 151.

A atribuição do subsídio de alimentos pelo AI depende do preenchimento cumulativo de dois requisitos: careçam absolutamente de meios de subsistência e não os possam angariar pelo seu trabalho. Havendo justo motivo, essa atribuição pode cessar em qualquer estado do processo, por decisão do AI²¹².

Esta faculdade limita-se ao devedor pessoa singular, não abrangendo os administradores das pessoas coletivas. Ora, os administradores conservam, em princípio, os poderes sobre os bens próprios. Não parece, assim, verificar-se igualdade de razões que justificaria a extensão do benefício.

O n.º 3 do artigo 84.º do CIRE deixa claro que os beneficiários do subsídio de alimentos, além do devedor, são exclusivamente os trabalhadores que sejam titulares de créditos emergentes do contrato de trabalho ou da violação ou cessação deste contrato. Ficam com isto excluídos os trabalhadores quando sejam apenas titulares de créditos de outra natureza, privilegiados ou comuns. A atribuição de subsídios aos trabalhadores só se justifica quando eles são titulares de créditos laborais, sobretudo salariais, pois têm uma função “alimentar”²¹³.

É de notar que o n.º 4 do artigo 84.º do CIRE esclarece que, nos casos em que o insolvente esteja obrigado a prestar alimentos a terceiros nos termos do artigo 93.º, o administrador da insolvência deverá atender a esse facto aquando da fixação do subsídio de alimentos.

3.2. Efeitos processuais

Os efeitos processuais da declaração de insolvência encontram previsão legal nos artigos 85.º a 89.º e, bem assim, nos artigos 36.º al. g) e 149.º do CIRE.

Estes efeitos visam impedir que algum credor possa obter, por via distinta do processo de insolvência, uma satisfação mais rápida ou mais completa, em prejuízo dos restantes credores²¹⁴.

²¹² Cfr. Artigo 84.º, n.º 2 do CIRE.

²¹³ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 153-154.

²¹⁴ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 196.

3.2.1. Apreensão dos elementos da contabilidade e dos bens do devedor

Conforme resulta dos artigos 36.º al. g) e 149.º do CIRE, decretada que seja a insolvência é ordenada, no âmbito do processo de insolvência, a imediata entrega pelo devedor dos elementos da sua contabilidade e a apreensão de todos os bens do devedor, ainda que arrestados, penhorados ou por qualquer forma apreendidos ou detidos.

3.2.2. Apensação de ações

A norma do artigo 85.º, n.º 1 do CIRE determina a apensação, a requerimento do AI, de todas as ações em que se apreciem questões relativas a bens compreendidos na massa insolvente, intentadas contra o devedor ou mesmo contra terceiros, e cujo resultado possa influenciar o valor da massa e de todas as ações de natureza exclusivamente patrimonial intentadas pelo devedor²¹⁵. A apensação é requerida com fundamento na conveniência para o processo.

Por seu turno, o n.º 2 do artigo supra mencionado determina a apensação oficiosa dos processos nos quais se tenha efetuado qualquer ato de apreensão ou detenção de bens compreendidos na massa insolvente.

O artigo 86.º, n.º 1, do CIRE determina a apensação dos processos de insolvência de pessoas legalmente responsáveis pelas dívidas do insolvente ou, tratando-se de pessoa singular casada, do seu cônjuge, se o regime de bens não for o da separação, e no n.º 2, sendo o devedor uma sociedade comercial, a apensação dos processos de insolvência das sociedades que, nos termos do CSC, ela domine ou com ela se encontrem em relação de grupo.

²¹⁵ A questão suscita-se em torno do destino das ações declarativas que não se integram em nenhuma das hipóteses previstas nesta norma (ações em que não se discute qualquer questão relativa a bens integrados na massa insolvente nem se efetuou qualquer apreensão ou detenção de tais bens). Exclui-se assim as ações de impugnação pauliana nos termos do artigo 127.º, n.º 2 do CIRE e as ações declarativas de condenação do insolvente, sociedade comercial, no pagamento de um crédito. O AUJ 1/2014 publicado no DR 1ª série, n.º 39 de 25 de Fevereiro de 2014 fixou o entendimento seguinte: “*Transitada em julgado a sentença que declara a insolvência, fica impossibilitada de alcançar o seu efeito útil normal a ação declarativa proposta pelo credor contra o devedor, destinada a obter o reconhecimento do crédito petitionado, pelo que cumpre decretar a extinção da instância, por inutilidade superveniente da lide, nos termos da alínea e) do art. 287.º do C.P.C.*”

A norma do artigo 89.º, n.º 2, do CIRE determina ainda a apensação oficiosa das ações, declarativas ou executivas, relativas às dívidas da massa insolvente, com exceção das execuções por dívidas de natureza tributária.

3.2.3. Convenções arbitrais

Nos termos do artigo 87.º, n.º 1, do CIRE, o insolvente perde igualmente a possibilidade de submeter questões a decisão arbitral, ficando por isso suspensa a eficácia das convenções arbitrais em que o insolvente seja parte respeitante a litígios cujo resultado possa influenciar o valor da massa, sem prejuízo do disposto em tratados internacionais aplicáveis. Significa isto que, nos casos em que o resultado do litígio possa influenciar o valor da massa, as partes são impedidas de propor ações nos tribunais arbitrais.

Já quanto às ações arbitrais pendentes, o n.º 2 do artigo supra mencionado, determina que a declaração de insolvência não impede o seu prosseguimento. As ações prosseguem, então, os seus termos, independentemente da posição processual que o insolvente ocupe. Contudo, poderá ter lugar a aplicação dos artigos 85.º, n.º 3 e 128.º, n.º 3, do CIRE. Significa isto que o AI deve substituir o insolvente em três situações²¹⁶: quando a ação arbitral tenha sido proposta contra o insolvente e se apreciem questões relativas a bens compreendidos na massa insolvente; quando a ação arbitral tenha sido intentada contra terceiros mas o resultado possa influenciar o valor da massa; e quando a ação tenha sido intentada pelo insolvente e seja de natureza exclusivamente patrimonial.

O credor com crédito reconhecido por decisão definitiva nesses processos não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência se quiser obter o seu pagamento no mesmo.

²¹⁶ Adverte-se que estas substituições não devam ser imediatas, competindo ao tribunal arbitral suspendendo a ação arbitral por força ao AI se preparar para aquela substituição.

3.2.4. As ações executivas em particular

No que diz respeito às ações executivas intentadas por credores da insolvência, o artigo 88.º do CIRE faz distinção entre as que têm apenas como executado o insolvente e as que têm outros executados. No primeiro caso, a declaração de insolvência obsta à instauração ou prosseguimento de qualquer ação executiva intentada pelos credores da insolvência. No segundo caso, a declaração de insolvência não impede que a execução prossiga contra os outros executados²¹⁷. E, se não houve lugar à apensação de acordo com o estabelecido no artigo 85.º, n.º 2, do CIRE, será apenas extraído e remetido para apensação ao processo de insolvência o traslado do processo relativo ao insolvente²¹⁸.

A suspensão das ações executivas deve ser articulado com o artigo 793.º do CPC, facultando a qualquer credor a possibilidade de obter a suspensão de uma execução em curso a fim de impedir os pagamentos, desde que mostre que foi requerida a recuperação de empresa ou a declaração de insolvência do executado²¹⁹.

A norma do n.º 3 do artigo 88.º do CIRE vem ainda precisar que as ações executivas suspensas nos termos do n.º 1 se extinguem quanto ao executado insolvente, logo que o processo de insolvência seja encerrado nos termos previstos nas alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo 230.º do CIRE. Isto é, as ações executivas só se extinguem aquando do encerramento do processo de insolvência e não por qualquer outra causa: extinguem-se apenas quando o processo se encerra por ter sido realizado o reateio final ou por o AI ter constatado a insuficiência da massa insolvente.

O n.º 4 do artigo 88.º do CIRE, no intuito de facilitar a extinção daquelas execuções, atribui ainda ao AI o dever de comunicar, preferencialmente por escrito e por meios eletrónicos, ao AE designado o encerramento do processo de insolvência do executado insolvente.

Por seu turno, o artigo 89.º do CIRE, determina que os credores da massa ficam impedidos de instaurar ações executivas para pagamento das dívidas da massa insolvente nos três meses seguintes à declaração de insolvência.

²¹⁷ Cfr. MARTINS, Alexandre de Soveral. (2017). “*Um curso de Direito da Insolvência*”, cit. pp.153-154.

²¹⁸ Cfr. Artigo 88.º, n.º 2 do CIRE.

²¹⁹ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 215.

Os credores recuperam, em princípio, o poder de instaurar as ações executivas após o encerramento do processo de insolvência, a não ser que haja restrições a isso no plano de insolvência ou no plano de pagamentos aos credores ou que esteja a decorrer o chamado “período de cessão do rendimento disponível” previsto no artigo 233.º, n.º 1, alínea c) do CIRE. Também quando o devedor requer a exoneração do passivo restante e obtém um despacho favorável, abre-se depois do encerramento do processo de insolvência, um período de 5 anos durante o qual os bens do devedor são afetados ao pagamento das dívidas da insolvência remanescentes e não podem ser executados (artigo 242.º, n.º 1 do CIRE)²²⁰.

3.3. Efeitos sobre os créditos

O artigo 90.º do CIRE estabelece o princípio fundamental, determinando que todos os credores da insolvência que queiram exercer os seus direitos o façam durante a pendência do processo de insolvência.

Os efeitos sobre os créditos encontram-se previstos nos artigos 90.º a 101.º do CIRE, descartando-se no entanto os efeitos previstos nos artigos 91.º, 97.º 98.º e 99.º do CIRE.

3.3.1. Vencimento imediato de dívidas

O artigo 91.º n.º 1 do CIRE²²¹ determina que a declaração de insolvência vai ter como consequência o vencimento de todas as obrigações do insolvente que não estejam subordinadas a uma condição suspensiva²²². Assim, aquelas obrigações que apenas vencem em data posterior à declaração de insolvência veem esse vencimento antecipado.

Com o regime descrito consegue-se uma relativa estabilização do passivo, tornando-se mais fácil avaliar a situação do devedor e assim tomar decisões²²³.

²²⁰ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 215.

²²¹ Os restantes números do artigo supra mencionado dispõe regras especiais para o vencimento de certas obrigações.

²²² Dado que o negócio ainda não se consubstanciou devido à não concretização da condição. Veja-se quanto aos créditos de condição suspensiva os artigos 50.º e 181.º do CIRE.

²²³ Cfr. MARTINS, Alexandre de Soveral. (2017). “*Um curso de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 162.

Destaca-se o n.º 2 do artigo 91.º do CIRE o qual regula a questão do cálculo do montante das obrigações ainda não exigíveis à data da declaração de insolvência que não vencem juros ou que vencem juros inferiores à taxa legal. Trata-se aqui de atualizar ou reduzir a obrigação para o montante que, se acrescido de juros calculados sobre ele por aplicação da taxa legal (no caso da obrigação que não vence juros) ou de uma taxa igual à diferença entre a taxa legal e a taxa convencionada (no caso de obrigação que vença juros inferiores à taxa legal), pelo período de antecipação do vencimento, corresponderia ao valor a pagar na data do seu normal vencimento. O objetivo do legislador é assim de impedir que o credor beneficie com o vencimento antecipado destas obrigações²²⁴.

No que diz respeito à determinação do período de antecipação do vencimento, o artigo 91.º, n.º 4, do CIRE estabelece que se considera que o vencimento ocorreria na data em que as obrigações se tornem exigíveis. Se essa data é indeterminada, então considera-se que o vencimento ocorreria na data em que provavelmente as obrigações se tornariam exigíveis.

O regime de redução previsto compreende-se, pois a declaração de insolvência não impede a contagem de juros. Mas isto mostra também que a estabilização do passivo não é absoluta.

O artigo 92.º do CIRE vem estabelecer que o vencimento imediato, nos termos do n.º 1 do artigo 91.º do CIRE, de dívidas abrangidas em plano de regularização de impostos e contribuições para a segurança social tem os mesmos efeitos que são estabelecidos para o incumprimento desses planos na legislação respetiva, assim como os montantes exigíveis.

3.3.2. Extinção de privilégios creditórios e garantias reais do Estado e outras entidades

O artigo 97.º, n.º 1 do CIRE, enumera um grande conjunto de garantias que se extinguem com a declaração de insolvência, designadamente os privilégios creditórios especiais relativos aos créditos do Estado e de outras entidades públicas que tenham sido constituídos ou vencidos mais de 12 meses antes do início do processo de insolvência.

²²⁴ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 218.

Mantém-se assim os privilégios relativos aos créditos mais recentes e extinguem-se os privilégios relativos aos créditos mais antigos. Assim, quanto mais cedo reagirem os credores, requerendo a insolvência do devedor logo que ocorram os primeiros incumprimentos, maior será a probabilidade de conservarem os privilégios dos créditos²²⁵.

Com a declaração de insolvência extinguem-se ainda as hipotecas legais cujo registo tenha sido requerido nos 2 meses que antecederam a data do início do processo de insolvência, conforme dispõe a alínea c) do supra normativo legal.

O n.º 2 do artigo em análise consagra ainda que, independentemente de quem seja titular, após a declaração de insolvência, na pendência do processo e após o seu encerramento, não é possível registar hipotecas legais, quaisquer que seja o seu titular.

O mesmo se aplica à extinção das garantias reais dependentes de registo, mas ainda não registadas, conforme refere a alínea d) do artigo 97.º, n.º 1 do CIRE. Deve-se salientar que quanto à hipoteca, quando ela não é registada, não chega a constituir-se/produzir efeitos, sendo portanto pouco útil esta medida de extinção. Ainda assim a regra tem o interesse de eliminar qualquer expectativa dos titulares quanto à possibilidade de ela se constituir após a declaração de insolvência²²⁶.

3.3.3. Concessão de privilégio ao credor requerente

Nos termos do artigo 98.º do CIRE, os credores (não subordinados) que requerem a insolvência passam a beneficiar de um privilégio creditório geral sobre os bens móveis integrantes na massa insolvente até um quarto do valor do crédito, com um limite máximo de 500 UC²²⁷. Se forem instaurados 2 processos contra o mesmo insolvente, recebe o credor que tenha instaurado o processo em 1º lugar e não aquele em cujo processo a insolvência for primeiramente decretada.

²²⁵ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 219.

²²⁶ Cfr. SERRA, Catarina. (2018). “*Lições de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 219.

²²⁷ Correspondente a 51000 euros.

Contudo, esta norma comporta os seus riscos, pois é possível que a tentação que representa o privilégio faça os credores precipitarem-se em requerimentos de declaração de insolvência extemporâneos e sem fundamento.

3.3.4. Compensação: limites e exclusão

O artigo 99.º do CIRE prevê a possibilidade de um credor que tenha um crédito sobre a insolvência compensar o mesmo com dividas à massa, mesmo nos casos em que as duas obrigações têm por objeto divisas ou unidades de cálculo distintas²²⁸. No entanto, estabelece-se alguns limites à compensação de créditos sobre a insolvência com dividas à massa insolvente. Assim, para que esta compensação possa ocorrer é necessário que seja respeitado pelo menos um dos seguintes requisitos: a) o preenchimento dos pressupostos legais da compensação ocorrer antes da data da declaração da insolvência, ou b) ter o crédito sobre a insolvência preenchido antes do contra-crédito da massa os requisitos estabelecidos no artigo 847.º do Código Civil²²⁹.

Contudo, o n.º 4 do artigo 99.º do CIRE, indica casos em que essa compensação é excluída. É o que acontece: *a)* quando a dívida à massa se tiver constituído após a data da declaração de insolvência; *b)* quando credor da insolvência tiver adquirido o seu crédito de outrem, após a data da declaração de insolvência; *c)* quando as dívidas do insolvente não responsabilizam a massa, e *d)* no que diz respeito à compensação entre dívidas à massa e créditos subordinados sobre a insolvência.

4. Reclamação de créditos (verificação e graduação)

Os credores da insolvência que pretendem fazer valer os seus direitos de crédito, no âmbito do respetivo processo, têm que apresentar a competente reclamação de créditos.

²²⁸ Cfr. Artigo 99.º, n.º 3 do CIRE.

²²⁹ Artigo 847.º do CC: “Quando duas pessoas sejam reciprocamente credor e devedor, qualquer delas pode livrar-se da sua obrigação por meio de compensação com a obrigação do seu credor, verificados os seguintes requisitos: a) Ser o seu crédito exigível judicialmente e não proceder contra ele exceção, peremptória ou dilatória, de direito material; b) Terem as duas obrigações por objeto coisas fungíveis da mesma espécie e qualidade.”

A reclamação de créditos encontra-se regulada nos artigos 128.º e ss. do CIRE.

Os créditos sobre a insolvência só podem ser pagos se estiverem verificados por sentença transitada em julgado²³⁰.

A reclamação de créditos efetua-se mediante requerimento²³¹ dirigido ao AI e apresentado por transmissão eletrónica de dados ou, sempre que os credores da insolvência não estejam patrocinados, apresentado no domicílio profissional do administrador da insolvência ou para aí remetido por correio eletrónico ou por via postal registada²³². Pode ainda a reclamação de créditos efetuar-se através de formulário disponibilizado em portal a definir, em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, nos casos em que aquele regulamento seja aplicável²³³.

As reclamações de créditos são apreciadas pelo AI, o qual deve, no prazo de 15 dias após o termo do prazo de reclamações, entregar duas listas na secretaria, sendo uma respeitante aos créditos por si reconhecidos e outra aos créditos não reconhecidos^{234/235}. É indicada na lista a identificação de cada credor, a natureza do crédito, o montante de capital e juros à data do termo do prazo das reclamações, as garantias pessoais e reais, os privilégios, a taxa de juros moratórios aplicável, as eventuais condições suspensivas ou resolutivas e o valor dos bens integrantes da massa insolvente sobre os quais incidem garantias reais de créditos pelos quais o devedor não responda pessoalmente²³⁶. Em caso de não reconhecimento, a lista indica os respetivos motivos justificativos²³⁷.

A lei impõe apenas a notificação da lista aos credores não reconhecidos, aos reconhecidos que não tenham apresentado reclamação e aos reconhecidos em termos diversos da respetiva reclamação²³⁸.

²³⁰ Cfr. Artigo 173.º do CIRE.

²³¹ O requerimento é acompanhado de todos os documentos probatórios disponíveis e deve indicar os elementos enumerados no n.º 1 do artigo 128.º do CIRE.

²³² Cfr. Artigo 128.º, n.º 1, 2 e 3 do CIRE.

²³³ Cfr. Artigo 128.º, n.º 4 do CIRE.

²³⁴ Cfr. Artigo 129.º, n.º 1 do CIRE.

²³⁵ Como resulta do n.º 4 do artigo 129.º do CIRE, o AI pode incluir na relação de créditos reconhecidos os créditos que constem dos elementos da contabilidade do devedor e todos os que sejam, por outra forma, do seu conhecimento.

²³⁶ Cfr. Artigo 129.º, n.º 2 do CIRE.

²³⁷ Cfr. Artigo 129.º, n.º 3 do CIRE.

²³⁸ Cfr. Artigo 129.º, n.º 4 do CIRE.

A lei prevê que qualquer interessado, no prazo de 10 dias seguintes ao termo do prazo para o AI entregar as listas²³⁹, pode impugnar a lista de credores reconhecidos através de requerimento dirigido ao juiz, com fundamento na indevida inclusão ou exclusão de créditos ou na incorreção do montante ou da qualificação dos créditos reconhecidos²⁴⁰.

Na ausência de impugnações é de imediato proferida sentença de verificação e graduação dos créditos, em que, salvo o caso de erro manifesto, se homologa a lista de credores reconhecidos elaborada pelo AI e se graduam os créditos em atenção ao que conste dessa lista²⁴¹.

Podem responder às impugnações, no prazo de 10 dias após o termo do prazo para impugnações ou à notificação do titular do crédito objeto de impugnação, o AI e qualquer interessado que assuma posição contrária, incluindo o devedor. Porém, se a impugnação se fundar na indevida inclusão de certo crédito na lista de credores reconhecidos, na omissão da indicação das condições a que se encontre sujeito ou no facto de lhe ter sido atribuído um montante excessivo ou uma qualificação de grau superior à correta, só o próprio titular pode responder²⁴².

4.1. Classificação dos créditos

O artigo 47.º, n.º 4, do CIRE estabelece quatro classes de créditos a serem considerados no processo de insolvência, são eles: os créditos garantidos, créditos privilegiados, créditos subordinados e créditos comuns.

4.1.1. Créditos garantidos

São créditos garantidos os que beneficiam de garantias reais sobre bens integrantes e individualizados da massa insolvente, até ao montante correspondente ao

²³⁹ No caso dos credores avisados por carta registada o prazo de 10 dias conta-se a partir do 3º dia útil posterior à data da respetiva expedição (artigo 130.º, n.º 2 do CIRE).

²⁴⁰ Cfr. Artigo 130.º, n.º 1 do CIRE.

²⁴¹ Cfr. 130.º, n.º 3 do CIRE.

²⁴² Cfr. 131.º, n.º 1, 2 e 3 do CIRE.

valor dos bens objeto das garantias, tendo em conta as eventuais onerações prevalecentes. Estão incluídas nas garantias reais os privilégios creditórios especiais que incidem sobre bens certos e determinados²⁴³. Como já referido anteriormente, o privilégio creditório é a faculdade que a lei, em atenção à causa do crédito, concede a certos credores, independentemente do registo, de serem pagos com preferência a outros credores.

São também garantias reais previstas no CC, como já sabido, a consignação de rendimentos, o penhor, a hipoteca e o direito de retenção. Há, no entanto, garantias reais que se extinguem com a declaração de insolvência: os privilégios creditórios especiais referidos no 97.º, n.º 1, alínea b)²⁴⁴; as hipotecas legais mencionadas no artigo 97.º, n.º 1, alínea c)²⁴⁵ e as garantias reais indicadas no artigo 97.º, n.º 1 alíneas d) e e)²⁴⁶, todos do CIRE.

A hipoteca, garantia mais comum no processo de insolvência, assegura o pagamento do crédito e dos seus acessórios que constem do registo (incluindo as cláusulas penais para os casos de verificação de mora ou incumprimento do devedor que prestou a garantia e as despesas havidas com a cobrança coerciva do crédito). Na insolvência, a hipoteca garante, preferencialmente, o pagamento do crédito e juros, mas não os acessórios do crédito. Logo, estes credores vêm assim diminuída a sua garantia na parte dos acessórios, deixando esta de abranger as cláusulas penais e despesas de cobrança coerciva²⁴⁷.

Os credores titulares de créditos garantidos por bens que integram a massa insolvente têm especiais vantagens na fase do pagamento na medida em que, uma vez feita a liquidação dos bens onerados com garantia real em causa, tem imediatamente lugar o pagamento aos credores garantidos, nos termos do artigo 174.º, n.º 1, do CIRE²⁴⁸. Se o

²⁴³ Cfr. Artigo 47.º, n.º 4, alínea a) do CIRE.

²⁴⁴ “b) Os privilégios creditórios especiais que forem acessórios de créditos sobre a insolvência de que forem titulares o Estado, as autarquias locais e as instituições de segurança social vencidos mais de 12 meses antes da data do início do processo de insolvência”.

²⁴⁵ “c) As hipotecas legais cujo registo haja sido requerido dentro dos dois meses anteriores à data do início do processo de insolvência, e que forem acessórias de créditos sobre a insolvência do Estado, das autarquias locais e das instituições de segurança social”.

²⁴⁶ “d) Se não forem independentes de registo, as garantias reais sobre imóveis ou móveis sujeitos a registo integrantes da massa insolvente, acessórias de créditos sobre a insolvência e já constituídas, mas ainda não registadas nem objeto de pedido de registo;

e) As garantias reais sobre bens integrantes da massa insolvente acessórias dos créditos havidos como subordinados.”

²⁴⁷ Cfr. MARTINS, Luís M. (2016). “Processo de Insolvência”, 4.º Edição, Almedina, cit. pp. 232.

²⁴⁸ Cfr. MARTINS, Alexandre de Soveral. (2017). “Um curso de Direito da Insolvência”, cit. pp. 277.

bem em causa está onerado com mais do que uma garantia real, deverão ser observadas as regras que a lei estabeleça no que diz respeito à prioridade. Os credores garantidos podem propor a aquisição de bens integrados na massa insolvente sobre os quais incidem as garantias, sendo-lhes aplicáveis o disposto para o exercício dos respetivos direitos na venda em processo executivo²⁴⁹.

O credor com garantia real beneficia de uma tutela especial em caso de atraso na alienação do bem objeto de garantia que não lhe seja imputável ou de desvalorização desse bem em resultado da sua utilização em proveito da massa insolvente²⁵⁰. À luz do n.º 1 do artigo 166.º do CIRE, o credor tem direito de ser compensado pelos prejuízos que resultem de qualquer uma das referidas situações. Por outro lado, o n.º 2 do artigo 166.º do CIRE refere que o AI pode optar por satisfazer integralmente um crédito com garantia real à custa da massa insolvente antes de proceder à venda do bem objeto da garantia, contanto que o pagamento tenha lugar depois da data fixada no n.º 1 do artigo 158.º do CIRE para o começo da venda dos bens.

4.1.2. Créditos privilegiados

São créditos privilegiados gerais os que beneficiam de privilégios creditórios gerais sobre bens integrantes da massa insolvente, até ao montante correspondente ao valor dos bens objeto dos privilégios gerais, tendo em conta eventuais onerações prevalecentes²⁵¹.

São exemplos de privilégios creditórios gerais os créditos provenientes de falta de pagamento dos impostos mencionados no artigo 736.º, n.º 1, do CC, os impostos IRC e IRS previstos nos artigos 116.º do CIRC e 111.º do CIRS. O próprio credor requerente da declaração de insolvência beneficia de privilégio creditório geral graduado em último lugar sobre os bens móveis integrantes da massa insolvente, mas com os limites fixados no artigo 98.º, n.º 1, do CIRE.

²⁴⁹ Cfr. Artigo 165.º do CIRE.

²⁵⁰ Cfr. MARTINS, Alexandre de Soveral. (2017). “*Um curso de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 278.

²⁵¹ Cfr. Artigo 47.º, n.º 1, alínea a) do CIRE.

Os créditos privilegiados são pagos à custa dos bens não afetos a garantias reais prevalecentes, nos termos do artigo 175.º, n.º 1, do CIRE.

À luz do artigo 97.º, n.º 1, alínea a), do CIRE, extinguem-se com a declaração de insolvência os privilégios creditórios gerais que forem acessórios de créditos sobre a insolvência de que forem titulares o Estado, as autarquias locais e as instituições de segurança social constituídos mais de 12 meses antes da data do início do processo de insolvência.

4.1.3. Créditos subordinados

São créditos subordinados os enumerados, taxativamente, no artigo 48.º do CIRE²⁵², sendo graduados depois de todos os restantes créditos. Por isso, o pagamento dos créditos subordinados só tem lugar depois do pagamento dos créditos garantidos, privilegiados e comuns²⁵³.

A qualificação de um crédito como subordinado tem consequências. Desde logo porque, embora o juiz tenha em regra de assegurar a adequada representação das várias classes de credores na comissão de credores que nomeie, não são abrangidos por esse regime os créditos subordinados (artigo 66.º, n.º 1 do CIRE). Além disso, os créditos subordinados não conferem geralmente direito de voto, só assim não sucedendo quando a deliberação da assembleia de credores incida sobre a aprovação de um plano de insolvência (artigo 73.º, n.º 3; 212.º, n.º 2, alínea b), ambos do CIRE).

O artigo 99.º, n.º 4, alínea d) do CIRE afasta ainda a possibilidade de compensação entre dividas à massa e créditos subordinados sobre a insolvência. Se for aprovado um

²⁵² Consideram-se subordinados: *a)* Os créditos detidos por pessoas especialmente relacionadas com o devedor, desde que a relação especial existisse já aquando da respetiva aquisição, e por aqueles a quem eles tenham sido transmitidos nos dois anos anteriores ao início do processo de insolvência; *b)* Os juros de créditos não subordinados constituídos após a declaração da insolvência, com exceção dos abrangidos por garantia real e por privilégios creditórios gerais, até ao valor dos bens respetivos; *c)* Os créditos cuja subordinação tenha sido convencionada pelas partes; *d)* Os créditos que tenham por objeto prestações do devedor a título gratuito; *e)* Os créditos sobre a insolvência que, como consequência da resolução em benefício da massa insolvente, resultem para o terceiro de má-fé; *f)* Os juros de créditos subordinados constituídos após a declaração da insolvência e *g)* Os créditos por suprimentos.

²⁵³ Cfr. Artigo 177.º, n.º 1 do CIRE.

plano de insolvência de que nada conste sobre os créditos subordinados, estes consideram-se objeto de perdão total (artigo 197.º, alínea b), do CIRE)²⁵⁴.

4.1.4. Créditos comuns

É uma categoria residual, em que se integram os créditos que não se enquadram em nenhuma das outras categorias (artigo 47.º, n.º 4, alínea c), do CIRE). São créditos que não beneficiam nem de garantia real, nem de privilégio geral nem são subordinados.

Estes são pagos após a satisfação das dívidas da massa insolvente, do pagamento dos credores garantidos e privilegiados, mas são pagos em primeiro lugar relativamente aos credores subordinados (artigos 176.º e 177.º do CIRE).

4.2. Sentença de verificação e graduação de créditos

A sentença de verificação de créditos pode ter lugar logo após a reclamação de créditos, se não houver impugnações (artigo 130.º, n.º 3, do CIRE). Junto o parecer da comissão de credores ou decorrendo o prazo de 10 dias após o termo do prazo das respostas às impugnações de créditos, o juiz declara verificados com valor de sentença os créditos incluídos na respetiva lista e não impugnados, salvo caso de erro manifesto (136.º, n.º 1, do CIRE). Pode ainda ter lugar depois da tentativa de conciliação, quanto aos créditos aí reconhecidos. Estes são os créditos que merecem a aprovação de todos os presentes e ainda aqueles que possam sê-lo face aos elementos de prova contidos nos autos (artigo 136.º n.º 2, 3 e 5, do CIRE).

Quando há audiência de discussão e julgamento, o Juízo profere decisão sobre os créditos impugnados (artigo 140.º, n.º 1, do CIRE). Na sentença o Juiz decide se reconhece ou não os créditos que ainda não tenham sido reconhecidos, declara verificados os créditos reconhecidos e procede à sua graduação²⁵⁵.

A graduação é essencial para determinar não só a ordem como a forma de pagamento das várias classes de créditos. A lei determina, no n.º 2 do artigo 140.º do

²⁵⁴ Cfr. MARTINS, Alexandre de Soveral. (2017). “*Um curso de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 283.

²⁵⁵ Cfr. MARTINS, Alexandre de Soveral. (2017). “*Um curso de Direito da Insolvência*”, cit. pp. 301.

CIRE, que a graduação seja geral para os bens da massa insolvente e especial para os bens que respeitem direitos reais de garantia e privilégios creditórios. O n.º 3 do artigo supra mencionado, refere que não são atendidas as preferências resultantes de hipoteca judicial nem de penhora, mas as custas pagas pelo autor ou exequente constituem dívidas da massa insolvente.

Nos termos do artigo 173.º do CIRE, só é possível efetuar pagamentos de créditos sobre a insolvência quando os mesmos estiverem verificados por sentença transitada em julgado.

5. Encerramento do processo

O encerramento do processo de insolvência constitui a fase final do mesmo. O artigo 230.º, n.º 1, do CIRE identifica as causas do encerramento do processo de insolvência.

O primeiro fundamento previsto na alínea a) do artigo em análise, é a realização do rateio final. Este ocorre após o encerramento da liquidação da massa insolvente e a remessa do processo à conta (artigo 182.º, n.º 1, do CIRE). Contudo, caso haja recurso do despacho inicial que determine a cessão do rendimento disponível, o rateio final só vai determinar o encerramento do processo, depois de transitada em julgado a decisão (artigo 239.º, n.º 6, do CIRE).

A alínea b) determina o encerramento do processo de insolvência, após o trânsito em julgado da decisão de homologação do plano de insolvência²⁵⁶.

O terceiro fundamento, previsto na alínea c) daquela norma legal, corresponde ao pedido do devedor de encerramento do processo de insolvência, baseado na cessação da sua situação de insolvência ou no consentimento de todos os seus credores. Na primeira hipótese, o pedido é notificado aos seus credores para, querendo, deduzirem oposição no prazo de 8 dias (artigo 231.º, n.º 1, do CIRE). Na segunda hipótese o devedor deve juntar os documentos que comprovem o consentimento de todos (artigo 231.º, n.º 2, do CIRE).

²⁵⁶ O encerramento ocorre a partir do momento em que a respetiva sentença de homologação transitar em julgado.

A alínea d) consagra que ocorre quando se verifique, pelo AI, de que a massa insolvente é insuficiente para satisfazer as custas do processo e restantes dívidas da massa insolvente. Neste caso o AI dá conhecimento ao Juiz, declarando o encerramento do processo de insolvência, após audição do devedor, da assembleia de credores e dos credores da massa insolvente, a menos que algum interessado deposite à ordem do tribunal o montante que o juiz considere razoavelmente necessário para garantir o pagamento das custas do processo e restantes dívidas da massa insolvente (artigo 232.º, n.º 2, do CIRE).

O último fundamento previsto no artigo 237.º, alínea b), refere-se à emissão do despacho inicial de exoneração do passivo restante²⁵⁷. Durante o período de 5 anos o devedor cede o seu rendimento disponível a um fiduciário e o processo de insolvência fica encerrado.

Embora o artigo 230.º do CIRE não preveja o encerramento do processo de insolvência poderá ser também encerrado mediante o disposto no artigo 259.º, n.º 4, do CIRE, segundo o qual, o trânsito em julgado das sentenças de homologação do plano de pagamentos e de declaração da insolvência determina o encerramento do processo de insolvência. O plano de pagamentos, na insolvência de pessoas singulares, destina-se a permitir ao devedor obter uma solução para a sua insolvência, oferecendo aos credores um plano de pagamentos. Sendo esse plano aprovado e transitado em julgado a sentença de declaração de insolvência, determina-se o encerramento do processo.

²⁵⁷ Cfr. refere o Ac. STJ de 21/03/2013, (Martins de Sousa), in: www.dgsi.pt: “I - A exoneração do passivo restante constitui um mecanismo cujo objetivo final é a extinção das dívidas e a libertação do devedor de parte de seu passivo, de forma mais breve e leve que a prescrição tradicional, correspondendo ao objetivo do legislador de facultar ao devedor singular uma segunda oportunidade, dando primazia à sua reabilitação produtiva.”

CAPÍTULO III – A hipoteca como garantia real (destaque para a hipoteca imobiliária)

1. Breve noção de direito real de garantia

Pretende-se neste capítulo a análise da hipoteca como um direito real de garantia.

Os direitos reais de garantia são direitos que conferem ao credor o poder ou faculdade de se pagar pelo valor ou rendimentos de certos bens, com preferência sobre os demais credores do devedor. São direitos que visam assegurar a satisfação de direitos de crédito, colocando os seus titulares numa posição preferencial em relação aos restantes credores do mesmo devedor²⁵⁸. Estes direitos não têm a função de propiciar aos seus titulares a retirada imediata de utilidades das coisas sobre que incidem, mas sim a de garantir créditos.

A garantia primária de qualquer crédito consiste no património do devedor. Ora, o objeto do direito real de garantia é a coisa (corpórea), mas este direito dá ao titular a possibilidade de obter o pagamento do seu crédito sobre o devedor através dos créditos gerados por ela (como é o caso da consignação de rendimentos²⁵⁹) ou através do produto, em dinheiro, da sua venda executiva (através do penhor²⁶⁰, da hipoteca²⁶¹, dos privilégios creditórios especiais²⁶² ou do direito de retenção²⁶³)²⁶⁴.

O pressuposto fundamental dos direitos reais de garantia consiste na atribuição ao titular de uma posição de supremacia quanto aos demais credores, conferindo-lhe

²⁵⁸ Cfr. JUSTO, A. Santos, (2017). “*Direitos Reais*” 5.ª Edição, Coimbra Editora, cit. pp. 52.

²⁵⁹ Prevista no artigo 656.º do CC, a consignação de rendimentos é um direito real de garantia que permite ao seu titular, para caução de uma obrigação (mesmo que condicional ou futura), receber os rendimentos de certos bens imóveis ou móveis sujeitos a registo.

²⁶⁰ Previsto no artigo 666.º do CC, o penhor é uma garantia real das obrigações que incide sobre certa coisa móvel ou sobre créditos ou outros direitos não suscetíveis de hipoteca, pertencentes ao devedor ou a terceiro e que confere ao credor o direito de ser pago com prioridade face a todos os outros credores através do produto da venda do bem empenhado.

²⁶¹ Prevista na secção V do CC, nos artigos 686.º a 732.º.

²⁶² São um direito real de garantia diretamente reconhecido por lei a certos credores, tendo em conta a causa do crédito e independentemente de registo. Essencialmente, são por ele protegidos o Estado e outras entidades representativas do poder público. Encontra-se previsto nos artigos 753.º e ss do CC.

²⁶³ O direito de retenção permite que o obrigado à entrega de coisa e determinada, recuse o cumprimento desta obrigação sempre que, simultaneamente, seja credor do credor da obrigação de entrega por despesas feitas por causa da coisa ou de indemnização pelos danos por ela causados. Encontra-se previsto no CC nos artigos 754.º a 761.º.

²⁶⁴ Cfr. VIEIRA, José Alberto, (2016), “*Direitos Reais*”, 1.ª Edição, Almedina, cit. pp. 287.

preferência na satisfação do seu crédito através do produto da venda da coisa. Contudo, é de salientar que os direitos reais de garantia não têm poderes de gozo no seu conteúdo. Mesmo os direitos reais de garantia que atribuem a posse da coisa ao credor garantido, como o penhor e o direito de retenção, não conferem poderes de gozo ao seu titular^{265/266}.

Portanto, o titular do direito real de garantia tem o poder jurídico ou de reter os rendimentos da coisa dada em consignação ou de executar o objeto da garantia.

2. Noção de hipoteca

O artigo 686.º do CC define a hipoteca como uma garantia real que confere ao credor o direito de ser pago pelo valor de certas coisas imóveis, ou equiparadas (automóveis, navios e aeronaves), pertencentes ao devedor ou a terceiro, com preferência sobre os demais credores que não gozem de privilégio especial ou de prioridade de registo²⁶⁷.

A hipoteca só pode incidir sobre coisas imóveis ou móveis sujeitas a registo.

Contrariamente ao penhor, não há entrega (*traditio*) da coisa e a publicidade é assegurada pelo registo, que tem efeito constitutivo e sem ele a hipoteca não produz efeitos *inter partes*²⁶⁸.

A hipoteca caracteriza-se por, contrariamente ao privilégio, não estabelecer a preferência em atenção à causa do crédito, vigorando antes o princípio da prioridade na constituição. Podem constituir-se várias hipotecas, sendo que neste caso terá prioridade a hipoteca mais antiga^{269/270} e, quanto às hipotecas registadas na mesma data, concorrem, entre si, em proporção dos respetivos créditos²⁷¹.

²⁶⁵ Cfr. VIEIRA, José Alberto, “Direitos Reais”, cit. pp. 287.

²⁶⁶ Cfr. Artigo 671.º, alínea b) e 758.º e 759.º, n.º 3 do CC.

²⁶⁷ Note-se que há certos privilégios creditórios que, embora posteriores à hipoteca, prevalecem sobre ela. O mesmo ocorre com o direito de retenção. É o caso do artigo 746.º do CC referente aos privilégios por despesas de justiça, o artigo 751.º referente ao privilégio imobiliário especial e direitos de terceiro e o caso do artigo 759.º, n.º 2 também do CC, referente à retenção de coisas imóveis.

²⁶⁸ Cfr. Artigo 687.º do CC e artigo 4.º, n.º 2 do CRPredial. Vide JUSTO, A. Santos, “Direitos Reais”, cit. pp. 490.

²⁶⁹ Princípio *prior in tempore, potior in iure*.

²⁷⁰ Sem prejuízo das regras sobre o registo provisório, cfr. previsto no n.º 3 do artigo 6.º do CRPredial “o registo convertido em definitivo conserva a prioridade que tinha como provisório”.

²⁷¹ Cfr. JUSTO, A. Santos, “Direitos Reais”, cit. pp. 491.

A hipoteca é hoje muito corrente pois confere mais segurança ao credor quanto ao ressarcimento do seu crédito, bem como um acesso rápido à sua cobrança. Com efeito, praticamente todos os contratos de crédito à habitação preveem a existência de hipoteca sobre o imóvel adquirido.

Destinando-se a hipoteca a garantir o pagamento de créditos existe uma ligação incidível entre o direito de crédito garantido e o direito real de garantia, sendo aquele determinante para a conformação deste, pelo que se diz que a hipoteca é acessória do direito de crédito que garante²⁷².

3. A constituição da hipoteca, forma e registo

Decorre do artigo 687.º do CC e 4.º, n.º 2 do CRPredial que o registo é condição de existência de uma hipoteca uma vez que uma hipoteca não registada não produz quaisquer efeitos, nem mesmo entre as partes²⁷³. Muitos autores atribuem por isso, carácter constitutivo ao registo da hipoteca, isto é, a realidade jurídica anterior ao registo, situação em causa, é desprovida de natureza real. É isso que os preceitos legais em causa significam e por isso se pode afirmar que o registo da hipoteca é constitutivo do direito real²⁷⁴.

Em relação às formas de constituição da hipoteca, prevê o artigo 703.º do CC três modalidades: as hipotecas legais, judiciais ou voluntárias, consoante resultem da lei, de sentença judicial ou de negócio jurídico.

²⁷² Vide Ac. TRC 24/03/2009 (Sílvia Pires), in: www.dgsi.pt

²⁷³ Veja-se neste sentido o Ac. STJ 01/04/2014 (Alves Velho), in: www.dgsi.pt “I - A eficácia da hipoteca depende do registo dos respetivos factos constitutivos, mesmo em relação às partes outorgantes no contrato. II - O seu registo, funcionando como condição verdadeira da eficácia absoluta do ato/negócio de constituição, acaba por assumir também verdadeiros efeitos constitutivos, como verdadeiro registo constitutivo. III - Só os acessórios do crédito – cláusula penal, juros ou despesas – que constem do registo, ou seja, de que no registo exista menção, são abrangidos pela garantia da hipoteca (princípio da especialidade do registo quanto ao crédito). IV - Não tendo sido levada ao registo menção relativa à cláusula penal estabelecida no contrato de cessão de exploração celebrado entre a cedente/exequente e a cessionária/beneficiária da garantia para a hipótese de denúncia do contrato por falta de pagamento das prestações mensais locatícias, menção também omitida na escritura de constituição de hipoteca em que outorgaram a exequente e o executado/terceiro, não pode entender-se que a garantia hipotecária abrange o crédito da exequente relativo à aludida cláusula penal convencionada ou os juros de mora até ao valor limite da dita garantia.”

²⁷⁴ Cfr. DUARTE, Rui Pinto. (2007). “Curso de Direitos Reais”, cit. pp. 220.

Ora, tratando-se de um artigo de caráter taxativo não são admissíveis outras formas de constituição de hipoteca para além das elencadas no referido artigo, ficando excluídas outras possíveis formas de constituição de hipoteca (como, por exemplo, por usucapião).

É de notar que a sujeição a registo abrange todas as espécies de hipoteca (voluntárias, legais ou judiciais).

3.1. Hipoteca Legal

O artigo 704.º do CC define a hipoteca legal como aquela que resulta imediatamente da lei, independentemente da vontade das partes, desde que exista a obrigação a que serve de segurança. No entanto, a hipoteca tem que ser registada para se ter como constituída, pelo que afinal não resultam imediatamente da lei²⁷⁵.

A hipoteca legal distingue-se do privilégio creditório por não atender à causa do crédito mas sim tendo em específica atenção a qualidade dos credores. É nos termos do artigo 705.º do CC que urge os credores que beneficiam da hipoteca legal, sendo eles: *a)* O Estado e as autarquias locais, sobre os bens cujos rendimentos estão sujeitos à contribuição predial, para garantia do pagamento desta contribuição; *b)* O Estado e as demais pessoas coletivas públicas, sobre os bens dos encarregados da gestão de fundos públicos, para garantia do cumprimento das obrigações por que se tornem responsáveis; *c)* O menor e o maior acompanhado, sobre os bens do tutor, acompanhante e administrador legal, para assegurar a responsabilidade que nestas qualidades vier a assumir; *d)* O credor por alimentos; *e)* O co-herdeiro, sobre os bens adjudicados ao devedor de tornas, para garantir o pagamento destas; e *f)* O legatário de dinheiro ou outra coisa fungível, sobre os bens sujeitos ao encargo do legado ou, na sua falta, sobre os bens que os herdeiros responsáveis houveram do testador.

Relativamente à hipoteca legal a favor de menor, interdito e inabilitado, o artigo 706.º do CC estabelece que a determinação do valor e a designação dos bens objeto de hipoteca cabe ao conselho da família, podendo o registo ser requerido pelo tutor, o

²⁷⁵ Cfr. consta do artigo 687.º do CC e artigo 4.º, n.º 2 do CRPredial.

administrador legal, os vogais do conselho de família, o acompanhante e qualquer dos parentes do menor²⁷⁶.

Quanto ao objeto da hipoteca legal estas podem ser registadas em relação a quaisquer bens do devedor, quando não forem especificados na lei ou no título respetivo os bens sujeitos à garantia, conforme previsto no artigo 708.º do referido diploma legal. Quando os bens registados são insuficientes a hipoteca poderá ser objeto de reforço, no entanto, quando destinadas a garantir o pagamento das tonas ou do legado de dinheiro ou outra coisa fungível, artigo 709.º estabelece que o credor só goza do direito de as reforçar se a garantir puder continuar a incidir sobre os bens aí especificados.

Urge ainda previsto no artigo 707.º do CC a possibilidade de substituição da hipoteca legal por outra caução. Esta substituição é autorizada pelo tribunal e mediante requerimento do devedor. Pode ainda ser exigida esta substituição a pelo credor, no caso de o devedor não ter bens suscetíveis de hipoteca suficientes para garantir o crédito, salvo nos casos das hipotecas destinadas a garantir o pagamento das tornas ou do legado de dinheiro ou outra coisa fungível.

3.2. Hipoteca judicial

A hipoteca judicial encontra-se prevista no artigo 710.º do CC e tem por título constitutivo uma sentença²⁷⁷ que condene o devedor à realização de uma prestação em dinheiro ou outra coisa fungível, mesmo que tal decisão não tenha transitado em julgado. Contudo, no n.º 3 deste preceito legal, prevê que se o devedor for condenado a entregar uma coisa ou a prestar um facto, só pode ser registada a hipoteca havendo conversão da prestação numa indemnização pecuniária.

²⁷⁶ Veja-se neste sentido o Ac. TRL de 13/12/2017 (Rui Moura), in: www.dgsi.pt no qual refere que “a incapacidade do menor quanto à determinação do valor da hipoteca estabelecida a seu favor, para efeito do registo, e a designação dos bens sobre que há-de ser registada, é suprida, estando a paternidade estabelecida, pelos pais do menor, ou por um deles, em sua representação, segundo o regime que no caso vigorar para as responsabilidades parentais”.

²⁷⁷ Importa interpretar o que se deve entender da expressão “sentença” do art. 710º nº 1 CC. Tanto podem servir de base ao registo da hipoteca sentenças condenatórias, como sentenças homologatórias de um acordo. Incluem-se também no conceito de sentença os despachos de condenação em multas ou em custas proferidos num processo judicial.

A lei dispensa que a sentença tenha transitado em julgado, no entanto, neste caso só se admite o registo provisório por natureza da hipoteca, apenas convertendo em definitivo quando a sentença transitar²⁷⁸.

Uma importante limitação ao valor das hipotecas judiciais é a que resulta do artigo 140.º, n.º 3 do CIRE: não são atendidas para efeitos de graduação de créditos em processo de falência. O mesmo é dizer que a natureza real da figura é limitada²⁷⁹.

Dispõe ainda o artigo 711.º do CC que o registo de hipoteca judicial pode ser igualmente obtido com base em sentenças estrangeiras depois de revistas e confirmadas em Portugal, na medida em que a lei do país onde foram proferidas lhes reconheça igual valor.

3.3. Hipoteca voluntária

A hipoteca voluntária, prevista no artigo 712.º do CC, é a hipoteca que resulta da vontade do titular da coisa hipotecada que pode manifestar-se num contrato ou declaração unilateral. Tratando-se a hipoteca de um facto jurídico que serve para a satisfação dos interesses do credor, considera-se suficiente a vontade do devedor para a sua constituição, não tendo a vontade do credor ter que ser expressa.

Apenas tem legitimidade para a constituição da hipoteca aquele que dispuser da capacidade de alienar o bem nos termos do artigo 715.º do CC. No entanto, a legitimidade do proprietário não é prejudicada pelo facto de já existir uma hipoteca anterior sobre o bem uma vez que, o artigo 713.º do CC refere que *“a hipoteca não impede o dono dos bens de os hipotecar de novo; neste caso, extinta uma das hipotecas, ficam os bens a garantir, na sua totalidade, as restantes dívidas hipotecárias”*.

Em termos de forma, estabelece o artigo 714.º do CC, que, *“sem prejuízo do disposto em lei especial, o ato de constituição ou modificação da hipoteca voluntária, quando recaia sobre bens imóveis, deve constar de escritura pública, de testamento ou de documento particular autenticado”*. Este regime sofre uma exceção relativamente às hipotecas constituídas para garantia de contratos de compra e venda com mútuo, referente

²⁷⁸ Cfr. Artigo 92.º, n.º 1, alínea l) do CRPredial.

²⁷⁹ Cfr. DUARTE, Rui Pinto. (2007). *“Curso de Direitos Reais”*, 2.º Edição, Estoril Principia, cit. pp. 219.

a prédio urbano ou fração autónoma destinado a habitação, desde que o mutuante seja uma instituição de crédito autorizada a conceder crédito à habitação, bem como em relação a contratos pelos quais se titulem novos empréstimos relativos ao mesmo prédio ou fração celebrados pelo respetivo proprietário com instituições de crédito autorizada a conceder crédito à habitação²⁸⁰. Efetivamente, os tratos podem ser celebrados por documento particular com reconhecimento de assinaturas, segundo modelo oficialmente aprovado²⁸¹. Estes documentos particulares têm natureza de título executivo²⁸².

A esmagadora maioria de casos de constituição de hipoteca voluntária ocorre em contratos de crédito à habitação ou contratos de mútuo com hipoteca. No caso dos contratos de crédito à habitação, o incumprimento de apenas uma prestação tem como consequência o vencimento de todas as prestações que faltam para o final da execução do contrato, até perfazer o valor total em dívida (capital mais juros acordados).

4. Princípios inerentes às várias espécies de hipoteca

Enquanto direito real de garantia, a hipoteca tem as características que distinguem estes direitos e é também acessória e indivisível.

4.1. Âmbito do crédito garantido

Segundo o princípio da especialidade, o seu objeto deve ser determinado e, no respetivo registo, devem constar o fundamento, o crédito e seus acessórios e o montante máximo garantido. São por isso nulas as hipotecas gerais²⁸³.

A hipoteca, como já referido, é constituída para garantia de um crédito, determinando o artigo 686.º, n.º 2 do CC que este crédito pode ser futuro ou condicional. No entanto, o artigo 693.º do CC vem estabelecer que para além do crédito propriamente dito, a hipoteca assegura também os acessórios do crédito que constem do registo. Esses

²⁸⁰ Cfr. Artigo 1.º do DL de 255/93 de 15 de Julho. Vide LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes. (2017). “Direitos Reais”, 6.ª Edição, Almedina, cit. pp. 418.

²⁸¹ Consta da Portaria 669-A/93 de 16 de Julho, alterada pela Portaria 882/94 de 1 de Outubro.

²⁸² Cfr. Artigo 2.º, n.º 4.º do DL de 255/93 de 15 de Julho.

²⁸³ Cfr. Artigo 706.º do CC. Vide JUSTO, A. Santos, “Direitos Reais”, cit. pp. 496

acessórios são os juros que o crédito principal vença e outros créditos com ele conexos, nomeadamente despesas implicadas pela sua cobrança, bastando que a menção a esses acessórios conste do registo, conforme explicita o artigo 96.º, n.º 1 do CRPredial.

Contudo, em relação aos juros, estabelece o n.º 2 do artigo 693.º do CC que, a hipoteca nunca abrange, não obstante convenção em contrário, mais do que os relativos a três anos, podendo, no entanto, ser sucessivamente registada nova hipoteca em relação a juros em dívida. Esta limitação destina-se proteger as expectativas de terceiros que poderiam ser surpreendidos com uma extraordinária extensão da hipoteca e estimula o credor hipotecário a não dilatar excessivamente a execução.²⁸⁴

4.2. Indivisibilidade

De acordo com o princípio da indivisibilidade, previsto no artigo 696.º do CC, a hipoteca subsiste por inteiro, ainda que a coisa venha a ser dividida ou o crédito garantido parcialmente satisfeito²⁸⁵.

A hipoteca é una, mesmo que abranja uma pluralidade de coisas, pelo que subsiste indiferenciadamente sobre cada uma das coisas que abrange, mesmo que estas venham a ser objeto de divisão, ficando as coisas resultantes da divisão integralmente oneradas. Isto é, se um prédio vier a ser constituído em propriedade horizontal, a hipoteca sobre ele existente ficará onerada em cada fração autónoma, respondendo cada uma delas pela totalidade da dívida garantida.

O princípio da indivisibilidade da hipoteca, sofre, conforme refere o artigo 689.º, n.º 2 do CC, alguma atenuação no caso de hipoteca de coisa ou direito comum, uma vez

²⁸⁴ Cfr. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “Direitos Reais”, cit. pp. 419 Vide DUARTE, Rui Pinto. (2007). “Curso de Direitos Reais”, cit. pp. 221.

²⁸⁵ Complementarmente veja-se o Ac. STJ de 06/12/2018 (Hélder Almeida), in: www.dgsi.pt “I - Incidindo a hipoteca sobre duas frações autónomas, o princípio da indivisibilidade da hipoteca implica que ambas respondam pela totalidade do crédito hipotecário. O direito assegurado pela hipoteca plural, assegurado e expresso pelo valor máximo garantido, é uno, não se multiplicando pelo número de bens onerados. II - Tendo as partes fixado contratualmente o valor máximo garantido em € 375 875, é inviável considerar que, por apelo ao que consta do registo predial da hipoteca de cada uma das frações, aquele valor corresponde ao dobro desse montante. III - Se assim não fosse: i) os restantes credores hipotecários seriam indevidamente prejudicados na hipótese de a venda de uma das frações garantir o pagamento da integralidade do crédito hipotecário; ii) o disposto no art. 697.º do CC careceria de sentido – porquanto não seria possível ao devedor opor-se à execução com fundamento da desnecessidade da sua extensão; iii) e a hipoteca apenas se extinguiria com a satisfação da globalidade do montante resultante da duplicação.”

que, sendo efetuada a respetiva divisão com o consentimento do credor, fica a hipoteca limitada à parte que for atribuída ao devedor.²⁸⁶

4.3. Transmissão da hipoteca

Existem duas diferentes realidades previstas no nosso CC. Por um lado, existe a possibilidade de transmitir a hipoteca para garantia de um outro crédito do mesmo devedor, por outro, também é possível a cessão do grau hipotecário, implicando, neste caso, a existência de outra hipoteca sobre a mesma coisa.

Ora, segundo o princípio da transmissibilidade, regulado no artigo 727.º do CC, a hipoteca pode ser cedida sem o crédito assegurado a outro credor para garantia de obrigação sobre o mesmo devedor, desde que a hipoteca não seja inseparável da pessoa do devedor e, se constituída por terceiro, este consinta. A hipoteca enquanto garantia tem valor económico e, por isso, a transmissão da hipoteca pode ter interesse, para passar a garantir outro crédito. Nos termos do artigo 728.º do CC, a hipoteca cedida deixa de garantir o crédito que originariamente garantia e assegura o novo crédito nos termos em que assegurava o crédito originariamente garantido.

No entanto, o artigo 727.º do CC limita a credibilidade da hipoteca por meio das seguintes regras²⁸⁷: só é lícita a transmissão de hipoteca para garantia de crédito pertencente a outro credor do mesmo devedor; se a coisa hipotecada pertencer não ao devedor mas a terceiro, é necessário consentimento deste; a cessão tem de observar as regras de cessão de créditos, nomeadamente quanto à forma e à necessidade de notificação, para que a mesma produza efeitos relativamente ao devedor (artigo 583.º, n.º 1 do CC); a hipoteca que incida sobre mais de uma coisa só poder ser cedida na sua totalidade.

A cessão da hipoteca tem por base um determinado tipo negocial, no caso de a hipoteca incidir sobre bens imóveis, a cessão deverá constar de escritura pública ou documento particular autenticado, conforme consta do artigo 578.º, n.º 2 do CC.

²⁸⁶ Cfr. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “*Direitos Reais*”, cit. pp. 423 Vide DUARTE, Rui Pinto. (2007). “*Curso de Direitos Reais*”, cit. pp. 222.

²⁸⁷ Cfr. DUARTE, Rui Pinto. (2007). “*Curso de Direitos Reais*”, cit. pp. 225.

Da mesma forma que se permite a cessão da hipoteca, é também permitida a cessão do grau hipotecário a favor de qualquer outro credor hipotecário posteriormente inscrito sobre os mesmos bens, observadas igualmente as regras respeitantes à cessão do mesmo crédito. Prevista no artigo 729.º do CC, a cessão do grau hipotecário pressupõe assim a existência de dois credores hipotecários e consiste na cessão da preferência resultante da prioridade que deriva da ordem temporal das inscrições hipotecárias²⁸⁸. Note-se que aqui não estamos a considerar qualquer cessão de hipoteca mas apenas a cessão da posição da graduação de crédito do garantido para outro, assumindo, este último, o lugar do primeiro.

É por efeito deste princípio que, nos termos do artigo 695.º do CC, se considera nula a convenção que proíba o dono de alienar ou onerar os bens hipotecados, embora seja lícito convencionar que o crédito hipotecário se vencerá logo que esses bens sejam alienados ou onerados.

4.4. Expurgação

O princípio da inerência dispõe que a hipoteca continuará a acompanhar a coisa, podendo o seu adquirente libertar-se dela, exercendo o direito de a expurgar²⁸⁹.

A expurgação pode ser feita por meio de pagamento aos credores hipotecários das dívidas cuja garantia se destina, não havendo prejuízo para os credores. No entanto, a expurgação também pode ser feita mediante proposta de entrega aos credores do valor da aquisição ou do valor da avaliação dos bens, em caso de a aquisição ter sido feita a título gratuito ou de não ter havido fixação de preço. Neste caso, os credores podem impugnar o valor proposto e forçar a venda executiva dos bens, desde que por valor mais elevado²⁹⁰.

Um caso especial de expurgação de hipoteca é o regulado no artigo 830.º, n.º 4 do CC, o promitente-comprador de edifício ou fração autónoma que tenha o direito de expurgação e que requeira a execução específica do contrato-promessa pode requerer que a sentença que declare a execução específica condene também o promitente-vendedor a

²⁸⁸ Cfr. DUARTE, Rui Pinto. (2007). “*Curso de Direitos Reais*”, cit. pp. 225.

²⁸⁹ Cfr. JUSTO, A. Santos, “*Direitos Reais*”, cit. pp. 496.

²⁹⁰ Cfr. DUARTE, Rui Pinto. (2007). “*Curso de Direitos Reais*”, cit. pp. 226.

entregar-lhe o montante do débito hipotecário ou a parte do mesmo correspondente à fração autónoma²⁹¹.

4.5. Substituição ou reforço da hipoteca

Caso o objeto da hipoteca pareça ou torne-se insuficiente para a segurança da dívida, o artigo 701.º, n.º 1 do CC vem estabelecer que o credor pode exigir a substituição ou o reforço da hipoteca e, não procedendo o devedor a tal substituição ou reforço, pode o credor exigir o cumprimento imediato da obrigação garantida ou, tratando-se de obrigação futura, registar hipoteca sobre outros bens do devedor.

Esta faculdade sofre, no entanto, uma restrição relativamente às hipotecas legais referidas no artigo 705.º, e) e f), em que o reforço só é permitido se a garantia puder continuar a incidir sobre os bens aí especificados²⁹².

4.6. Redução da hipoteca

Da mesma forma que pode ser reforçada, o artigo 718.º do CC prevê que a hipoteca possa ser igualmente reduzida voluntária ou judicialmente.

Relativamente à redução voluntária, prevê o artigo 719.º do CC que esta só pode ser consentida por quem puder dispor da hipoteca, sendo aplicável à redução o regime estabelecido para a renúncia à garantia.

Já relativamente à redução judicial, refere o artigo 720.º do CC, que esta tem lugar, nas hipotecas legais e judiciais, a requerimento de qualquer interessado, quer no que concerne aos bens, quer no que respeita à quantia designada como montante do crédito, exceto se, por convenção ou sentença, a coisa onerada ou a quantia assegurada tiver sido especialmente indicada.

O n.º 2 do artigo supra mencionado acrescenta que neste último caso, bem como na hipoteca voluntária, a redução judicial só é admitida se, em consequência do cumprimento parcial ou outra causa de extinção, a dívida se encontrar reduzida a menos

²⁹¹ Cfr. DUARTE, Rui Pinto. (2007). “*Curso de Direitos Reais*”, cit. pp. 226.

²⁹² Cfr. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “*Direitos Reais*”, cit. pp. 424.

de dois terços do seu montante inicial e se, por virtude de acessões naturais ou benfeitorias, a coisa ou o direito hipotecado se tiver valorizado em mais de um terço do seu valor à data da constituição da hipoteca.

Assim, podemos concluir que a redução da hipoteca, à qual são aplicáveis as regras da renúncia da mesma, opera ou voluntariamente (mediante consentimento do credor garantido) ou judicialmente. Nesta última possibilidade, caso a quantia assegurada não tenha sido especialmente indicada ou a hipoteca seja voluntária apenas é permitida a redução se verificados os pressupostos no artigo 720.º n.º 2 CC.

5. Extinção da hipoteca

As causas da extinção da hipoteca urgem elencadas no artigo 730.º do CC e são elas:

- a) *Pela extinção da obrigação a que serve de garantia:* ora, sendo a hipoteca uma garantia com carácter acessório, a primeira causa de extinção é desde logo a extinção da obrigação garantida. Caso a hipoteca tenha sido transmitida para segurança de outro crédito, só a extinção do novo crédito garantido opera a da hipoteca, sendo irrelevante a extinção do crédito originário, 728.º, n.º 2;
- a) *Por prescrição, a favor de terceiro adquirente do prédio hipotecado decorridos vinte anos sobre o registo de aquisição e cinco sobre o vencimento da obrigação:* dependem de dois prazos cumulativos – um de vinte anos sobre o registo de aquisição por esse adquirente e outro de cinco anos sobre o vencimento da obrigação garantida. Terá que ser invocada judicial ou extrajudicialmente por aquele a quem aproveita para ser eficaz e não basta que seja invocada a prescrição mas também necessário que a mesma seja apreciada e declarada por decisão transitada em julgado, proferido em processo que intervenha o credor hipotecário;
- b) *Pelo perecimento da coisa hipoteca, sem prejuízo do disposto nos artigos 692.º e 701.º:* A perda do objeto da hipoteca determina a extinção da hipoteca. Ressalva-se, porém, a remissão para o artigo 692.º do CC em que se prevê uma transferência da preferência hipotecária para o eventual direito à indemnização na mesma medida que lhe cabia a garantia.

A este propósito acrescenta-se que de acordo com o artigo 701.º do CC, o credor pode, se for alheio ao perecimento do imóvel, existir a substituição da garantia. Caso essa exigência não seja satisfeita pode o crédito considerar-se vencido.

- c) *Pela renúncia do credor:* é a causa extintiva aparentemente mais vulgar. Previsto no artigo 731.º do CC, a renúncia à hipoteca deve ser de forma expressa e escrita em documento que contenha a assinatura do renunciante, reconhecida presencialmente, salvo se for feita na presença de funcionário da conservatória.

Quando há extinção, por pagamento, da obrigação garantida, o processo mais expedido de obter o cancelamento do registo de hipoteca assenta numa declaração de renúncia do credor – o conhecido *distracte*. Esta renúncia não está sujeita à aceitação do devedor ou do dono dos bens hipotecados.

Note-se que, como prevê o artigo 867.º do CC, a renúncia à hipoteca não implica a renúncia ao direito de crédito.

Apesar de não prevista no artigo 730.º do CC, deve ser ainda considerada como causa de extinção a expurgação da hipoteca no caso de transmissão dos bens hipotecados, conforme resulta do artigo 721.º do CC.

O artigo 717.º, n.º 1 do CC prevê ainda que se a hipoteca for constituída por terceiro e, seja por facto positivo ou negativo do credor, se não puder verificar a sub-rogação do terceiro nos direitos do credor, então a hipoteca também se extingue.

É igualmente causa de extinção da hipoteca a extinção do direito sobre o qual a hipoteca incide, como acontece, por exemplo, se o usufruto ou a superfície que foram objeto da hipoteca se vierem a extinguir^{293/294}.

É, no entanto, de referir que a causa extintiva da obrigação pode ser declara nula ou anulada, caso em que se verificará o renascimento da hipoteca, a menos que esta tenha sido constituída por terceiro, e a causa da invalidade seja imputável ao credor, caso em

²⁹³ Cfr. Artigo 699.º, n.º 2 e 1539.º, n.º 1 ambos do CC. Vide LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “Direitos Reais”, cit. pp. 431.

²⁹⁴ Ressalva para o n.º 3 do artigo 669.º do CC em que “se a extinção do usufruto resultar de renúncia, ou da transferência dos direitos do usufrutuário para o proprietário, ou da aquisição da propriedade por parte daquele, a hipoteca subsiste, como se a extinção do direito se não tivesse verificado.”

que o renascimento só ocorrerá se este conhecer o vício na data em que teve conhecimento da extinção da obrigação. Se, no entanto, a inscrição hipotecária no registro tiver sido cancelado, o renascimento apenas ocorre desde a data da nova inscrição, artigo 732.º do CC.

6. A hipoteca (voluntária) imobiliária e o processo executivo

Perante o incumprimento por parte do devedor, o credor pode executar a hipoteca, recorrendo para o efeito à ação executiva.

A doutrina entende que a necessidade de recorrer à via judicial para que o titular da garantia possa fazer valer o seu interesse constitui um meio de resguardar o devedor contra os abusos a que poderia dar origem a alienação do objeto da garantia, se ao credor fosse permitido realizá-la diretamente. Com o mesmo objetivo (proteger o devedor) se proíbe, como é sabido, a convenção que atribua ao credor o direito de fazer sua a coisa onerada no caso de o devedor não cumprir. Ou seja, não se permite, tal como sucedia no direito romano, a *actio hypothecaria*, em que o credor se apoderava da coisa, podendo vendê-la extrajudicialmente para pagar o seu crédito à custa do seu valor.

O artigo 703.º do CPC enumera uma lista de títulos que podem servir de base à execução, dos quais se destacam o documento exarado ou autenticado por notário ou entidade com competência equivalente, que importe a constituição ou reconhecimento de qualquer obrigação e os documentos que a lei atribua especialmente força executiva. Ora, o DL n.º 255/93, de 15 de Julho *regula a compra e venda com mútuo, com ou sem hipoteca, referente a prédio urbano destinado a habitação, ou fração autónoma para o mesmo fim, desde que o mutuante seja uma instituição de crédito autorizada a conceder crédito à habitação* e nos termos do n.º 4 do artigo 2.º estes documentos têm natureza de título executivo²⁹⁵.

Antes de mais importa aqui referir que o bem hipotecado permanece no património do devedor ou do terceiro, pelo que pode ser objeto de penhora no âmbito de uma ação executiva instaurada por outro credor do titular do bem hipotecado. Assim,

²⁹⁵ Deverá ser junto o documento que deu origem à garantia (escritura pública ou documento particular autenticado no caso das hipotecas voluntárias).

mesmo quando a ação executiva para a cobrança coerciva de dívida é intentada por outro credor, a hipoteca voluntária, por estar “conexa” ao bem imóvel permite que o credor hipotecário seja chamado ao processo executivo para exercer o seu direito real de garantia emergente de hipoteca, e assim, obter, com prevalência face ao credor que intentou a ação, a satisfação do seu crédito através da venda do bem. Na verdade faz parte do processo executivo o chamamento dos credores dotados de garantia real (registada ou conhecida) sobre o bem penhorado, conforme dispõe o artigo 786.º, n.º 1, alínea b) e 788.º, n.º 1 ambos do CPC, que serão depois graduados em função do tipo de direito real de garantia e/ou data da sua constituição. Isto é, o credor hipotecário prioritário pode vir ao processo para reclamar o seu crédito e ser pago em conformidade com a sua prioridade, mesmo não tendo sido ele quem iniciou o processo. Assim, com o produto da venda judicial será pago primeiramente o credor de melhor grau, podendo não haver remanescente para pagar ao credor hipotecário de pior grau, apesar de ser o credor exequente²⁹⁶.

Ora, para o credor hipotecário poder executar a sua garantia instaura-se uma ação executiva para pagamento de quantia certa, no qual o credor/exequente pretende obter o cumprimento da obrigação pecuniária através da execução do património do devedor/executado. Para tal, são apreendidos bens com valor considerado suficiente para cobrir a importância da dívida e custas, que depois são, em regra, vendidos para com o produto obtido se proceder ao pagamento. Deste modo, o exequente obtém um resultado equivalente ao da realização da prestação que, segundo o título executivo, lhe é devido.

Nos termos do disposto no artigo 835.º n.º 1, do CPC, a penhora deve iniciar-se pelos bens sob os quais incida a garantia, só podendo recair sobre outros bens quando se reconheça a insuficiência desses para conseguir o fim da execução. Assim, existindo hipoteca a penhora deve iniciar-se pelos bens a ela sujeitos.

Penhorado o bem hipotecado o princípio é o da entrega do bem ao AE, de modo a que este tome controlo efetivo²⁹⁷, contudo, existem regras especiais a observar previstas no artigo 756.º, n.º 1, alínea a), b) e c) do CPC: quando o bem penhorado constituir a casa de habitação efetiva do executado, caso em que é este o depositário; quando o bem estiver

²⁹⁶ Cfr. JARDIM, Mónica, PATRÃO, Afonso et al., (2015) “80 Perguntas sobre a Hipoteca Imobiliária”, 1.ª Edição, Coimbra Editora, cit. pp. 79-80.

²⁹⁷ Cfr. Artigo 756.º e 757.º, n.º 1 do CPC.

arrendado, caso em que é depositário o arrendatário e quando o bem for objeto de direito de retenção, em consequência de incumprimento contratual judicialmente verificado, caso em que é depositário o retentor.

Uma vez obtido o produto da venda do bem, o AE calcula as custas do processo e a importância que cada credor receberá, sendo certo que cada credor será pago pelo preço do bem sobre o qual incida a sua garantia²⁹⁸.

Acontece, porém, que ainda que a hipoteca seja uma garantia perfeita na sua constituição e publicidade, existem alguns fatores de insegurança para o credor, provenientes de situações jurídicas que prevalecem sobre os direitos do hipotecário. São destes exemplos os privilégios creditórios, o direito de retenção e a situação de insolvência.

6.1. Privilégios creditórios e o direito de retenção

Antes dos credores hipotecários serem pagos serão ainda pagos os titulares dos privilégios creditórios que tenham tal preferência reconhecida pela lei e os titulares do direito de retenção²⁹⁹.

Os privilégios creditórios encontram-se definidos no CC, no seu artigo 733.º e são a faculdade que a lei, em atenção à causa do crédito, concede a certos credores de, independentemente de registo, serem pagos com preferência a outros. Desta noção legal resulta que os privilégios creditórios derivam da lei e não de negócio jurídico e mesmo que incidam sobre coisa imóvel, não estão sujeitos a registo. A lei concede-os em atenção ou a qualidade dos credores (Estado, autarquias locais e outras pessoas coletivas) ou à natureza do crédito que protegem.

Pela leitura deste artigo verifica-se que o privilégio creditório é uma faculdade concedida, daí que tenha que existir intervenção do credor, na reclamação do seu crédito, para que se verifique a sua preferência.

Por fim, o artigo refere que este privilégio opera independentemente do registo. E é neste facto jurídico que incide o obstáculo da instabilidade que este provoca na relação

²⁹⁸ Cfr. Artigo 796.º, n.º 2 do CPC.

²⁹⁹ Cfr. Artigo 759.º, n.º 2 do CC.

jurídico/patrimonial e no concurso dos credores hipotecários face aos credores privilegiados.

São de duas espécies os privilégios creditórios: mobiliários³⁰⁰ e imobiliários. Da leitura do artigo 735.º n.º 3 do CC conclui-se que os privilégios creditórios imobiliários (aqueles que no âmbito deste trabalho são relevantes) são sempre especiais.

Ora, primeiramente e no topo dos privilégios creditórios encontra-se as despesas de justiça em que primeiro são pagas as custas da execução e só depois os credores reais pela ordem definida na decisão da graduação de créditos. Nos termos do artigo 743.º do CC, os créditos por despesas de justiça feitas diretamente no interesse comum dos credores, para a conservação, execução ou liquidação dos bens imóveis, têm privilégio sobre estes bens. E este privilégio imobiliário tem preferência sobre os demais privilégios e sobre as outras garantias, mesmo anteriores, que onerem os mesmos bens, artigo 746.º do CC.

Entre os titulares dos privilégios creditórios imobiliários estão ainda, a título de exemplo: os créditos dos trabalhadores emergentes de contrato de trabalho (ou da sua violação ou cessação) desde que o imóvel executado seja aquele em que os trabalhadores prestem a sua atividade (artigo 333.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2 alínea b) do CT); os créditos por contribuição predial devida ao Estado ou às autarquias locais desde que inscritos para cobrança no ano corrente na data da penhora, ou ato equivalente, e nos dois anos anteriores, (artigo 744.º, n.º 1, 748.º, n.º 1 alínea a) e 751.º do CC); os créditos do Estado pelo IMT e pelos impostos sobre as sucessões e doações (artigo 744.º, n.º 2; 748.º, n.º 1 alínea a) e 751.º do CC).

Constitui igualmente um direito real de garantia o direito de retenção³⁰¹. O artigo 1323.º, n.º 4 atribui ainda direito de retenção ao achador da coisa.

Este direito que resulta imediatamente da lei e não está sujeito a registo, depende dos seguintes requisitos³⁰²: **a)** Detenção lícita da coisa que deve ser entregue a outrem³⁰³;

³⁰⁰ Os privilégios mobiliários são gerais, se abrangem o valor de todos os bens móveis existentes no património do devedor à data da penhora ou de ato equivalente; são especiais, quando compreendem só o valor de determinados bens móveis.

³⁰¹ O direito de retenção encontra-se previsto no artigo 754.º do CC e aqui consagra-se que “o devedor que disponha de um crédito contra o seu credor goza do direito de retenção se, estando obrigado a entregar certa coisa, o seu crédito resultar de despesas feitas por causa dela ou de danos por ela causados”.

³⁰² Cfr. JUSTO, A. Santos, “Direitos Reais”, cit. pp. 506.

³⁰³ Cfr. Artigo 756.º alíneas a) e b) do CC.

b) O devedor da restituição da coisa é credor daquele a quem deve restituir³⁰⁴; **c)** O crédito do obrigado a restituir deve resultar de despesas feitas por causa da coisa ou de danos por ela causados e estar vencido.

Verificados estejam os pressupostos do direito de retenção, determina o artigo 759.º do CC que, recaiando o direito de retenção sobre coisa imóvel, o respetivo titular, enquanto não entregar a coisa retida, tem a faculdade de a executar, nos mesmos termos em que pode fazer o credor hipotecário e de ser pago com preferência aos demais credores do devedor.

Ainda que subsistissem dúvidas quanto à intenção do legislador em atribuir tal força ao direito de retenção, veio o n.º 2 do mesmo artigo reforçar que este direito prevalece sobre a hipoteca, mesmo que esta tenha sido registada anteriormente.

Nenhum destes direitos reais de garantia, diferentemente da hipoteca, está sujeito a registo. A sua publicidade decorre diretamente da lei (privilégios creditórios) ou do exercício de poderes materiais sobre a coisa (retenção). Uma vez que o pagamento destes créditos se faz independentemente da data do registo da hipoteca, há aqui uma manifesta exceção ao princípio *prior in tempore, potior in iure*³⁰⁵.

³⁰⁴ Cfr. Artigo 754.º do CC.

³⁰⁵ Cfr. JARDIM, Mónica, PATRÃO, Afonso et al., (2015) “80 Perguntas sobre a Hipoteca Imobiliária”, cit. pp. 84.

CAPITULO IV – Análise comparativa dos direitos e garantias do exequente/credor reclamante com constituição de hipoteca como garantia do bem penhorado (antes e após o registo de penhoras sobre o bem hipotecado), face à declaração de insolvência

Conforme referido no capítulo II, ao processo de insolvência subjaz o carácter de “execução universal”, no sentido de que abrange todo o património dos insolventes e a que são chamados todos os seus credores, a fim de nele reclamarem os seus créditos.

A declaração de insolvência determina a suspensão de quaisquer diligências executivas ou providências requeridas pelos credores da insolvência que atinjam os bens integrantes da massa insolvente e obsta à instauração ou ao prosseguimento de qualquer ação executiva intentada pelos credores da insolvente, nos termos do artigo 88.º, n.º 1, do CIRE. O que explica que, nos termos do artigo 46.º, n.º 1, do CIRE, se considere que, salvo disposição em contrário, a massa insolvente abrange todo o património do devedor à data de declaração de insolvência³⁰⁶.

Outro dos efeitos da declaração de insolvência já referidos anteriormente é o de que o insolvente fica privado dos poderes de administração e disposição dos bens integrantes da massa insolvente, que passam a competir ao administrador da insolvência, cabendo a este a apreensão dos bens integrantes da massa insolvente, como resulta do disposto nos artigos 81.º, n.º 1, 149.º e 150.º, n.º 1, do CIRE³⁰⁷. Obrigação esta que se mantém ainda que os bens tenham sido arrestados, penhorados ou apreendidos, seja em que processo for (artigo 149.º, n.º 1 do CIRE).

Aliás, o legislador precisou no n.º 2 deste preceito que, no caso de os bens já terem sido vendidos, a apreensão tem por objeto o produto da venda, caso este ainda não tenha sido pago aos credores ou entre eles repartido³⁰⁸.

Ora, a primeira questão que cabe agora analisar é a se o crédito registado com uma penhora deve ser classificado como crédito garantido ou como crédito comum.

³⁰⁶ Vide Ac. TRC de 29/03/2013 (Arlindo Oliveira), in: www.dgsi.pt

³⁰⁷ Vide Ac. TRC de 29/03/2013 (Arlindo Oliveira), in: www.dgsi.pt

³⁰⁸ Vide Ac. TRC de 29/03/2013 (Arlindo Oliveira), in: www.dgsi.pt

A segunda questão é se uma penhora registada anteriormente a uma hipoteca voluntária deve prevalecer sobre esta.

Créditos garantidos são apenas aqueles que beneficiem de uma garantia real, considerando-se como tal os privilégios especiais. Abrangem assim a consignação de rendimentos, o penhor, a hipoteca e o direito de retenção³⁰⁹.

Créditos privilegiados são aqueles que beneficiam de privilégios creditórios gerais (mobiliários e imobiliários), os quais não constituem garantias reais por não incidirem sobre coisas determinadas³¹⁰.

Os créditos subordinados correspondem a uma nova categoria de créditos, enumerados no artigo 48.º do CIRE³¹¹, os quais são satisfeitos depois dos restantes créditos sobre a insolvência³¹².

Os créditos comuns são aqueles que não beneficiam de garantia real, nem de privilégio geral, e não são objeto de subordinação³¹³.

Assim sendo, devem ser classificados como créditos garantidos, os que beneficiam da garantia real constituída pela hipoteca, mormente pela hipoteca voluntária (artigos 686.º e 712.º do CC). Nascida de um contrato ou declaração negocial, “*A hipoteca confere ao credor o direito de ser pago pelo valor de certas coisas imóveis, ou equiparadas, pertencentes ao devedor ou a terceiro com preferência sobre os demais credores que não gozem de privilégio especial ou prioridade de registo*” (artigo 686.º, n.º 1, 712.º e 604.º, n.º 2 do CC)³¹⁴.

De facto, a garantia hipotecária é perspectivada, pela generalidade dos autores, como a rainha das garantias reais, uma vez que dela provém o maior nível de segurança

³⁰⁹ Vide Ac. do TRP de 23/03/2009, in: bdjur.almedina.net.

³¹⁰ Vide Ac. do TRP de 23/03/2009, in: bdjur.almedina.net.

³¹¹ Artigo 48.º do CIRE: “Consideram-se subordinados, sendo graduados depois dos restantes créditos sobre a insolvência: a) Os créditos detidos por pessoas especialmente relacionadas com o devedor, desde que a relação especial existisse já aquando da respetiva aquisição, e por aqueles a quem eles tenham sido transmitidos nos dois anos anteriores ao início do processo de insolvência; b) Os juros de créditos não subordinados constituídos após a declaração da insolvência, com exceção dos abrangidos por garantia real e por privilégios creditórios gerais, até ao valor dos bens respetivos; c) Os créditos cuja subordinação tenha sido convencionada pelas partes; d) Os créditos que tenham por objeto prestações do devedor a título gratuito; e) Os créditos sobre a insolvência que, como consequência da resolução em benefício da massa insolvente, resultem para o terceiro de má fé; f) Os juros de créditos subordinados constituídos após a declaração da insolvência; g) Os créditos por suprimentos.”

³¹² Vide Ac. do TRP de 23/03/2009, in: bdjur.almedina.net.

³¹³ Vide Ac. do TRP de 23/03/2009, in: bdjur.almedina.net.

³¹⁴ Vide Ac. do TRP de 23/03/2009, in: bdjur.almedina.net.

de ressarcimento do credor. Nesta ordem de ideias, a hipoteca constitui a garantia que permite a «melhor segurança da dívida sem que haja lugar à entrega da coisa».

A hipoteca apresenta-se também como uma das mais importantes garantias por ser de fácil execução, o que resulta do facto de o título constitutivo da hipoteca consubstanciar um título executivo. Todavia, o principal motivo da caracterização da hipoteca como a rainha das garantias reside na graduação legal do credor hipotecário.

Já a penhora não é, em sentido rigoroso, uma garantia do crédito³¹⁵. É apenas o meio de obter o cumprimento coercivo da obrigação, consistindo na apreensão do bem. Não sendo, tal como a configuramos, uma garantia real do crédito, consistindo a penhora numa apreensão do bem e sua consequente relativa indisponibilidade, os atos do devedor, de disposição ou oneração do bem penhorado, são ineficazes art.º 819º do CC³¹⁶.

Importa sublinhar que a penhora tem um regime específico decorrente da sua natureza processual, daí decorrendo, sobretudo no processo de insolvência do executado, uma fragilização da sua “força” face a outros direitos reais de garantia, mormente face à hipoteca voluntária, uma vez que o artigo 140.º, n.º 3 do CIRE determina que “*Na graduação de créditos não é atendida a preferência resultante de hipoteca judicial, nem a proveniente de penhora...*”³¹⁷.

Do regime instituído pelo CIRE resulta, consequentemente, que mesmo que o crédito reclamado na insolvência beneficie de uma penhora registada, para os efeitos da sua classificação neste processo, é tido como crédito comum e não como um crédito garantido, por força da conjugação dos artigos 47.º, n.º 4, alínea a) e 140.º, n.º 3 do CIRE. E, consequentemente, se o crédito exequendo concorrer com um crédito hipotecário, mesmo que o registo seja posterior ao da penhora, ainda assim, por aquele ser um crédito

³¹⁵ Nesse sentido, escreveu Miguel Teixeira de Sousa, que “*A penhora não é um direito real de garantia, mas é fonte de uma preferência sobre o produto da venda dos bens penhorados, dado que o exequente adquire por ela o direito a ser pago com preferência a qualquer outro credor que não tenha garantia real anterior (art.º 822º, n.º 1 do CC).*”, ³¹⁵ Cfr. SOUSA, Miguel Teixeira de, (1998), “*Ação Executiva Singular*”, Lisboa, Lex, cit. pp. 251.

Também Almeida Costa defende que “*...em rigor não se trata de uma garantia real, mas de um ato processual que visa criar a indisponibilidade dos bens adstritos à execução, mediante a produção dos mesmos efeitos substantivos das garantias reais: a preferência e a sequência.*”, Vide Ac. do TRP de 23/03/2009, in: bdjur.almedina.net.

³¹⁶ Vide Ac. do TRG de 10/07/2018 (Eva Almeida), in: www.dgsi.pt

³¹⁷ Vide Ac. do TRP de 23/03/2009, in: bdjur.almedina.net.

comum, sempre será graduado após o crédito do credor hipotecário, porque sendo este um crédito garantido, tem prevalência na graduação.³¹⁸

Podemos, assim, concluir que a razão de ser da preferência dada à penhora pelo CC está diretamente relacionada com a natureza do processo executivo, que não visa uma liquidação de todo o património do devedor, mas apenas a satisfação do exequente e dos credores que são chamados à execução – apenas os que estão mencionados no artigo 864.º do CPC – e não a liquidação de todo o património, com o concurso de todos os credores, característica do processo de insolvência que o artigo 1.º do CIRE consagra e do qual se extrai o carácter universal deste processo³¹⁹.

Assim, beneficiando-se apenas de uma penhora registada, sobre um bem do património do insolvente, o seu crédito é classificado como um “crédito comum”, por via da conjugação dos artigos 47.º, alínea a) e artigo 140.º, n.º 3 do CIRE.

Por seu lado, o crédito beneficiado com a hipoteca voluntária, ainda que registada anteriormente à penhora, é classificado como um “crédito garantido”, devendo ser graduado preferencialmente em relação à penhora.³²⁰

Por esse facto, é vantajoso a quem tem a possibilidade de exigir a constituição de hipoteca sobre o devedor o faça, uma vez que dessa forma acautela os seus direitos de um modo mais abrangente, isto é, o seu direito a ser pago sai “reforçado” quer no âmbito de um processo executivo, quer no âmbito de um processo de insolvência.

Outra questão relevante prende-se com a avaliação do bem sobre que incide a hipoteca, dado que o valor pecuniário do bem pode ser – em teoria – avaliado de modo distinto na ação executiva e no processo de insolvência.

Pelo que, também aqui depende do momento / ação judicial em que o bem é apreendido e vendido para apurar o seu valor pecuniário.

³¹⁸ Vide Ac. do TRP de 23/03/2009, in: bdjur.almedina.net.

³¹⁹ Vide Ac. do TRP de 23/03/2009, in: bdjur.almedina.net.

³²⁰ Vide Ac. do TRP de 23/03/2009, in: bdjur.almedina.net.

CONCLUSÃO

O recurso ao crédito bancário é hoje em dia, como se sabe, uma solução frequente quanto se trata da aquisição de um imóvel para habitação por parte de pessoas singulares ou de estabelecimento / sede no caso de pessoas coletivas.

A hipoteca é, no nosso ordenamento jurídico, uma das mais importantes garantias e tem sido, nas últimas décadas, um importante elemento facilitador do crédito por se apresentar aos financiadores como uma garantia fiável do mesmo.

A hipoteca será constituída pelo mutuário/proprietário do bem, a favor do mutuante/banco, e terá por objeto o imóvel adquirido por via do mútuo celebrado, devendo a garantia ser registada sob pena de ineficácia mesmo *inter partes*.

No que respeita à instituição bancária, devido à satisfação preferencial do credor originada pela detenção do direito hipotecário, garante uma redução significativa do risco de insatisfação na contraprestação do mutuário, reforçando a banca, que se torna privilegiada na *agressão* ao património do devedor, em caso de incumprimento³²¹.

Quando ocorre a resolução do contrato de mútuo por incumprimento do devedor, a mesma implica, como se sabe, a adoção de determinados procedimentos e a produção de certos efeitos: (i) a sua comunicação diretamente ao devedor (artigo 406.º do CC); (ii) o vencimento imediato de todas as prestações (artigo 781.º do CC), não abrangendo a resolução as já realizadas (artigo 434.º, n.º 2, do CC), o que se aplica igualmente em caso de insolvência do devedor, ainda que não judicialmente declarada (artigo 780.º, n.º 1, do CC).

Confrontado o devedor com o vencimento da totalidade da dívida, é provável que não disponha de meios para a satisfazer por inteiro. Encontrando-se o crédito garantido por hipoteca, irá o credor acionar a garantia conferida por esta, instaurando para tanto a competente ação executiva com vista ao pagamento coercivo do que lhe é devido. A execução em causa segue os termos preconizados nos artigos 724.º e seguintes do CPC, e, tratando-se de execução hipotecária, importa referir que, nos termos do artigo 752.º do

³²¹ Cfr. COSTA, Mário Júlio de Almeida, (2008), “Direito das Obrigações”, 11.ª ed., Almedina, cit. pp. 843.

CPC, a penhora se inicia necessariamente pela própria coisa hipotecada, só podendo recair sobre outros bens em caso de reconhecida insuficiência daquela³²².

A hipoteca constitui assim a principal garantia oferecida pelos particulares com vista à obtenção de crédito por ser de fácil execução, o que resulta do facto de o título constitutivo da hipoteca consubstanciar um título executivo. Todavia, o principal motivo da caracterização da hipoteca como a rainha das garantias reside na graduação legal do credor hipotecário.

A hipoteca ao tratar-se de uma garantia real confere ao credor, em caso de incumprimento contratual por parte do devedor, o poder de satisfazer o seu crédito através do valor obtido com a venda judicial do bem hipotecado no decurso de um processo executivo ou processo de insolvência. O credor hipotecário tem o direito de ser pago com preferência ou prioridade sobre todos os credores que não beneficiem de privilégio creditório especial ou de prioridade de registo.

De todas as características formais da hipoteca destaca-se a publicidade, que garante ao credor uma maior proteção contra terceiros. Acontece, porém, alguns fatores de insegurança para o credor, provenientes de situações jurídicas que prevalecem sobre os direitos do hipotecário. São destes exemplos os privilégios creditórios, o direito de retenção e a situação de insolvência.

O artigo 686º do CC prevê que a hipoteca confira ao credor o direito de ser pago com preferência (pelo produto da coisa hipotecada) sobre os restantes credores, que não gozem de privilégio especial ou de prioridade de registo. No entanto, esta regra vê-se afastada quanto ao direito de retenção, pelo artigo 759,º nº 2 do CC, onde é atribuída prioridade sobre a hipoteca. No que concerne à problemática referente à graduação do direito de retenção face à hipoteca, o direito de retenção resulta diretamente da lei, não se encontrando a sua eficácia *erga omnes* dependente de registo, pelo que constitui uma garantia “oculta”. Diferentemente, exige-se que o crédito hipotecário seja registado para que produza efeitos.

Determina o artigo 759º CC que, recaindo o direito de retenção sobre coisa imóvel, o respetivo titular, enquanto não entregar a coisa retida, tem a faculdade de a executar,

³²² Cfr. MOURA, António Graça, (2017), Revista Jurídica Portucalense, “*Sobreendividamento familiar, hipoteca sobre a casa de morada de família e pacto comissório*” <file:///C:/Users/Daniela/Downloads/14084-Texto%20do%20Trabalho-44664-1-10-20180511.pdf>

nos mesmos termos em que pode fazer o credor hipotecário e de ser pago com preferência aos demais credores do devedor. Ainda que subsistissem dúvidas quanto à intenção do legislador em atribuir tal força ao direito de retenção, veio o n.º 2 do mesmo artigo reforçar que este direito prevalece sobre a hipoteca, mesmo que esta tenha sido registada anteriormente.

Os privilégios creditórios consistem num direito que é atribuído pela lei a determinados credores de serem ressarcidos pelos seus créditos com preferência sobre os outros credores. Esta preferência opera, em regra, independentemente de publicidade e tem o seu “*ratio legis*” na natureza do crédito. Esta noção encontra-se plasmada no artigo 733.º CC. O artigo refere que este privilégio opera independentemente do registo. E é talvez neste facto jurídico que incide o “*busilis*” da instabilidade que este provoca na relação jurídico/patrimonial e no concurso dos credores hipotecários face aos credores privilegiados.

No processo de insolvência, o devedor fica privado dos poderes de disposição e administração dos bens integrantes da massa insolvente, os quais serão atribuídos ao administrador da insolvência (artigo 81.º CIRE).

Configura, assim, uma execução tendencialmente coletiva, universal e concursal, fundamentada na impossibilidade de o devedor cumprir a universalidade das obrigações pecuniárias vencidas, que atinge a totalidade do seu património, com vista à satisfação dos direitos da totalidade dos seus credores, independentemente da natureza dos seus créditos, funcionando, deste modo, como uma execução final.

O processo de insolvência apresenta, também, um regime processual próprio, com elementos declarativos, que prevalece sobre quaisquer outras diligências executivas, assegurando-se, deste modo, a preservação do património do devedor, o qual responde na sua totalidade perante todos os credores.

Todavia, a própria massa insolvente direcciona-se, primariamente, à satisfação das suas próprias dívidas (cfr. artigo 46.º, n.º 1, 1.ª parte, artigo 51.º e artigo 172.º, n.º 1, todos do CIRE), e só, subsequentemente, à satisfação dos créditos sobre a insolvência (artigo 47.º CIRE) – v.g. créditos garantidos, artigo 47.º, n.º 3, al. a) CIRE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBRAS:

- **AMARAL**, Jorge Augusto Pais de. (2013). “*Direito Processual Civil*”, Coimbra, 11.º Edição, Almedina.
- **BASTOS**, Miguel Brito. (2015). “*O Mútuo Bancário*”. 1.º Edição. Coimbra Editora.
- **CABRITA**, Helena e **PAIVA**, Eduardo, (2013), “*O Processo Executivo e o Agente de Execução*”, 3.º Edição, Coimbra Editora.
- **CARVALHO**, J. H. Delgado de. (2016). “*Ação Executiva para Pagamento de Quantia Certa*”, 2.º Edição, Quid Juris - Sociedade Editora.
- **COSTA**, Olímpia. (2019). “*Dever de Apresentação à Insolvência*”. 2.º Edição. Almedina.
- **DUARTE**, Rui Pinto. (2007). “*Curso de Direitos Reais*”, 2.º Edição, Estoril Principia.
- **FREITAS**, José Lebre de. (2004). “*A Ação Executiva Depois da Reforma*”, 4.º Edição, Coimbra Editora.
- **FREITAS**, José Lebre de. (2017). “*A Ação Executiva à Luz do Código de Processo Civil de 2013*”, 7.º Edição, Coimbra, Gestlegal.
- **GONÇALVES**, Marco Carvalho. (2017). “*Lições de Processo Civil Executivo*”, Almedina.
- **GONZÁLZ**, José Alberto. (2009). “*Direitos Reais e Direito Registral Imobiliário*”, 4.º Edição, Quid Juris
- **JARDIM**, Mónica, **PATRÃO**, Afonso et al., (2015) “*80 Perguntas sobre a Hipoteca Imobiliária*”, 1.º Edição, Coimbra Editora.
- **JUSTO**, A. Santos. (2017). “*Direitos Reais*” 5.º Edição, Coimbra Editora.
- **LEITÃO**, Luís Manuel Teles de Menezes. (2015). “*Direito da Insolvência*”, 6.º Edição, Almedina.
- **LEITÃO**, Luís Manuel Teles de Menezes. (2017). “*Direitos Reais*”, 6.º Edição, Almedina.
- **MADALENO**, Cláudia. (2008). “*A Vulnerabilidade das Garantias Reais – A Hipoteca Voluntária face ao Direito de Retenção e ao Direito de Arrendamento*”. Coimbra Editora.

- **MARQUES**, Maria Manuel Leitão; **NEVES**, Vítor; **FRADE** Catarina; **LOBO** Flora; **PINTO**, Paula e **CRUZ**, Cristina. (2000). *“O endividamento dos Consumidores”*. Almedina.
- **MARTINS**, Alexandre de Soveral. (2017). *“Um curso de Direito da Insolvência”*, 2.º Edição, Almedina.
- **MARTINS**, Alexandre Soveral. (2018). *“Estudos de Direito da Insolvência”*. Almedina.
- **MARTINS**, Luís M. (2016). *“Processo de Insolvência”*, 4.º Edição, Almedina.
- **MATIAS**, Armindo Saraiva. (2009). *“Obrigações Hipotecárias e Titularização de Créditos Hipotecários”*. Vol. LXXXV. Coimbra.
- **PATRÃO**, Afonso. (2018). *“Hipoteca e Autonomia Conflitual: a escolha da lei aplicável à hipoteca como contributo para a construção de um mercado hipotecário europeu”*. 1.º Edição. Gestlegal.
- **PIRES**, Miguel Lucas. (2015). *“Dos Privilégios Creditórios: Regime jurídico e a sua influência no concurso de credores”*. 2.º Edição revista e atualizada. Almedina.
- **RIBEIRO**, Virgínio da Costa, **REBELO**, Sérgio. (2016). *“A Ação Executiva anotada e comentada”*, 2.º Edição, Almedina.
- **SERRA**, Catarina. (2004). *“O Novo Regime Português da Insolvência – Uma Introdução”*. Almedina.
- **SERRA**, Catarina. (2018). *“Lições de Direito da Insolvência”*, Almedina.
- **SILVA**, Paula Costa e, (2003), *“A Reforma da Ação Executiva”*, 3.º Edição, Coimbra Editora.
- **SOUSA**, Miguel Teixeira de, (1998), *“Ação Executiva Singular”*, Lisboa, Lex.
- **VIEIRA**, José Alberto. (2016). *“Direitos Reais”*, 1.º Edição, Almedina.

FONTES ELETRÓNICAS:

- A Venda Executiva – Manual de Boas Práticas, in: <http://www.iuris-prudentia.com/venda-executiva>
- Particularidades da Execução de Hipoteca, in: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/informacao-e-eventos/anexos/dra-isabel-meneres/downloadFile/file/imc.pdf?nocache=1210676672.22>

- Centro de Estudos Judiciários. (2017). *“Insolvência e processo especial de revitalização”*, in: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_Insolvencia_Revitalizacao.pdf,
acedido e consultado em 09.04.2019.

JURISPRUDÊNCIA:

Acórdãos do Tribunal da Relação de Évora:

- Ac. TRE de 21/12/2017 (Rui Machado e Moura), in: <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/203907ba0dba44868025820f0032137f?OpenDocument>,
acedido e consultado em 05.03.2019.

Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto:

- Acórdão nº TRP_850/07.7TJVNf-H.P1 de 23-03-2009, in: http://bdjur.almedina.net/juris.php?field=node_id&value=1437931,
acedido e consultado em 11.10.2019.
- Ac. TRP de 19/05/2016 (Judite Pires), in: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/b7c8dedb9605397e80257fcb00462c82?OpenDocument>,
acedido e consultado em 03.05.2019.

Acórdãos do Tribunal da Relação de Coimbra:

- Ac. TRC 24/03/2009 (Sílvia Pires), in: <https://www.trc.pt/index.php/jurisprudencia-do-trc/direito-civil/1568-ap1376061tbcrbac1->,
acedido e consultado em 10.12.2018.
- Ac. TRC de 20/11/2012 (Falcão de Magalhães), in: <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/aaef7431bb3c589980257ad000452b65?OpenDocument>,
acedido e consultado em 04.01.2019.
- Ac. TRC 29/10/2013 (Arlindo Oliveira), in: <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/1ac88537d464cdd080257c1600565625?OpenDocument>,
acedido e consultado em 05.10.2019.

- Ac. TRC de 17/12/2014 (Maria Domingas Simões), in: <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/bdd4fc9e5adc108480257dc5003cd275?OpenDocument>, acedido e consultado em 15.11.2018.
- Ac. TRC de 23/01/2018 (António Domingos Pires Robalo), in: <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/a0ab60468070553780258224004e368a?OpenDocument>, acedido e consultado em 26.11.2018.

Acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa:

- Ac. TRL de 14/03/2002, (Cruz Broco), in: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/4bd9f3a0c7719a3980256c3e002ca47a?OpenDocument>, acedido e consultado em 09.01.2019.
- Ac. TRL de 21/09/2006 (Dr. Caetano Duarte), in: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/9f25d8edfc3d6d3f80257202004c642a?OpenDocument>, acedido e consultado em 23.03.2019.
- Ac. TRL de 28/03/2013 (Ana Luísa Geraldes), in: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/66a606d16cd6972180257b6c004f11d0?OpenDocument>, acedido e consultado em 05.05.2019.
- Ac. TRL de 21/01/2014 (Cristina Coelho), in: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/8342ea51e0a3b1fa80257c9100522a01?OpenDocument>, acedido e consultado em 04.01.2019.
- Ac. TRL de 13/12/2017 (Rui Moura), in: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/8215e0260f1055388025821700547126?OpenDocument>, acedido e consultado em 17.02.2019.

Tribunal da Relação de Guimarães:

- Ac. TRG de 10/07/2018 (Eva Almeida), in: <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/7dc613812139907980258304003171ad?OpenDocument>, acedido e consultado em 05.10.2019.

Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça:

- Ac. STJ de 05/02/2002, (Reis Figueira), in: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/d0301e633dd3b29480256ef900292810?OpenDocument>, acessado e consultado em 21.04.2019.
- Ac. STJ de 06/11/2003 (Salvador da Costa), in: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/0/80e5a8a02be605d380256de8005da0a9>, acessado e consultado em 07.11.2018.
- Ac. STJ de 21/03/2013, (Martins de Sousa), in: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/55b3e4295fe1fdb680257b3a00428e03?OpenDocument>, acessado e consultado em 20.04.2019.
- Ac. STJ de 26/11/2014 (Granja da Fonseca), in: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/0fbd71584ac864bb80257d9d00553ba0?OpenDocument>, acessado e consultado em 04.04.2019.
- Ac. STJ 01/04/2014 (Alves Velho), in: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/4f96a4fe2a239c5080257cb0004bcc4f?OpenDocument>, acessado e consultado em 15.11.2018.
- Ac. STJ de 19/02/2009 (Pires da Rosa), in: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/6efae007ccc7032680257566004e6118?OpenDocument>, acessado e consultado em 21.04.2019.
- Ac. STJ de 06/12/2018 (Hélder Almeida), in: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/3394d22294853b868025835c00354925?OpenDocument>, acessado e consultado em 19.02.2019.

Tribunal Constitucional:

- Ac. TC de 16/10/2002, (Maria dos Prazeres Beleza), in: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada/-/asearch/655747/details/maximized?emissor=Tribunal+Constitucional&types=JURI+SPRUDENCIA&search=Pesquisar>, acessado e consultado em 07.03.2019.

DISSERTAÇÕES:

- “A efetivação da responsabilidade patrimonial na execução para pagamento de quantia certa e seus limites” - dissertação de mestrado, na área de especialização em

ciências jurídico-civilísticas/menção em direito processual civil, apresentada por Sónia Ribeiro Pereira, à faculdade de direito da universidade de Coimbra orientador: Prof. Doutor João Paulo Fernandes Remédio Marques

- “*Hipoteca*”- Dissertação apresentada à Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras, Licenciatura e Mestrado em Solicitoria, apresentada por Tiago Mello, in:

http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/5761/1/DM_TiagoMello_MSOL_2013.pdf